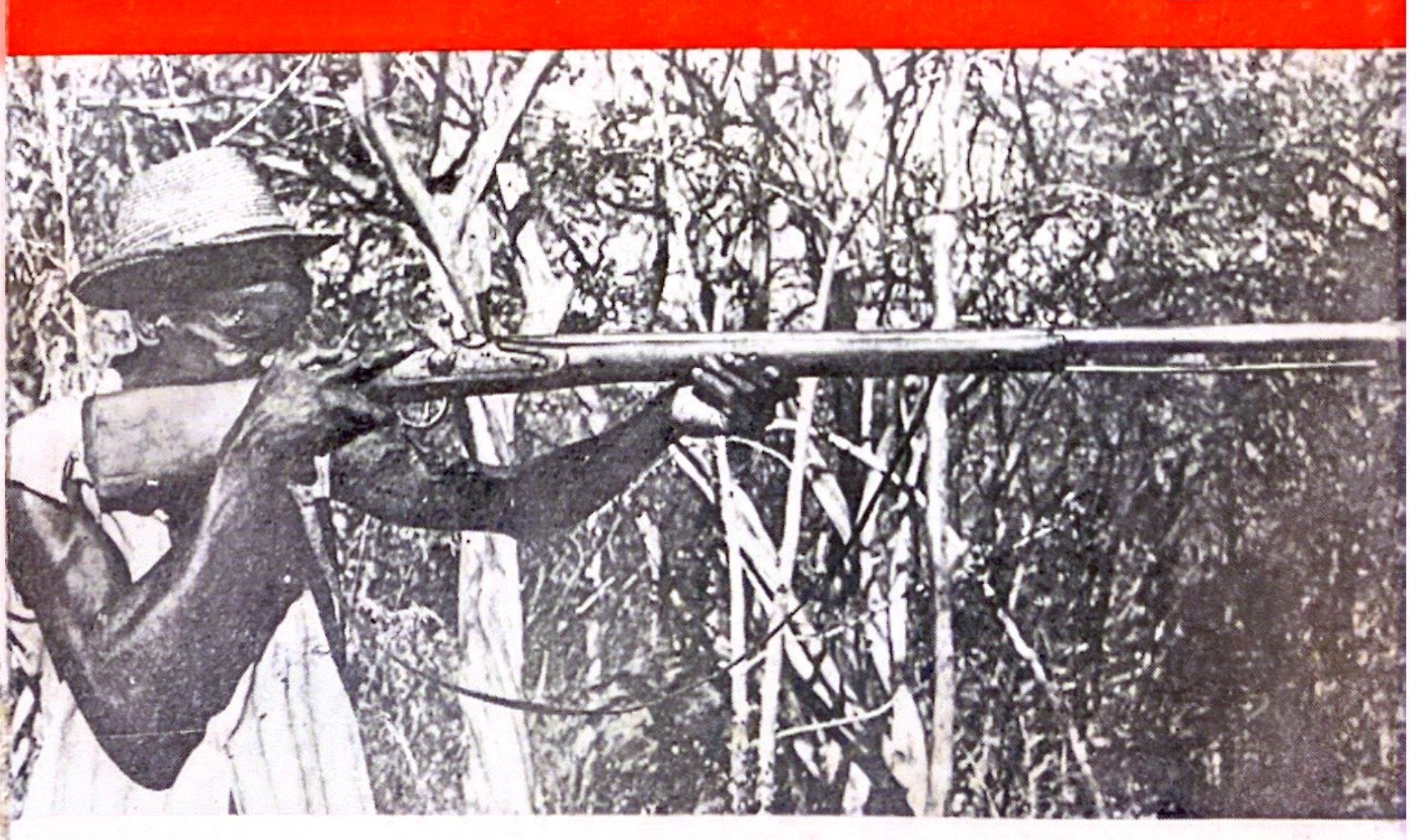
colecção
textos e documentos da frelimo 1

O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO DA GUERRA POPULAR DE LIBERTAÇÃO



ARTIGOS COLIGIDOS DO ORGÃO DE INFORMAÇÃO DA FRELIMO 'A VOZ DA REVOLUÇÃO' DESDE 1963 ATÉ 1974

Set=78

O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO DA GUERRA POPULAR DE LIBERTAÇÃO

EDIÇÃO DO DEPARTAMENTO DO TRABALHO IDEOLÓGICO DA FRELIMO

O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO DA GUERRA POPULAR DE LIBERTAÇÃO

ARTIGOS COLIGIDOS DO ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO DA FRELIMO «A VOZ DA REVOLUÇÃO» DESDE 1963 A 1974

MARÇO, 1977

INTRODUÇÃO

I — O que é a colecção «Textos e Documentos da FRELIMO»

A colecção TEXTOS E DOCUMENTOS DA FRELIMO, de que este é o primeiro volume, destina-se a apresentar de forma organizada os principais textos políticos da FRELIMO, desde a sua fundação à proclamação da República Popular de Moçambique.

Serão reproduzidos, integralmente ou em parte, os mais importantes artigos, estudos, editoriais e comunicados inicialmente publicados em A VOZ DA REVOLUÇÃO e em MOZAMBIQUE REVOLUTION, sua versão em língua inglesa, bem como textos dos boletins informativos que antecederam aqueles dois órgãos oficiais de informação e propaganda da FRELIMO.

Sempre que possível, serão igualmente reeditados textos considerados, até agora, de circulação restrita. A colecção incluirá ainda entrevistas concedidas pelos dirigentes da FRELIMO à imprensa internacional e estudos sobre a luta armada, a reconstrução nacional e o nosso país efectuados nesse período por estudiosos e militantes doutros países e partidos.

A colecção TEXTOS E DOCUMENTOS DA FRELIMO será assim uma selecção organizada a partir da vastíssima documentação que surgiu durante a preparação, desencadea-

mento e desenvolvimento da luta armada de libertação nacional. Dividida em pequenos volumes, cada um deles respeitante a um tema, focará todos os aspectos que caracterizam a luta do nosso povo pela liberdade e independência.

II — Objectivos

Na fase actual da Revolução moçambicana é indispensável possuirmos um conhecimento profundo do que foi e de como se desenvolveu o processo de libertação nacional.

O nosso povo vive neste momento a tarefa fundamental de consolidar e estender a todo o país as grandes conquistas obtidas durante a guerra popular de libertação nacional desencadeada em 25 de Setembro de 1964.

Os textos políticos, desde então publicados pela FRELIMO, registam, em linguagem acessível, todas essas conquistas, discutem-nas, dão a sua imagem correcta, enquadram no conjunto do processo revolucionário e em cada uma das fases da História da nossa Revolução.

Assim, através desses textos, é possível compreender o essencial do processo revolucionário que permite a construção do país novo e independente que é a República Popular de Moçambique.

A actual fase da nossa luta é igualmente de luta ideológica. A definição do inimigo interno e externo, as formas de o combater, o sentido revolucionário da reconstrução nacional, a compreensão do mundo que nos rodeia e que é necessário transformar, a criação do Homem Novo e da Sociedade Nova, a valorização e desenvolvimento da nossa cultura — tudo isto nasceu como consequência directa do processo de libertação nacional. A ideologia revolucionária que deve comandar a nossa acção resulta de toda a nossa prática de luta contra a opressão e a exploração, contra o colonialismo e o imperialismo, contra o capitalismo que o grupo de novos exploradores tentou implantar nas zonas libertadas durante a luta armada. Na fase revolucionária que hoje vivemos encontramos muitas das características que então surgiram e foram enfrentadas. Também agora, grupos de novos exploradores aliados ao capitalismo internacional e ao imperialismo procuram destruir as conquistas que obtivemos, fazendo-as reverter em seu benefício. A luta que travamos, hoje como então, também é contra eles, contra a substituição do colonialismo no nosso país por novas formas de exploração.

A reunião de todos estes textos — que se encontram espalhados por milhares de páginas dispersas e, em muitos casos já difíceis de encontrar — a sua organização por temas e a sua publicação em pequenos volumes fornecerá, portanto, elementos indispensáveis para o conhecimento concreto de como se manifestam, agem e estão a ser combatidas as novas camadas exploradoras ou potencialmente exploradoras no nosso país. A colecção TEXTOS E DOCUMENTOS DA FRELIMO tem como objectivo ser um contributo essencial para a elevação do nível ideológico dos militantes e quadros da FRELIMO na luta de classes que presentemente se agudiza no nosso país.

São documentos sem os quais a História de Moçambique não pode ser escrita nem compreendida, que nos transmitem valiosos ensinamentos para as novas fases de luta em que estamos engajados.

A sua leitura e discussão colectivas no seio das estruturas do nosso partido será por isso um passo importante para a aquisição das bases teóricas da experiência revolucionária da FRELIMO.

A necessidade desta colecção fazia-se também sentir nas nossas escolas, na universidade, nos grupos de estudo, nos centros de investigação, entre professores e estudantes, nos sectores engajados na Educação e Cultura, nos sectores de Informação e Propaganda, na imprensa e rádio.

III — O presente volume

Pela própria natureza do poder que estamos consolidando no nosso país, o poder da aliança operário-camponesa, e

devido à situação da República Popular de Moçambique — numa das zonas do globo mais afectadas pelo imperialismo, a África Austral — o nosso Povo vê-se obrigado a proceder à reconstrução nacional sem pôr de lado as armas com que conquistou a sua independência. Constantemente, em todos os sectores da vida nova que estamos a construir, nós somos obrigados a defender a Pátria atacada, a responder às provocações reaccionárias, a afirmar a nossa dignidade de revolucionários. Esta a razão que nos levou a iniciar esta colecção com uma primeira antologia de textos sobre a luta armada de libertação nacional.

Os textos aqui reeditados foram inicialmente publicados:

— *entre 1963 e 1965, nos onze números do BOLETIM INFORMATIVO (publicado até Setembro de 1964) e nos oito números do BOLETIM NACIONAL (publicado até Abril de 1965);*

— *entre 1965 e 1974 em A VOZ DA REVOLUÇÃO cuja numeração e saída é um tanto irregular até Junho de 1971, altura em que é adoptada a forma gráfica que o órgão oficial da FRELIMO manteve até ao seu último número publicado, o de Maio-Julho de 1974. O reinício da sua publicação está presentemente a ser preparado segundo as recomendações da Conferência Nacional do D. I. P., de Novembro de 1975.*

Organizámos este volume em quatro secções:

— *A primeira inclui textos que antecederam o desencadeamento da luta armada de libertação nacional, quando a FRELIMO tentava a independência através de negociações com o Governo Português.*

Simultaneamente, a FRELIMO iniciara já a preparação de condições que permitissem o recurso às armas e o desencadeamento da luta armada de libertação nacional. Os textos incluídos na primeira secção deste volume mostram claramente que a FRELIMO esgotou todas as possibilidades de conseguir a independência sem derramamento de sangue;

— *A luta armada foi assim iniciada em 25 de Setembro de 1964. A segunda parte deste livro inclui a histórica proclamação então feita ao nosso povo, os primeiros comunicados de guerra e editorial a propósito publicado;*

— *A terceira secção de documentos reúne aqueles que melhor testemunham o avanço militar e ideológico da luta armada até ao final da década de 1960. É neste período que a luta armada efectivamente se transforma em revolução popular. Essenciais para a sua compreensão são os documentos: DAS CONTRADIÇÕES NO NOSSO SEIO, DECLARAÇÃO DO COMITÉ CENTRAL de Junho de 1969 e COMUNICADO DO COMITÉ CENTRAL de 22 de Maio de 1970;*

— *A quarta e última parte deste volume inclui textos mais recentes, publicados entre 1971 e 1974 em A VOZ DA REVOLUÇÃO, que documentam o avanço irreversível do nosso povo dirigido pela FRELIMO, até à derrota total do colonial-fascismo português no nosso país.*

I. — A PREPARAÇÃO DA LUTA ARMADA

A fase de preparação da luta armada de libertação nacional de Moçambique inicia-se com as decisões do I Congresso da FRELIMO, que se realiza entre 23 e 28 de Setembro de 1962, e desenvolve-se até à proclamação e desencadeamento da insurreição geral armada contra o colonialismo português, em 25 de Setembro de 1964. No entanto, e mais correctamente, a ideia da luta armada como única forma de conquistar a independência total e completa de Moçambique era já uma certeza adquirida para o pequeno grupo de revolucionários que, com o camarada Eduardo Chivambo Mondlane, procura desde 1961 unificar num único movimento de libertação os diversos grupos e movimentos patrióticos que entretanto se tinham constituído na clandestinidade, dentro e fora do nosso país.

Como alguns anos depois escreverá o Presidente da FRELIMO e da República Popular de Moçambique, camarada Samora Moisés Machel, **o então recente massacre de Mueda, a ferocidade da repressão desencadeada em Angola, o reforço das forças militares colonialistas, a instalação da PIDE que desencadeia uma campanha terrorista de intimidação, torna(vam) evidente que a libertação nacional exigir(ia) o recurso à luta armada.**

Se a análise destas características que definem a própria natureza do colonialismo português apontavam desde logo para a necessidade de pegar em armas, a História da resis-

tência secular do nosso povo contra a ocupação e exploração estrangeiras indicava que a unidade de todos os moçambicanos numa vasta frente de luta era condição imprescindível da vitória. A constituição da FRELIMO — Frente de Libertação de Moçambique — em 25 de Junho de 1962 vai possibilitar a concretização destes dois objectivos. Em primeiro lugar porque é o grupo de revolucionários que vai liderar sob a Presidência do camarada Eduardo Mondlane. Depois porque a FRELIMO surge da fusão dos diversos grupos e partidos moçambicanos e inscreve entre as suas primeiras palavras de ordem a unidade de todo o povo de Moçambique, do Rovuma ao Maputo, sem distinção de espécie alguma.

A fase de preparação da luta armada de libertação nacional, que as decisões do I Congresso realizado três meses depois vão objectivar, é também uma fase de construção da unidade nacional. Por um lado, no seio do próprio movimento onde com frequência se manifestam concepções e interesses que procuram negar as concepções e interesses das massas populares do nosso país representados pela linha revolucionária do Presidente Eduardo Mondlane e seus camaradas. Por outro lado, coincidindo com o trabalho entre as massas, através de um combate cerrado contra o tribalismo, o regionalismo e o racismo que o colonialismo fomentara entre os diversos grupos étnicos moçambicanos.

Os dois anos que se seguem ao I Congresso foram caracterizados pela gradual intensificação desse trabalho político clandestino entre as massas no interior do nosso país. O objectivo era claro: unir, mobilizar e organizar o povo para o começo e desenvolvimento da luta armada.

Consistiu na divulgação em grande escala dos princípios básicos da nossa organização e na distribuição de tarefas concretas de acção contra o inimigo. No exterior do país a FRELIMO desenvolve uma intensa actividade diplomática para denunciar e isolar o colonialismo português e estabelecer laços de aliança com países, povos, movimentos e partidos progressistas do mundo inteiro.

A selecção de textos e documentos que incluimos nesta primeira parte permitem o estudo do que foi a fase de preparação da luta armada de libertação nacional em Moçambique. A sua importância reside também no facto de ter sido ao longo destes dois anos que se afirmaram e desenvolveram alguns dos principais conceitos da ideologia política da FRELIMO, imprescindíveis para a correcta compreensão e participação activa no processo revolucionário que hoje vivemos na República Popular de Moçambique.

1 — Porque luta e como luta a FRELIMO

Os primeiros Estatutos e Programa da FRELIMO, aprovados pelo I Congresso em 1962, definem os objectivos imediatos e a longo prazo da luta de libertação nacional. Embora parcialmente alterados durante o II Congresso, em 1968, os seus princípios são já marcadamente revolucionários.

É importante sublinhar este facto porque ele constitui característica própria da FRELIMO e do processo da revolução em Moçambique. Ao contrário do que poderemos verificar através dos princípios que então guiam a maior parte dos movimentos em luta contra o colonialismo e a ocupação estrangeira, o Programa e Estatutos da FRELIMO afirmam que a independência nacional é somente uma fase a alcançar como meio para construir uma sociedade nova na qual serão destruídos todos os vestígios do colonialismo e do imperialismo. Isto quer dizer que a FRELIMO, representando os interesses das vastas massas exploradas do nosso país, se define desde logo como sendo um movimento anti-capitalista e contra o neo-colonialismo. Noutras passagens, e acentuando esta definição, é afirmado que o objectivo da luta visa «formar um Governo do povo, pelo povo e para o povo» e «liquidar todas as relações económicas de tipo colonial e imperialista» em Moçambique independente. Por último, ao salientar expressamente num outro dos seus artigos os interesses das classes laboriosas — isto é: dos camponeses e operários do nosso país — a primeira declaração de princípios da FRELIMO define a sua posição de classe revolucionária.

O verdadeiro conteúdo desta formulação só surgirá, no entanto, através da prática da luta que então se inicia. Ao longo dos anos seguintes, os primeiros Estatutos e Programa constituirão a sua base teórica. Serão, por outro lado, o constante ponto de referência para as discussões e concepções que, por enquanto ainda de forma não

antagónica, se opunham em muitas situações à direcção correcta do processo revolucionário.

Como demonstram os textos que seguidamente publicamos, com os Estatutos e Programa da FRELIMO, nos primeiros boletins informativos oficiais da nossa organização é constante a preocupação em explicar de maneira clara os princípios formulados pelo I Congresso.

Lado a lado, porém, deparamos frequentemente nesses primeiros boletins informativos com outros textos nos quais nem sempre a linguagem utilizada e as ideias expressas correspondem à linguagem e às ideias da revolução.

Observarmos e analisarmos este facto tem grande interesse, não só para compreendermos a História da FRELIMO como também para dela tirarmos importantes ensinamentos para a nossa luta actual.

Em resumo, podemos dizer que também na frente da informação escrita se reflectem as várias concepções políticas coexistindo ainda pacificamente no seio da FRELIMO. Muito em breve essa coexistência deixou de ser possível, quando as contradições se agudizaram e tornaram antagónicas. A vitória da linha revolucionária sobre a facção dos novos exploradores e oportunistas assegurou, a partir de fins dos anos 60, a continuidade do processo iniciado com o I Congresso.

OS ESTATUTOS E PROGRAMA DA FRELIMO APROVADOS PELO I CONGRESSO

Denominação — Sede — Definição — Objectivos

I — DENOMINAÇÃO: Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

II — SEDE: Lourenço Marques.

III — DEFINIÇÃO: A FRELIMO é uma Organização política constituída por moçambicanos, sem distinção de sexo, de origem étnica, de crença religiosa ou de lugar de domicílio.

IV — OS OBJECTIVOS DA FRELIMO SÃO:

— A liquidação total em Moçambique da dominação colonial portuguesa e de todos os vestígios do colonialismo e imperialismo;
— A conquista da Independência imediata e completa de Moçambique;
— A defesa e realização das reivindicações de todos os moçambicanos explorados e oprimidos pelo regime colonial português.

V — Para atingir os seus objectivos a FRELIMO:

— Mobiliza, organiza e une todos os moçambicanos;
— Proclama a necessidade da união de todo o povo moçambicano.

VI — A FRENTE reserva-se o direito de formar com outras organizações de luta anticolonialista dos outros países sob dominação portuguesa, uma FRENTE unida, de luta contra o colonialismo português a fim de abreviar a sua liquidação total, de aderir a organizações regionais africanas, a organizações Pan-Africanas, Afro-Asiáticas e outras ainda, que tenham como objectivo a luta anticolonialista e anti-imperialista em vista da emancipação social dos povos.

Adesão

VII — Podem ser membros da FRENTE todos os moçambicanos (maiores de 15 anos) que aprovem os Estatutos e o programa da FRELIMO e se comprometam a executar quotidianamente a política da FRELIMO.

VIII — Cada membro deve pagar regularmente a sua quotização.

IX — Cada membro adere a um Círculo.

Estrutura e Organização

X — A Estrutura da FRELIMO é a seguinte:

NAÇÃO — PROVÍNCIA — DISTRITO — LOCALIDADE — CÍRCULO.

XI — No plano da Nação haverá um Conselho Nacional e um Comité Central. A Província, o Distrito e a Localidade terão, cada um, um Comité.

XII — O Círculo é Organização de base da FRELIMO, e existirá nos lugares de trabalho e de residência. O Círculo terá um Secretariado.

XIII — Os Comités de Província, Distrito e Localidade são eleitos, respectivamente, pela Assembleia de Delegados de Província, Distrito e Localidade.

XIV — O Congresso é o órgão supremo da FRELIMO.

XV — O Conselho Nacional é eleito pelo Congresso e o Comité Central é eleito pelo Conselho Nacional.

XVI — O Conselho Nacional, o Comité Central, os Comités de Província, de Distrito e de Localidade, e o Secretariado de Círculo são responsáveis perante os órgãos superiores respectivos pela execução, no seu âmbito de acção, das resoluções dos órgãos superiores e pela aplicação prática das directrizes políticas da FRELIMO.

XVII — A FRELIMO mobiliza e organiza os moçambicanos emigrados em países africanos e outros, em grupos que funcionam como Secções da FRELIMO no exterior.

XVIII — A estrutura da FRELIMO é baseada no Centralismo Democrático e o método de trabalhar dos seus órgãos é orientado pelos princípios seguintes:

a) espírito democrático;
b) espírito colectivo;
c) unidade de acção;
d) espírito de responsabilidade;
e) crítica e autocrítica;
f) ajuda mútua.

Finanças

XIX — Os fundos da FRELIMO provêm das quotizações dos membros, de subscrições, de donativos e de rendimentos próprios.

Omissões

XX — Os casos de omissão nos presentes estatutos serão resolvidos por ordem de competência:

a) Pelo Regulamento Geral Interno da FRELIMO;
b) Pelo Conselho Nacional;
c) Pelo Comité Central.

XXI — O Regulamento Geral Interno fixa em detalhe as normas de funcionamento da FRELIMO. O Regulamento Geral Interno é elaborado pelo Comité Central, aprovado pelo Conselho Nacional, e submetido a rectificação do Congresso.

Modificações e dissolução

XXII — A modificação dos presentes Estatutos é da competência do Congresso da FRELIMO.

XXIII — A dissolução da FRELIMO é da competência

exclusiva do Congresso. Esta dissolução só pode ser pronunciada com a aprovação da maioria de dois terços dos membros delegados do Congresso. Em nenhum caso a FRELIMO poderá ser dissolvida antes da conquista da Independência Nacional do povo de Moçambique.

Disposições transitórias

XXIV — Provisoriamente, a Sede da FRELIMO é em DAR-ES-SALAAM (TANG.).

PROGRAMA

1 — Trabalhar para uma completa liquidação do colonialismo português em todas as suas formas e manifestações.

2 — Unir e mobilizar os moçambicanos de todas as classes sociais residindo dentro ou fora de Moçambique, sem distinção de tribo, religião, ideologia ou sexo.

3 — Lutar em comum com todas as forças patrióticas moçambicanas.

4 — Lutar por todos os meios para a liquidação em Moçambique da dominação colonial portuguesa e de todos os vestígios de relações colonialistas e imperialistas.

5 — Colaborar com todos os povos africanos e asiáticos que lutam pela sua independência, em especial com os povos e organizações patrióticas das colónias portuguesas.

6 — Colaborar com todas as forças progressistas do mundo inteiro, e conquista da simpatia e do inteiro apoio de todos os povos — à causa da libertação do povo moçambicano.

7 — Conquistar a Independência Nacional imediata e completa da Pátria moçambicana.

8 — Instaurar um Regime Republicano e Democrático na base da Independência total, no qual todos os moçambicanos estarão no mesmo plano de igualdade perante a lei, com os mesmos direitos e deveres.

9 — Formar um Governo do povo, pelo povo e para o povo.

10 — Formar uma Soberania da Nação moçambicana fundamentada na vontade popular.

11 — Considerar o direito inalienável da Nação moçambicana de dispor de si mesma no plano político, diplomático, económico, social, cultural, ou em qualquer outro plano.

12 — Manter a unidade e integridade territorial de Moçambique.

13 — Liquidar todas as relações económicas de tipo colonialista e imperialista.

14 — Reconstruir a economia e desenvolvimento da produção para transformar Moçambique, de país colonial e subdesenvolvido, num país economicamente independente, industrial, desenvolvido, moderno, próspero e forte.

15 — Defender os interesses de todo o povo de Moçambique, nomeadamente das classes laboriosas:

a) abolição do regime de trabalho forçado;
b) abolição dos acordos que regem a emigração dos trabalhadores moçambicanos para a África do Sul e outros países;
c) extinção do envio de prisioneiros para as plantações de S. Tomé e outros países;
d) interdição da utilização de soldados moçambica-

nos em guerras colonialistas contra os povos das outras colónias portuguesas, assim como contra os povos de outros países;

e) salário igual para trabalho igual, sem discriminação racial ou de sexo;

f) salário mínimo necessário para ter uma vida decente;

g) elevação progressiva do nível de vida económico.

16 — Respeitar a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

17 — Liquidar a educação e cultura colonialistas e imperialistas; reformar o ensino em vigor; combater enérgica e rapidamente o analfabetismo.

18 — Desenvolver a instrução, a educação e a cultura ao serviço da liberdade e do progresso pacífico do povo moçambicano.

19 — Criar forças de defesa nacional: exército, marinha e aviação, intimamente ligadas ao povo.

20 — Interdizer as bases militares estrangeiras no território nacional.

21 — Não aderir a blocos militares.

22 — Colaborar na edificação da Unidade de todos os povos do continente africano, na base do respeito, da liberdade, da dignidade e do direito ao progresso político, económico e social desses povos.

23 — Colaborar com todos os povos do mundo inteiro na base do respeito mútuo da soberania nacional e da integridade territorial, não agressão, não ingerência nos negócios interiores, igualdade e reciprocidade de vantagens, coexistência pacífica.

24 — Respeitar os Princípios da Carta da Organização das Nações Unidas.

PORQUE LUTA A FRELIMO?

O que queremos?

Lutamos contra os colonialistas portugueses, instrumentos do imperialismo, patrões das riquezas da nossa terra, Moçambique.

Lutamos porque queremos libertar-nos desses exploradores, desses ladrões do nosso povo.

Queremos libertar a nossa Pátria, Moçambique. Queremos reconstruir o nosso País; lutamos para ter uma Pátria livre.

Pátria livre quer dizer: não haver mais escravos, haver escolas para todos, trabalho para todos, terras para todos os que nelas trabalham.

PÁTRIA LIVRE é acabar com a fome;
PÁTRIA LIVRE é acabar com a miséria;
PÁTRIA LIVRE é acabar com a prostituição;
PÁTRIA LIVRE é acabar com o analfabetismo;
PÁTRIA LIVRE é acabar com a exploração do homem pelo homem;
PÁTRIA LIVRE é acabar com as grandes explorações privadas (plantações de sisal, de açúcar, de chá para o benefício de uma só pessoa ou de um pequeno grupo de pessoas).
PÁTRIA LIVRE é haver justiça e respeito pela pessoa humana.

Queremos a nossa Pátria livre e onde haja harmonia, bem-estar e bom entendimento entre todos.

O estrangeiro que vier à nossa Pátria como amigo será recebido como amigo; aquele que quiser roubar e explorar a nossa terra será varrido como os colonialistas portugueses.

O estabelecimento da Pátria livre passa pela luta contra os intrusos, contra os invasores e exploradores, os que vieram para roubar as nossas riquezas e sugar o nosso sangue.

Agora devemos lutar para libertar a nossa Pátria. Amanhã para reconstruir a nossa Pátria.

Para triunfarmos, unamo-nos.

UNIDOS DO ROVUMA AO MAPUTO, ganharemos!

MOÇAMBICANOS UNI-VOS. Juntai-vos à FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE.

Todos os moçambicanos devem estar unidos na Frente de Libertação de Moçambique.

FRENTE quer dizer cabeça. É a cabeça que pensa. É preciso haver uma cabeça para pensar e indicar o caminho e a maneira de lutar contra os nossos inimigos. Todos os moçambicanos devem juntar-se à FRENTE, ouvir e seguir as ordens da FRENTE. É esta FRENTE, esta cabeça, que estuda a melhor maneira de acabar com a escravatura e exploração humana em Moçambique, nossa Pátria.

LIBERTAÇÃO quer dizer salvar a nossa Pátria dos opressores, dos exploradores, dos portugueses colonialistas. Quer dizer fazer de cada moçambicano um homem livre, cidadão de uma Pátria livre — Moçambique.

MOÇAMBIQUE não precisa de explicação, é a nossa Pátria que vai do Rovuma ao Maputo e está cheia de riquezas.

Para ser mais fácil de ler e escrever a FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE, deve chamar-se FRELIMO:

FREnte LIbertação MOçambique

F R E L I M O

Juntemo-nos à FRELIMO para lutar. A FRELIMO quer libertar Moçambique, a FRELIMO quer acabar com a escravatura.

Todos unidos na FRELIMO, do Rovuma ao Maputo.

A FRELIMO vai acabar com o trabalho forçado, «xibalo».

A FRELIMO vai acabar com as grandes explorações privadas.

A FRELIMO vai lutar até ao fim por um MOÇAMBIQUE LIVRE.

(*B. I.*, n.º 2 — 1964)

PORQUE LUTAMOS

PARA QUE LUTAMOS

Lutamos porque queremos readquirir a nossa liberdade, e acabar com a exploração e opressão que pesam sobre nós há vários séculos. Lutamos porque queremos ser independentes e livres, governarmos nós mesmos a nossa terra, expulsar os colonialistas que vivem como milionários à custa do nosso trabalho enquanto nós, os moçambicanos, os trabalhadores, vivemos na mais completa miséria.

Lutamos porque não queremos ser mais oprimidos.

Queremos acabar com:

1 — Analfabetismo

A percentagem de analfabetos entre o nosso povo é de 99,8 por cento. Os portugueses tiram aos moçambicanos toda a possibilidade de estudar — porque eles sabem que um povo instruído está em melhores condições de com-

preender a exploração de que é vítima e, portanto, de lutar contra ela.

As crianças africanas só podem frequentar as escolas das missões católicas, onde lhes ensinam quase que exclusivamente a falar português. Para quê? Para elas poderem compreender as ordens do futuro patrão português. É esta a única intenção dos colonialistas, quando criam escolas para os africanos.

Os estudantes moçambicanos com mais de 16 anos, que não tenham dinheiro para pagar o imposto, são obrigados a abandonar os estudos e a trabalhar como trabalhadores forçados.

Nós lutamos porque queremos acabar com esta situação. QUEREMOS CONSTRUIR UM MOÇAMBIQUE ONDE A INSTRUÇÃO NÃO SEJA PRIVILÉGIO DE UM GRUPO OU DE UMA CLASSE, ONDE TODOS TENHAM IGUAIS POSSIBILIDADES DE ESTUDAR

QUEREMOS ACABAR COM O ANALFABETISMO ENTRE O NOSSO POVO.

2 — O trabalho forçado

Quando os portugueses precisam de mão-de-obra para as suas plantações pedem aos administradores e chefes de Posto que lhes forneçam. Os administradores e chefes de Posto vão às povoações, escolhem trabalhadores moçambicanos e entregam-nos aos donos das plantações, recebendo uma certa quantia por cada trabalhador. Quer dizer: os administradores e chefes de Posto VENDEM os moçambicanos aos outros colonos. O moçambicano é obrigado a trabalhar nessas plantações, não pode recusar-se.

Por outro lado, os nossos irmãos que não tenham dinheiro para pagar o imposto são presos e obrigados a trabalhar para o Estado, em regime de trabalho forçado:

são milhares os trabalhadores moçambicanos forçados a construir as estradas dos colonialistas. Os portugueses chamam a isto «imposto braçal».

Todos os trabalhadores são obrigados a abandonar a sua terra, as suas famílias. A família do trabalhador fica na miséria, pois o que ele ganha mal chega para ele próprio.

NÓS LUTAMOS PORQUE QUEREMOS ACABAR COM O TRABALHO FORÇADO. MOÇAMBIQUE HÁ-DE SER UM PAÍS ONDE TODOS OS HOMENS SERÃO LIVRES. A EXPLORAÇÃO DOS MOÇAMBICANOS PELOS COLONIALISTAS JÁ DURA HÁ DEMASIADO TEMPO. QUEREMOS ACABAR COM ELA.

3 — A deportação

Milhares dos nossos irmãos são enviados para S. Tomé, como escravos, porquê?

Quase sempre porque não aceitam as ordens dos portugueses, porque se revoltam contra os colonialistas.

Sobre todos os moçambicanos pesa a ameaça da prisão e deportação. Os administradores podem deportar qualquer dos nossos compatriotas sem precisarem de apresentar qualquer motivo, qualquer justificação.

NÓS LUTAMOS PARA QUE NO MOÇAMBIQUE DO FUTURO NÃO HAJA MAIS DEPORTAÇÕES IMPOSTAS ARBITRARIAMENTE.

4 — A acção militar e policial

Queremos acabar com a P.I.D.E. e com a tropa dos portugueses.

A P.I.D.E. tortura e mata todos os dias centenas dos nossos compatriotas. A intenção da P.I.D.E. é meter medo, aterrorizar os moçambicanos para que eles não se revoltem e não lutem pela sua independência. Mas o número dos nossos irmãos que se revoltam e lutam aumenta cada dia.

A tropa ajuda a P.I.D.E. a matar os nossos compatriotas. Em 1960, em Mueda, centenas de moçambicanos foram mortos porque se revoltaram contra a administração colonialista, que queria tirar-lhes as terras para dá-las aos brancos. Em Xinavane, em Lourenço Marques, em Nacala tem havido greves e revoltas, barbaramente reprimidas pela polícia e pela tropa portuguesa.

NÓS LUTAMOS PARA ACABAR COM A P.I.D.E. E COM A TROPA DOS COLONIALISTAS.

EM MOÇAMBIQUE LIVRE, QUE CONSTRUIREMOS DEPOIS DA INDEPENDÊNCIA, A POLÍCIA E O EXÉRCITO HÃO-DE EXISTIR PARA SERVIR O POVO, NÃO PARA LUTAR CONTRA O POVO.

5 — A caderneta e o recolher obrigatório

Queremos pôr fim à humilhação que representa a CADERNETA.

Para podermos arranjar um emprego, temos de ter a caderneta em ordem; qualquer polícia pode obrigar-nos a parar e exigir-nos a caderneta. Se não a temos, ou nos esquecemos dela, ou ela não está «em dia», somos logo presos.

Na nossa própria terra para podermos deslocarmo-nos dum lugar para outro temos de pedir autorização à Administração. Nas cidades, depois das 9.00 horas da noite não podemos andar nas ruas.

Lutamos porque queremos ser cidadãos livres de um Estado Livre. Porque é que os portugueses não são obrigados a ter uma caderneta, podem viajar para onde quiserem, não são obrigados a ficarem em casa depois das 9.00 horas? Porque eles consideram-se senhores da nossa terra, e consideram-nos a nós servos, escravos.

LUTAMOS PARA SERMOS NÓS PRÓPRIOS OS DONOS DA NOSSA TERRA, DA NOSSA PÁTRIA, MOÇAMBIQUE.

6 — A tortura

Quem, de entre nós, não conhece a palmatória, o chicote? Nós sofremos diariamente a dor física, a humilhação de sermos batidos, chicoteados, só porque um patrão português se lembrou de fazer queixa do seu «moleque» na Administração.

Estas não são as únicas formas de tortura utilizadas pelos colonialistas. Há muitas mais: por exemplo, cortar a pele com um bocado de vidro; queimar a planta dos pés com um ferro em brasa; choques eléctricos; furar os lábios de moçambicanos e fechá-los com um cadeado; prisão em câmaras especiais de tortura onde os nossos irmãos não podem deitar-se nem sentar-se.

NÓS LUTAMOS PARA ACABAR COM A DOMINAÇÃO COLONIAL PORTUGUESA EM MOÇAMBIQUE. QUANDO ELA ACABAR, NÃO HAVERÁ MAIS IRMÃOS NOSSOS TORTURADOS.

7 — O racismo e o tribalismo

Os brancos têm todos os direitos em Moçambique, os negros não têm nenhuns. Mas nós, moçambicanos, somos mais fortes do que os colonialistas: nós somos cerca de 7 000 000 e eles são cerca de... 100 000. Eles sabem que somos mais fortes e que os poderíamos vencer facilmente

se estivéssemos unidos. Então, utilizam uma táctica para nos enfraquecerem: procuram DIVIDIR-NOS. Como?

Por um lado, criaram a categoria dos assimilados e deram-lhes alguns direitos. Os assimilados passam a considerar-se superiores aos outros moçambicanos. E nasce daí uma nítida divisão no seio do povo moçambicano.

Por outro lado, os colonialistas portugueses procuram criar inimizade entre as tribos do nosso país. Por exemplo, eles mandam cipaios de Lourenço Marques para as regiões do Norte; as populações do Norte passam a considerar os moçambicanos do Sul como amigos dos colonialistas — originando-se uma divisão entre as tribos do Norte e as do Sul.

Nós lutamos porque queremos acabar com estas divisões entre os moçambicanos. A unidade do nosso povo é uma das nossas preocupações fundamentais: primeiro, porque só se estivermos unidos poderemos vencer os portugueses; depois, porque para consolidar a nossa independência e conduzirmos Moçambique no caminho do progresso social, económico, político — precisaremos, mais do que nunca, da UNIDADE de todos os moçambicanos.

MOÇAMBICANO, A **FRELIMO** É O SÍMBOLO DA NOSSA UNIDADE;

JUNTA-TE À **FRELIMO**, E EM BREVE NÃO HAVERÁ MAIS OPRESSORES NA NOSSA TERRA;

E EM BREVE MOÇAMBIQUE SERÁ INDEPENDENTE; E TU TERÁS CONQUISTADO A TUA LIBERDADE.

(*B. I.*, n.º 9, Junho de 1964)

2 — A definição do inimigo

Os documentos que seguidamente publicamos constituem as primeiras afirmações sobre a definição correcta do inimigo na luta de libertação nacional em Moçambique. Simultaneamente, eles sugerem as melhores formas para o combater nessa fase de preparação da luta armada.

Resultado de debates e discussões constantes e baseada numa análise aprofundada da realidade concreta do nosso país, a definição de inimigo indica-o como sendo o sistema colonial-fascista português em Moçambique, suas estruturas de repressão e agressão e quem as serve ou defende. Afirmando que as estruturas económicas do colonialismo e do imperialismo no nosso país são também objectivos a destruir, com o sistema de exploração do homem pelo homem, a FRELIMO define igualmente o inimigo em termos de classe desde o I Congresso. Essa definição revolucionária e objectiva é extremamente operacional. A sua afirmação não foi, no entanto, fácil: foi necessário, desde logo, enfrentar e destruir as ideias e concepções erradas que se lhe opuseram, procurando identificar o inimigo em termos de raça ou cor ou nacionalidade. Com frequência, estas concepções foram utilizadas quer pelos oportunistas infiltrados no seio da FRELIMO quer pelos reaccionários em luta contra a implantação do poder popular.

A denúncia dos processos utilizados, dos crimes, das torturas, das manobras e dos massacres cometidos contra o povo moçambicano pelas diversas estruturas de repressão a serviço do colonialismo — estruturas como a P.I.D.E., a O.P.V.D.C., as tropas coloniais, as polícias e os administrativos — é assim um tema que ocupa grande número de páginas dos primeiros boletins informativos da FRELIMO. A sua leitura demonstra que a repressão brutal e indiscriminada aumenta de dia para dia em Moçambique ao mesmo tempo que aumenta a resistência popular nos mais diversos sectores de actividade. É desta altura a heróica greve geral dos trabalhadores do cais da então cidade de Lourenço Marques, em Agosto de 1963, que os boletins informativos da FRELIMO descrevem através dos textos históricos que também reproduzimos.

A abrir esta secção, a «Declaração sobre a reunião entre o representante de Portugal e representantes dos países africanos», em Outubro de 1963, afirma claramente a posição da FRELIMO face a eventuais negociações com o governo colonial-fascista sobre a independência nacional.

Por último, dois outros documentos definem a forma como a FRELIMO perspectiva o avanço da luta de libertação nacional relativamente ao povo português e aos portugueses de Moçambique.

DECLARAÇÃO

(Sobre a reunião entre o Representante de Portugal e os Representantes dos Países Africanos, a qual começou no dia 17 de Outubro de 1963, em Nova Iorque)

Na próxima semana realiza-se em Nova Iorque uma reunião entre o Governo Português e as Delegações dos Países Africanos Independentes.

Esta reunião tem por fim discutir problemas relativos à independência das colónias portuguesas.

Considerando a importância desta reunião e as consequências que dela podem advir para o futuro do povo de Moçambique, o Comité Central da FRELIMO considera do seu dever declarar o seguinte:

A FRELIMO sempre considerou importante e profícuo para o bem-estar dos povos, que os dirigentes dos diversos países, ou seus representantes, se encontrem e discutam os problemas particulares e gerais que interessem à Humanidade;

A FRELIMO considerou sempre útil que os países independentes de África empreguem todos os meios eficazes, a fim de forçarem Portugal a aceitar as posições políticas defendidas pelas organizações nacionalistas que representam os povos das colónias portuguesas;

Foi assim que, em diversas ocasiões, e em particular em Adis Abeba, no «Memorandum» enviado, a FRELIMO instava com os países africanos para apoiarem as posições políticas do povo moçambicano nele defendidas.

Nesse «Memorandum» a FRELIMO declara:

«A luta de libertação nacional engajada pelo nosso povo interessa a toda a África.»

E acrescentamos: «A fim de tornar o nosso combate mais eficaz, a nossa Organização tomou a decisão de consolidar as alianças naturais que existem entre os movimentos nacionalistas e os países africanos independentes.

Por isso nós desejamos harmonizar as nossas posições políticas com as dos chefes dos estados independentes sobre os grandes problemas que condicionam o futuro do nosso continente».

Enfim, entre as propostas concretas que queríamos que fossem apoiadas por todos os chefes de Estado Africano, reunidos em Adis Abeba, nós indicávamos em primeiro lugar a necessidade de haver: «no plano político, apoio das nossas posições perante o colonialismo português».

É neste espírito que, nas vésperas da reunião entre os representantes de Portugal e dos países africanos independentes, o Comité Central da FRELIMO reafirma a sua convicção de que os países africanos, a fim de prosseguirem o seu intento de apoiar a FRELIMO na luta pelo respeito e realização das aspirações do povo moçambicano, e dentro do espírito de Adis Abeba, saberão ser nossos fiéis intérpretes e fazer compreender ao Governo Português que:

1 — A luta do povo moçambicano é uma luta justa;

2 — A luta pela independência nacional de Moçambique, é uma luta do povo moçambicano todo inteiro e que interessa antes de mais ao povo moçambicano;

3 — O FUTURO DE MOÇAMBIQUE exige que Portugal negoceie directamente com a Organização do Povo Moçambicano, a FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE (FRELIMO).

PARA O BEM
DO POVO DE MOÇAMBIQUE!

PARA O BEM DE ÁFRICA!

DAR-ES-SALAAM, 12 de Outubro de 1963.

PELO COMITÉ CENTRAL

EDUARDO C. MONDLANE

(*B. I.*, n.º 3, Outubro de 1963)

GREVE NO CAIS DE LOURENÇO MARQUES

Na primeira semana do mês de Setembro do corrente ano, os trabalhadores do cais de Lourenço Marques decidiram fazer greve para protestar contra os baixos salários e as condições gerais de trabalho.

Os estivadores recusaram-se a trabalhar enquanto não fossem satisfeitas as suas reivindicações.

Após três dias de greve e de inúmeras discussões com os patrões das companhias, os trabalhadores conseguiram obter algumas satisfações.

Os patrões, embora não tenham satisfeito completamente as reivindicações dos estivadores, foram forçados a fazer concessões, aumentando os salários.

Esta manifestação corajosa dos estivadores, num país em que a greve é proibida, é mais uma prova de que a exploração da mão-de-obra moçambicana continua a fazer-se segundo os velhos métodos do colonialismo.

Mas ela constitui também mais uma prova de que os trabalhadores moçambicanos estão dispostos a lutar para melhorar as suas condições de vida e liquidar o colonialismo português. Ela constitui, enfim, uma prova de que todas as reformas que Portugal proclama ter introduzido nas suas colónias, não modificaram as duras condições de vida e de trabalho dos moçambicanos.

Realizada nesta fase da nossa Luta de Libertação Nacional, a greve dos trabalhadores do cais de Lourenço Marques representa um valoroso exemplo para todo o trabalhador moçambicano. Ela é mais um encorajamento e incentivo a todos os trabalhadores moçambicanos para intensificar a luta pela sua liberdade e bem-estar.

Todos aqueles que aspiram à independência do povo moçambicano devem seguir o corajoso caminho destes trabalhadores e duplicarem os seus esforços na luta.

Devemos, porém, manter-nos vigilantes. Certamente que os portugueses vão procurar exercer represálias contra os estivadores. Eles tentarão procurar os CABEÇAS,

aqueles que eles querem eliminar para se vingarem. Eles procurarão fazer tudo para meter na prisão ou mesmo matar aqueles que a polícia dirá que são os CABEÇAS.

Eles tentarão fazer crer que o movimento é provocado por MEIA DÚZIA DE BANDIDOS contra a vontade dos estivadores. Assim eles pensam que conseguirão dividir o movimento e quebrar o espírito de revolta dos estivadores.

Não devemos, pois, deixar-nos enganar. Devemos estar vigilantes e prontos para reagir contra toda e qualquer forma de represália que os portugueses utilizem.

TODOS UNIDOS! TODOS SOLIDÁRIOS!
A VITÓRIA SERÁ NOSSA!

A GREVE CONTINUA

Durante a tiragem deste número do «Boletim de Informação», recebemos mais precisões sobre a greve, confirmando assim o que nós tínhamos previsto.

A greve dos estivadores do cais de Lourenço Marques continuou durante 12 dias.

Vinte e quatro navios estiveram paralisados no cais.

O Governo colonialista português, seguindo a sua táctica fascista, não podia tolerar que um povo reivindicasse os seus direitos humanos. Tentou sufocar a greve enviando numerosas tropas armadas. Esta espécie de represália não foi suficiente para dominar os estivadores resolvidos a lutar pelo seu direito.

Os portugueses decidiram então utilizar outros meios. Como os trabalhos no cais estão relacionados com os trabalhos dos Caminhos de Ferro, a greve paralisou diversos sectores dos Caminhos de Ferro.

Aproveitando-se desta situação, os portugueses procuraram criar a divisão excitando os trabalhadores dos Caminhos de Ferro contra os grevistas do cais.

Apesar de todas as manobras dos colonialistas, a greve durou 12 (doze) dias.

A FRELIMO saúda a coragem e determinação dos trabalhadores do cais, e continuará sempre como até hoje a encorajar e a apoiar o movimento reivindicativo dos trabalhadores.

(*B. I.*, n.º 2, s/d., 1963)

A GREVE DOS ESTIVADORES: PAULO BALOI MORTO PELO COLONIALISMO PORTUGUÊS; 64 ESTIVADORES NA PRISÃO DA MACHAVA

Em 27 de Agosto de 1963, precisamente no dia da manifestação de apoio ao discurso de Salazar, deu-se a greve de que nos referimos no número anterior.

Os estivadores revoltaram-se porque o chefe do cais de Lourenço Marques prometera-lhes um aumento dos salários logo que passassem a ter novos cartões, mas não tiveram aumento dos seus salários. Uma vez enganados, resolveram revoltar-se. Então foram todos juntar-se na Praça Mac-Mahon para protestar contra as autoridades locais.

Quando as autoridades tiveram conhecimento daquele acontecimento, mandaram chamar tropas e polícias que logo cercaram os grevistas. Depois de ter chegado a polícia, levantou-se um dos cabeças da greve e em poucas palavras disse:

> «Nunca vimos nem ouvimos que um pai apontasse uma espingarda a um filho que só pede pão. Admiramo-nos muito, morremos de fome e quando pedimos comida que nos falta, apontais-nos as espingardas. Pedimos que nos deis aumentos dos nossos salários, sem o que, não iremos trabalhar.»

Após isto, as autoridades não fizeram mais nada senão prender aquele moçambicano que usara da palavra e meteram-no no «Jeep», o célebre carro da polícia. Quando os outros grevistas viram que o companheiro estava preso vieram em massa e encheram o carro dizendo que queriam acompanhar o amigo à polícia. Foram presos 64 estivadores e metidos na prisão da Machava. No dia seguinte, as mulheres dos trabalhadores presos foram à prisão, querendo saber qual seria a sorte dos seus maridos, mas nada conseguiram. Dois dias depois a mulher de PAULO BALOI, um dos estivadores presos, foi à polícia perguntar pelo seu marido. A polícia recusou dar toda e qualquer informação, mas ela conseguiu, por fim, saber que o seu marido se encontrava na cadeia civil.

Mesmo sabendo que por detrás daquelas paredes jazia o seu marido, ela não pôde vê-lo porque a polícia não consentiu.

Duas semanas depois, quando voltou ao cárcere do marido, a polícia declarou secamente: O TEU MARIDO MORREU.

Durante o período da greve foram enviados ao cais os XIBALOS da C. M. L. M. e os do C. F. M., a fim de substituírem os estivadores revoltados. Como os XIBALOS não tivessem prática do serviço, sofreram bastante. Uns fracturavam braços, outros pernas, numa autêntica confusão, dezenas e dezenas de trabalhadores tiveram que ser internados no Hospital.

Os hospitais ficaram repletos de mutilados e, então, ficaram os serviços do cais totalmente paralisados. Vendo a situação bastante crítica, as autoridades forçaram os restantes estivadores a trabalhar, mas só o conseguiram depois que lhes fosse dado o aumento dos salários.

Esta atitude dos estivadores é um grande exemplo para todos.

A FRELIMO presta homenagem à memória de PAULO BALOI, vítima do colonialismo português.

VINGUEMOS OS NOSSOS MORTOS!
LIBERTEMOS OS ESTIVADORES PRESOS!
LUTEMOS PELA CONQUISTA DOS NOSSOS DIREITOS!

(*B. I.*, n.º 3, s/d., 1963)

CONTRA A P.I.D.E.: VIGILÂNCIA CONSTANTE

A Revolução Moçambicana não é um mito na história da África em Moçambique, mas sim uma luta justa e digna de todos os homens de boa vontade e amantes da Paz.

A participação de todo o moçambicano na luta pela nossa independência e liberdade, é um dever de todo o moçambicano dentro ou fora de Moçambique.

O colonialismo português procura atrasar a nossa luta revolucionária, pretendendo, assim, impedir a marcha da História da África. É para este fim que trabalha a P.I.D.E. empregando vários processos:

a) A Psico-Social recolhe informações sobre a vida da população e vai entregá-las à P.I.D.E. Claro que, depois, as pessoas acusadas de ideias políticas, são imediatamente capturadas;

A Psico-Social é uma forma de que se reveste a P.I.D.E., pela qual consegue prender os moçambicanos nacionalistas. Todo o militante deve saber que a Psico-Social é um instrumento da P.I.D.E.;

b) Andam centenas de agentes espalhados por todo o país. Procuram conversar com as massas e depois vão informar os seus superiores sobre qualquer indivíduo que manifeste o seu nacionalismo;

c) Agora facilitam as férias aos funcionários para que na volta os agentes da P.I.D.E., armando-se de amigos, colham informações. Eles procuram conversar como se fossem simples curiosos, interessados em ter novidades da terra deste ou daquele funcionário ou escriturário que esteve de férias.

Assim, eles enchem os seus blocos com informações que vão ser dadas aos carrascos da P.I.D.E.

Para fingir que não fazem mal nenhum eles às vezes não prendem logo. Deixam passar tempo e, um dia, por uma pequenina coisa que eles procuram, então, prendem.

Em cada bairro, em cada área, em cada esquina, há agentes da P.I.D.E.

Por isso, muita atenção:

VIGILÂNCIA, MUITA VIGILÂNCIA!

Enfim, a P.I.D.E. emprega todos os meios de investigar e descobrir todos os nacionalistas moçambicanos.

Em face disto tudo, qual é a posição que o militante MOÇAMBICANO deve tomar?

Ao constatar que está perante um traidor, não deve fazer mais nada senão procurar desmascará-lo por todos os meios possíveis para que outros militantes o conheçam. Para isso, deve tomar uma decisão muito forte, a de liquidar o seu inimigo.

Liquidado um, por ser agente da P.I.D.E., servirá de exemplo para os outros. O militante deve reagir desta forma:

a) Vigilância em todo o momento;
b) Conhecer o traidor;
c) Seguir-lhe os passos;
d) Convidá-lo a mudar de atitude para o seu bem e para o bem do povo moçambicano. É precisamente nesta altura que o militante medirá o seu nacionalismo. É do sim ou não do traidor que o militante deverá actuar.

É preciso liquidar esse agente da P.I.D.E. porque é uma cobra, é um espinho dentro de Moçambique. Pode levar à prisão uma grande parte do povo.

Deve ser liquidado e saber-se que morreu por exercer espionagem a favor do colonialismo português. Uma das medidas de acabar com o colonialismo português é liquidar os seus lacaios agentes da P.I.D.E.

Dentro de Moçambique, nossa Pátria, não devemos admitir qualquer acção da P.I.D.E.

São moçambicanos de pouca fé, são moçambicanos de coração negro, que a troco de alguns centavos entregam

o irmão aos colonialistas. O militante moçambicano deve estar ciente destes princípios:

1 — Enquanto a P.I.D.E. existir em Moçambique, o colonialismo continuará;
2 — Se não liquidar os traidores, a P.I.D.E. continuará em Moçambique;
3 — Sem acabar com a traição, Moçambique nunca será um país livre;
4 — O meio eficaz de liquidar o colonialismo português, é arrancar-lhe todas as suas raízes;
5 — É através delas, que o colonialismo se alimenta;
6 — Arrancadas estas, ele sucumbirá e o povo moçambicano será liberto do seu jugo;
7 — Deve colaborar com os outros nacionalistas moçambicanos para liquidar, totalmente, a P.I.D.E. dentro da sua terra.

Para tomar estas medidas, é preciso que o militante compreenda o porquê da luta. Esta luta é contra o colonialismo português.

Nas prisões da P.I.D.E. sucumbiram muitos nacionalistas moçambicanos. Quem vai vingar a sua morte?

Todo o militante, ao tentar evadir-se do seu país, se for apanhado pela P.I.D.E., morre.

São factos que o militante que está dentro ou fora de Moçambique não deve ignorar. É ele quem deve resolver estes problemas.

O militante moçambicano sabe que dentro da sua terra o termo «Liberdade» é proibido. Porquê? Será que o povo não quer liberdade?

Moçambique reclama a sua liberdade. Moçambique somos todos nós moçambicanos residentes dentro ou fora das suas fronteiras e que lutamos pela Independência do nosso país.

(*Boletim Nacional*, n.º 12, Outubro de 1964)

MOÇAMBICANOS PRESOS PELA P.I.D.E.

Encontram-se fechados nas prisões da P.I.D.E. centenas de moçambicanos. Indicamos a seguir alguns deles:

J. RIVAZ SIGAUKE;
VALENTE ESTÊVÃO TUTO;
ESTÊVÃO MALOTE;
SAMUEL MAVALE FUMO;
ABEL MANDLATI;
SAMUEL MOIANA;
FILIPE MADZORODZE;
CLEMENTE NANDANGA;
JOÃO NAMIMBA;
JACOB COIDI;
KIBILITI;
FAUSTINO VANOMBA;
ZACARIAS VANOMBA;
CORNÉLIO JOÃO;
ELIAS NAMOLENGA;
ANTÓNIO MANGEDYE;
RÉGULO MBAVALA;
TOMÉ GASPAR;
FAUSTINO MBIVI, etc....

São todos acusados de ideias subversivas. Mas o povo moçambicano sabe que eles foram presos por manifestarem o seu nacionalismo.

(*Boletim I.*, n.º 5, s/d.)

A P.I.D.E. NA RODÉSIA DO SUL

A P.I.D.E. e a polícia da Rodésia do Sul (C.I.D.) trabalham em estreita cooperação.

Assim é que um posto da P.I.D.E. foi criado em Salisbúria, precisamente ao lado da Sede da C.I.D. Além disso, as autoridades Sul-Rodesianas acederam a um pedido da P.I.D.E. no sentido de ser aberto um escritório em Salisbúria com a designação de Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

Pretende a P.I.D.E., desta maneira, atrair os nossos militantes que se encontrem naquele território: convencidos de que vão contactar com representantes da FRELIMO, eles irão cair nas garras da P.I.D.E.

A FRELIMO denuncia esta manobra da P.I.D.E. a todos os patriotas moçambicanos. E recomenda-lhes que

sejam muito cautelosos e vigilantes, quando se encontrem em território da Rodésia do Sul: a P.I.D.E. lá é quase tão forte como em Moçambique. Portanto, devemos ser tão cautelosos na Rodésia do Sul como se estivéssemos em Moçambique, no que diz respeito à P.I.D.E.

(*B. N.*, n.º 12, Outubro de 1964)

«UM APANHADO» DO DISCURSO DO COMANDANTE DAS TROPAS PORTUGUESAS EM MUEDA (sem comentário)

Em 10 de Junho de 1963, o Major, que é o actual comandante das tropas em Mueda, fez uma pomposa festa e convidou a população negra. No meio do banquete levantou-se e diz:

«Moçambique nunca terá independência. Num país em que há uma igualdade de direitos, um país em que todos somos irmãos, a independência não faz falta.

O povo vive bem e nunca deve pensar na liberdade. A conquista dela só traria contendas entre a população negra e a população branca.»

Mais adiante disse: «Portugal está em Moçambique e aguarda a chegada da FRELIMO. Então, nesse dia, far-se-á justiça a ferro e fogo».

Seguidamente, perante a população atónita, exibiu as suas tropas militares, e fez ameaças amedrontando aquele povo.

(*B. I.*, n.º 4, Janeiro de 1964)

REPRESSÃO CIVIL ORGANIZADA

Na África do Sul os brancos são convidados pelo Governo a comprar armas de fogo e a exercitar-se no seu uso.

Com isto pretendem as autoridades tornar mais fácil a repressão pela participação activa de todos os colonos. Essa política está já a ser seguida pelo Governo Português de Moçambique. Nos principais jornais de Lourenço Marques e da Beira tem sido publicado o seguinte «convite»:

«NA ORGANIZAÇÃO PROVINCIAL
DE VOLUNTÁRIOS (O.P.V.)
HÁ LUGAR PARA TODOS

A Organização Provincial de Voluntários não é mais do que uma defesa civil activa.

Como o próprio nome indica, a sua inscrição é inteiramente livre e está aberta a qualquer português ou estrangeiro residente na Província.

É claro que, se forças estranhas ameaçarem a integridade do nosso território ou a integridade da nossa população, a Organização Provincial de Voluntários será chamada a colaborar com as forças militares.

Fá-lo, no entanto, exclusivamente na defesa dos seus bens ou da sua família, se outra coisa não for declarada expressamente por cada voluntário.

Só em face dessa declaração expressa é que o voluntário é integrado nas chamadas Unidades de Intervenção que, como é óbvio, só serão utilizadas em caso de emergência.

Todos os outros, esclareça-se mais uma vez, apenas se obrigam a participar na defesa da família e dos bens, embora integrados em planos de defesa previamente estudados.

A O.P.V.D.C. aguarda a sua inscrição quer no Comando Provincial em Lourenço Marques, quer em qualquer dos comandos de zona, nas sedes dos governos de distrito.»

ESCLARECENDO:

1 — **A defesa civil activa** não é mais do que um sistema

organizado de repressão dos colonos contra o povo moçambicano;

2 — Não é contra **forças estranhas** que os portugueses se organizam, mas contra a Revolução do Povo Moçambicano;

3 — **Na defesa da família e dos bens,** quer dizer: para os colonos não perderem as terras que roubaram ao nosso povo, nem as fábricas, as casas, os carros, ou os escravos moçambicanos;

4 — **Unidades de Intervenção** são **unidades de repressão.**

É conveniente que os portugueses saibam que nós também nos estamos a organizar e que, na luta que vamos travar, a vitória será nossa, porque:

— A nossa luta é justa, enquanto a deles é injusta;
— Nós somos mais de 7 000 000, enquanto eles são só cerca de 100 000; e nada poderá vencer o nosso povo, unido, na luta pela sua independência.

(*B. I.*, n.º 9, Junho de 1964)

NOTÍCIAS DO PAÍS

O governo colonialista procura apoio dos régulos

Hoje mais do que nunca os colonialistas portugueses sentem a nossa força no interior do país, e estudam meios destinados a enfraquecê-la.

Depois de eleições simuladas de régulos para o chamado Conselho Legislativo, novas manobras dos colonialistas se seguiram:

a) Convocação de régulos para Lourenço Marques nos meses de Janeiro e Fevereiro.

Uma vez chegados a Lourenço Marques os régulos foram levados a ver o Governador-Geral com quem tomaram refeições e foi-lhes dado alojamento em hotéis normalmente reservados a colonos cheios de dinheiro.

Qual foi a intenção dos portugueses? — Seduzir e comprar as autoridades africanas: «nós damos-vos prestígio, honras, posição social e dinheiro; em troca vocês, os régulos, dão-nos a vossa terra e o vosso povo»;

b) Achando que isto não era suficiente os colonialistas mandaram governadores de distrito reunir os régulos para que, com as mentiras habituais, possam tentar ganhar o seu apoio contra a FRELIMO.

Foi por esta razão que o Governador de Porto Amélia convocou os régulos de Cabo Delgado e lhes disse:

«Vocês mandaram os vossos filhos treinar para lutarem contra nós. Nós estamos prontos a enfrentá-los. Quem ensina os vossos filhos é o nosso inimigo, que faz desordens nesta terra de Moçambique.»

Disse ainda: «Nós encontrámos esta terra sem ninguém, tudo era mato quando aqui chegámos. Agora que tudo está limpo e calmo vocês dizem que o branco é mau e deve ser expulso. Nós não sairemos daqui sem guerra. Estamos prontos para lutar, etc., etc....»

Estas palavras do Governador de Porto Amélia provam mais uma vez o cárácter agressivo dos colonialistas portugueses. Só pela força deixarão de explorar e oprimir o nosso povo.

Os moçambicanos devem responder a isto organizando-se cada vez mais e melhor para a luta.

As palavras do Governador de Porto Amélia não nos devem meter medo, a nossa força é superior à dele porque lutamos por uma causa justa — LIBERDADE.

A nossa força reside no povo de Moçambique.

A nossa luta visa libertar Moçambique da exploração

e dominação colonial portuguesa, para o benefício de todos os moçambicanos.

Não queremos mais colonos na nossa terra.

O povo moçambicano guiado pela FRELIMO vai acabar com o colonialismo e libertar Moçambique.

(*B. I.*, n.º 8, Maio de 1964)

O exército português contra o povo moçambicano

Dezenas de patrulhas portuguesas encontram-se no interior de Moçambique. Os soldados portugueses, quando encontram um moçambicano, mandam-no parar, ameaçando-o com as espingardas, revistam-no, e quando encontram dinheiro ficam com ele.

Depois perguntam se conhece os membros da FRELIMO. Se o nosso irmão diz que conhece, é logo preso e levado para o Posto, para ser interrogado e torturado. Se diz que não conhece, os soldados dizem que ele está a mentir e dão-lhe pancada.

Irmão moçambicano, é tempo de acabarmos com esta situação!

Temos que liquidar completamente o exército português na nossa terra!

Para isso o que é que devemos fazer?

Cada um de nós, sozinho, não pode lutar contra a tropa portuguesa. Só se formos todos a lutar ao mesmo tempo e estivermos organizados.

O único caminho para conseguirmos isto, é juntarmo-nos à FRELIMO. A FRELIMO está a preparar uma luta sem tréguas contra os colonialistas portugueses. Porque a FRELIMO representa os interesses e aspirações de todos nós moçambicanos.

Para vencermos os portugueses temos que estar todos juntos, todos unidos debaixo da direcção de um mesmo Guia.

Portanto, irmão moçambicano, não hesites mais: junta-te à nossa FRENTE, e prepara-te para a luta. De que serve vivermos como escravos, na mais completa miséria, suportar humilhações, torturas, pancadas todos os dias?

Um homem prefere morrer lutando pela sua liberdade. Quem aceita ser escravo e não luta, não é digno de ser considerado nosso irmão.

IRMÃO MOÇAMBICANO, PREPARA-TE PARA A LUTA! NÃO QUEIRAS MAIS SER ESCRAVO DOS PORTUGUESES! JUNTA-TE À FRELIMO!

(*B. I.*, n.º 12, Outubro de 1964)

MENSAGEM AO POVO PORTUGUÊS

(Em Moçambique, Portugal massacra, as prisões enchem-se de nacionalistas.

Em Nova Iorque, Portugal «conversa» com os países africanos.

A FRELIMO declara: o FUTURO de Moçambique deve ser discutido entre Portugal e nós. Mas não pode haver negociação alguma antes de Portugal reconhecer formal e solenemente o direito do povo moçambicano à auto-determinação e independência. Este problema interessa também ao povo português. Eis porque julgamos útil reproduzir a MENSAGEM, hoje, ao POVO PORTUGUÊS, adoptada no Primeiro Congresso da FRELIMO, que teve lugar em DAR-ES-SALAAM, TANGANYCA, de 23 a 28 de Setembro de 1962.)

PORTUGUESES:

Nestas horas graves da História de Moçambique, a FRELIMO dirige-se a vós.

O povo de Moçambique inspirado pelos sentimentos profundamente humanos de liberdade, dignidade e justiça, está firmemente a lutar, se necessário, com o holocausto da própria vida, pela conquista da sua INDEPENDÊNCIA NACIONAL. O Governo Português, estendendo os seus tentáculos, mantém numa feroz opressão o povo do nosso país.

O nosso povo continua a viver submetido ao trabalho forçado. O Governo Colonialista Fascista de Portugal prossegue a política de expropriação de nossas terras, de exploração do trabalho do nosso povo.

Ora, o benefício desta exploração reverte apenas em favor dos círculos colonialistas portugueses.

Para tentar destruir o nosso amor à liberdade, o vosso povo não hesita em massacrar o povo de Moçambique: Mueda, em Junho de 1960, Xinavane, em Fevereiro de 1961, são exemplos da bárbara reacção colonial do Governo Fascista, perante as aspirações legítimas do nosso povo.

Mais ainda, não somente Moçambique, mas também Angola, Guiné, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, desejam ser livres e independentes.

Foi para tentar quebrar a vontade do povo angolano de ser independente, que o Governo dirigido pelo Sr. Salazar, desencadeou a guerra em Angola.

Mas o povo angolano não sucumbiu e não sucumbirá, como também não sucumbirá o povo guineense. Pelo contrário, a repressão colonialista conduz somente, a uma reacção cada vez mais forte da parte do conjunto dos povos de Moçambique, Angola, Guiné dita portuguesa, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe.

Por outro lado, a situação do Governo Português no plano internacional é de quase total isolamento, sendo apenas integralmente apoiado pelos governos fascistas da África do Sul e da Espanha.

Com efeito, a consciência mundial horrorizada revolta-se contra a acção bárbara perpetrada pelo exército português em Angola e, agora também, na Guiné dita portuguesa.

A FRELIMO declara hoje retirar da sua responsabilidade toda a perda de vidas ou de propriedade por parte dos portugueses, como consequência do possível conflito que o Governo Português está criando entre as populações africanas e portuguesas em Moçambique.

O povo moçambicano espera, pois, que o povo português saberá tomar neste conflito que opõe o povo moçambicano à Administração Colonial-Fascista Portuguesa, uma posição digna das suas nobres tradições democráticas, e contribuir assim para evitar que a guerra também deflagre em Moçambique.

(*B. I.*, n.º 3, s/d., 1963)

AOS PORTUGUESES EM MOÇAMBIQUE

PORTUGUESES:

O Primeiro Congresso da FRELIMO foi claro quanto à nossa posição em relação a vós.

A FRELIMO declina a sua responsabilidade pelos danos materiais e pelas vítimas humanas que possam ser causadas pela teimosia do Governo do vosso país.

Nós queremos destruir o sistema que oprime, que explora o nosso povo e o nosso país.

PORTUGUESES:

O nosso povo vê hoje esgotadas todas as possibilidades de alcançar a independência pacificamente através de negociações. O Governo Fascista de Salazar não nos deixa outro caminho a não ser o da luta armada. E nós estamos decididos a lutar até ao fim porque a independência e a liberdade são bens supremos a que nenhum povo consciente e digno pode renunciar. Em vós mesmos durante os

vários períodos da história em que o vosso país esteve submetido à dominação estrangeira, os ideais da independência estiveram sempre presentes e levaram-nos a expulsar os opressores pela força. Compreendei, portanto, que a nossa luta é fatal e inevitável porque é justa e legítima.

Neste momento decisivo em que um conflito armado entre os moçambicanos e os seus opressores está em vias de se concretizar, importa que os portugueses em Moçambique definam com nitidez a sua posição. Não confundiremos homens com o sistema. A nossa luta é dirigida contra a máquina colonial. E, assim, o português que se recusar a pegar em armas para matar o nosso povo não sofrerá. O soldado português que depuser as armas para não participar na guerra colonial em Moçambique será bem acolhido pelos nossos militantes.

Tal é a posição da FRELIMO.

Os princípios democráticos que no passado inspiraram o vosso povo e são hoje contrariados por um governo fascista, o vosso próprio interesse, impõe-vos uma atitude clara contra a política colonialista que desde há séculos nega ao nosso povo os direitos mais elementares.

A FRELIMO espera de vós uma posição concordante com as aspirações do povo moçambicano.

ABAIXO O COLONIALISMO!

VIVA MOÇAMBIQUE INDEPENDENTE!

(*B. I.*, n.º 7, Abril de 1964)

3 — A luta anti-imperialista

A definição da luta de libertação nacional de Moçambique como sendo também uma luta anti-imperialista é assumida pela FRELIMO desde o I Congresso. Baseada na análise das realidades concretas do nosso país, no contexto da África Austral e do colonialismo português, isso implicou desde logo o reconhecimento de que a destruição de todos os vestígios da exploração imperialista em Moçambique é um objectivo permanente da luta revolucionária do nosso povo.

A exploração imperialista processava-se, por um lado, através do domínio colonial português, seu intermediário. Por outro lado, através do sub-imperialismo da República da África do Sul, base segura das grandes companhias multinacionais, e do seu agente, a Rodésia do Sul. É em direcção a estes países vizinhos, aos seus mercados e para benefício dos seus interesses que, desde fins do século passado, toda a estrutura económica e de transportes de Moçambique foi orientada criando uma dependência quase total, que só hoje começa a ser destruída.

Simultaneamente, a manutenção da situação colonial em Moçambique representava uma garantia de sobrevivência da exploração imperialista e dos regimes racistas nesses dois territórios. É com aquele fim que os países imperialistas, através do apoio em capitais, armamentos e, por último, em unidades de combate fornecidas pela África do Sul e Rodésia, vão permitir ao regime colonial-fascista de Salazar e Caetano realizar a brutal guerra de repressão que moveu contra o nosso povo durante dez anos.

As manobras e alianças que com essa finalidade foram efectuadas entre Portugal e os países imperialistas logo após a constituição da FRELIMO e durante esta primeira fase da luta de libertação nacional foram denunciadas e combatidas nas páginas dos primeiros boletins informativos da FRELIMO. Os documentos que se seguem constituem uma introdução política à luta anti-imperialista. Muito em

particular (mas não só) aqueles que se referem às alianças com a Rodésia do Sul e com a República da África do Sul.

O APOIO IMPERIALISTA A PORTUGAL

É pelo apoio material dado pelo Imperialismo Internacional que Portugal consegue manter em Moçambique 99 por cento de analfabetos, manter o trabalho forçado, a miséria, a fome e a venda de escravos para a África do Sul. É o imperialismo internacional chefiado pelos Estados Unidos da América do Norte que fornece as armas que massacram os nossos irmãos em Angola e na Guiné dita portuguesa. É pela ajuda que os países imperialistas dão através da O.T.A.N. que Portugal consegue perpetrar o massacre em Moçambique, onde já introduziu bastante material de destruição e um efectivo de mais de 35 000 soldados equipados e armados até aos dentes.

A exemplo de Cuba, o Povo Moçambicano, seguindo um processo revolucionário histórico não teme todas estas ameaças. Todos os imperialistas podem unir-se e podem ajudar-se, que as forças populares de todos os países determinadas a defender uma causa justa vencerão.

A FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE e todo o povo moçambicano estão certos que a Liberdade é mais necessária para a Humanidade do que a vida sob a escravatura imperialista.

Esta decisão firme de combater levou a FRELIMO a empreender numerosas tarefas na preparação do combate pela independência de Moçambique. Muito foi feito desde 25 de Junho de 1962, data em que o Povo Moçambicano decidiu unir-se numa só FRENTE, criando a FRELIMO. Mas o que uma revolução exige não se pode medir nem em metros nem em horas. O trabalho é vasto e contínuo. O que conta é o espírito revolucionário de um povo que se propõe a sacrificar-se até à Vitória final.

Por isso, apenas poderemos dizer que muito nos falta fazer. Estamos certos de que fá-lo-emos sem desfalecimento, porque a nossa força reside no Povo.

Contamos contudo, com a solidariedade de todos os povos que, como o Povo Cubano, combatem o Imperialismo e isto dá-nos ânimo e mais força. O que sofre o Povo Moçambicano sofreu o Povo Cubano e sofreram e sofrem milhões de companheiros da África, da Ásia e da América Latina. Por isso, unimo-nos a eles e a nossa luta não cessará enquanto não aniquilarmos o Imperialismo Mundial que é o opressor de todos nós.

(Transcrição parcial da mensagem ao Povo e Governo Cubano por ocasião do V Aniversário da Revolução Cubana — *B. I.*, n.º 10, Agosto de 1964)

CONTRA O IMPERIALISMO

Quando nos pronunciamos contra o imperialismo como sistema económico que visa a exploração da África, quando denunciamos as atitudes anti-africanas da O.T.A.N., muitos observadores dizem que são simples «slogans».

Quando dizemos que os Estados Unidos da América estão implicados na guerra que Portugal trava contra os nossos povos, não é por simples prazer de atacar os Estados Unidos. Sabemos que podemos ter amigos sinceros nos E.U.A. e não confundimos esses amigos com os imperialistas.

O Sr. Henry Ford, Presidente da Ford International, que se apresenta perante os africanos como um grande humanista e nosso «amigo», por intermédio de fundações humanitárias, foi recebido pelo real chefe do governo fascista português, Sr. Oliveira Salazar, em Lisboa, no dia 6 de Janeiro de 1964.

Terá o Sr. Ford ido a Portugal ver Salazar para o con-

vencer a parar a guerra genocida travada contra os nossos irmãos da Guiné e de Angola?

O senhor quererá de facto ajudar os africanos ou é só um gesto «simbólico» para camuflar as suas verdadeiras intenções?

Os resultados da visita do Sr. Ford não se fizeram tardar:

Enquanto se discute a maneira mais eficaz de boicotar económica e diplomaticamente os regimes fascistas e racistas de Salazar e Verwoerd, uma instalação de montagem de carros «Ford» acaba de ser inaugurada em Portugal.

Após o sector privado, o próprio governo americano tinha de ter a sua palavra. O embaixador dos E.U.A. em Lisboa, Almirante Anderson, depois de ter visitado Guiné e Angola, visitou, durante o mês de Março de 1964, Moçambique. Foi-lhe reservada uma recepção especial: o Governador-Geral, Comandante Militar e demais altas entidades militares e civis do governo fascista foram acolhê-lo ao aeroporto. Em seguida, viajando nos aviões da Força Aérea Portuguesa, visitou os centros militares recentemente construídos para exercerem a repressão contra o povo moçambicano.

Estas duas visitas, a do Sr. Ford a Salazar e a do Almirante Anderson a Moçambique, mostram-nos que há uma posição de princípio a adoptar em relação aos países imperialistas. Já o dissemos no nosso editorial do M. R. 2, repetimo-lo ainda: estes países não são realmente nossos amigos. Eles estão preparando o terreno para continuar na sua posição de exploradores.

A nossa pátria está subjugada e oprimida, o nosso opressor directo é Portugal, é contra ele que dirigimos o combate, por isso lutamos para isolá-lo realmente, pois estamos certos de que por si só não poderá resistir por muito tempo.

Os que crêem, de facto, no direito dos povos a disporem de si mesmos, na Declaração Geral dos Direitos do Homem, o seu dever é de deixarem de sustentar a guerra

colonial, o seu dever é de se solidarizarem com a nossa luta inspirada por aspirações justas e legítimas.

Os nossos verdadeiros amigos revelar-se-ão pelas suas atitudes, pela manifestação concreta de sua simpatia connosco.

Cremos na solidariedade dos povos oprimidos e explorados de todo o mundo, por isso contamos com muitos amigos mesmo nos E.U.A.

Apesar de todos os apoios que Portugal recebe de seus aliados, a nossa luta, porque é justa e apoiada pelo nosso povo, triunfará.

O nosso povo está unido no desejo comum de se libertar dos opressores. A nossa luta desenvolve-se progressivamente.

A VITÓRIA NÃO TARDARÁ.

INDEPENDÊNCIA OU MORTE.

(*B. I.*, n.º 7, Abril de 1964 — Editorial)

OS ESTADOS UNIDOS APOIAM O COLONIAL-FASCISMO

Numa Conferência de Imprensa que teve lugar em Dar-es-Salaam em 12 do corrente mês, o Presidente da FRELIMO, Dr. Eduardo Mondlane, condenou violentamente a política norte-americana de apoio ao Governo colonialista de Salazar.

Referindo-se à visita que o embaixador dos E.U.A. em Lisboa fez em Março último a Angola e Moçambique, no final da qual ele se declarou «tremendamente impressionado» com o progresso e o bem-estar das populações dos territórios ultramarinos portugueses e com a ausência de discriminação racial, o Presidente da FRELIMO disse:

«O Almirante Anderson não pode ter encontrado igualdade racial porque há racismo ostensivo, patente, nas colónias portuguesas, especialmente em Moçambique. Todas as comissões de inquérito criadas pelas Nações Unidas para estudar o problema são unânimes quanto a este ponto. O embaixador americano não pode igualmente ter encontrado progresso, bem-estar nas colónias portuguesas, porque a miséria domina as populações daqueles territórios.»

«A importância das declarações do Almirante Anderson reside também no facto de elas significarem que os movimentos de libertação das colónias portuguesas não têm razão de ser. Nada justifica a acessão dos territórios ultramarinos à independência, dado que as populações, ali, vivem em condições de completo bem-estar e progresso — eis o que o Sr. Anderson sugere, por outras palavras.»

Depois de estabelecer a comparação entre a visita do Almirante Anderson e a do General Grobbelaar, comandante-chefe das forças armadas da África do Sul, às bases militares de Moçambique, o Dr. Mondlane concluiu:

«Nós sabemos já que a visita do General Grobbelaar visa o estabelecimento de um plano coordenado de repressão do nosso povo em que o exército sul-africano intervirá ao lado do exército português quando o povo moçambicano pegar em armas para lutar pela sua libertação.

Que significado deveremos atribuir à visita do embaixador dos E.U.A. às mesmas bases militares de Moçambique?

...Com base nos factos acima descritos, somos forçados a concluir que, quando o nosso povo iniciar a revolução armada, na luta contra o imperialismo português, os E.U. da América, tal como a República da África do Sul, intervirão contra nós, apoiando Portugal.»

(*B. I.*, n.º 9, Junho de 1964)

A GULF-OIL COMPANY EM MOÇAMBIQUE

«Foi assinalada em APARA, na margem sul da Baía de Sofala, a existência de gás natural e de petróleo. A Mozambique Gulf-Oil Company enviou já para o local técnicos, material e um helicóptero, devendo começar dentro de dias a abrir poços e a construir reservatórios.»

(*Diário de Moçambique*, 22-5-964)

Isto é normal. Quando uma qualquer riqueza natural é descoberta num dos chamados territórios subdesenvolvidos, imediatamente os países imperialistas se põem em campo procurando reservar para si a exploração dessas riquezas, sob pretexto de «ajudar o território a desenvolver o seu potencial económico».

No caso dos territórios coloniais, quando a Metrópole não tem meios económicos para a exploração directa, «elege», de entre os seus aliados, aquele que lhe parece mais merecedor desse prémio por ter dado mais provas de amizade e de apoio à sua política colonialista.

A América foi eleita por Portugal. Não há nada de estranho nisto.

(*B. I.*, n.º 9, Junho de 1964)

OS FALSOS AMIGOS

Já por várias vezes formulámos neste nosso boletim acusações idênticas contra governos de países ocidentais: os Estados Unidos da América do Norte, a Alemanha Ocidental, a França, o próprio governo inglês representado pelo partido conservador figuraram já aqui como réus por conivência com o colonialismo português. Mas o facto não nos causava surpresa: nós sabemos que existe uma solidariedade inevitável entre todos os países capitalistas e

imperialistas, fundada num mesmo interesse, numa comum necessidade: a da exploração económica de outros povos e de outros territórios.

Agora, porém, é um partido que diz seguir uma linha **socialista** que vem louvar o colonialismo português, e implicitamente negar a legitimidade do nosso direito à independência — sugerindo que, uma vez que há «progresso e bem-estar» em Moçambique, não há razão para o Povo Moçambicano desejar a independência. Um partido que, ainda em Fevereiro do corrente ano nos declarava, através dos seus representantes, que «a linha política do Partido Trabalhista era no sentido de favorecer e apoiar o movimento de emancipação da África; e que o seu «leader», o Sr. Harold Wilson, declara que, se subisse ao poder, faria todos os possíveis por cortar cerce o fornecimento de armas a Portugal e África do Sul, sabido como é que essas armas são utilizadas pelos governos daqueles dois países para a defesa da sua política colonial-fascista e racista contra as populações africanas».

O que é que determinou a mudança de atitude do Partido Trabalhista?

O que é que fez com que ele aceitasse um convite, dirigido pelo governo português aos seus membros, para visitar Angola e Moçambique?

A FRELIMO tinha posto o Partido Trabalhista Britânico de sobreaviso contra este convite, fazendo-lhe ver que uma eventual aceitação significaria sempre, **pelo menos,** um apoio moral à política colonial portuguesa.

Mas o Partido Trabalhista ignorou soberanamente a nossa advertência — e em Agosto findo, um grupo de deputados chegou a Lisboa, seguindo no dia 13 para Angola e Moçambique.

O simples facto da aceitação do convite, numa altura em que Portugal busca ansiosamente apoio internacional para a sua vetusta política colonial, constitui já, de por si, um facto grave e comprometedor.

Mas o ponto culminante da manobra deste partido

situa-se nas declarações que, quando do seu regresso de Angola e Moçambique, os seus membros fizeram à Imprensa.

Segundo a Agência France Press, Robert Mellish, membro trabalhista do Parlamento Britânico, declarou em Lisboa, em 25 de Agosto de 1964: «A nossa impressão é de que se torna necessário olhar os problemas da África portuguesa **com amizade** e não se confundir com os da África Central ou com qualquer outro território do continente africano...

Posso dizer com sinceridade que existe uma verdadeira África portuguesa. Esta África está a ser construída pelos governantes portugueses que ali procuram ultrapassar numerosos problemas do passado, ocupando-se das condições de progresso e de bem-estar para todos os súbditos que são honestos cidadãos portugueses».

O «Sunday Telegraph» de Londres refere que «as declarações dos membros do Parlamento Britânico, elogiando constantemente o progresso de Angola e Moçambique — as duas províncias ultramarinas portuguesas que visitaram — causaram os mais vivos comentários».

Estes deputados mentiram. Mentiram deliberadamente, com uma certa intenção, com uma intenção reservada e inconfessada.

Porque de facto nada ficaram a conhecer do nosso país. É o próprio «Diário de Moçambique» que nos diz que estes membros do Parlamento Britânico passaram a maior parte do seu tempo da sua visita em banquetes e recepções. E que os lugares para onde foram conduzidos foram os bairros europeus de Lourenço Marques e Beira, e o colonato do Limpopo; tendo visitado ainda **com particular interesse e entusiasmo,** a reserva de caça da Gorongosa.

Uma conclusão emerge, clara e límpida, dos factos acima descritos. Uma conclusão que pode ser sintetizada numa frase breve, e que responde às interrogações que acima formulámos: o Partido Trabalhista Britânico apoia

— e apoiou sempre — a política colonialista de Portugal.

A lição que nós hoje aprendemos é a de que, até prova em contrário, muitos dos partidos e movimentos dos países ocidentais não podem merecer-nos confiança, mesmo quando se apresentam com o rótulo de «progressistas», «avançados», «socialistas». Na sua maior parte, eles estão inflexivelmente influenciados e dominados pela lógica do sistema a que pertencem.

Esta lição ensina-nos também que a defesa dos princípios e dos objectivos da revolução moçambicana exige que estejamos atentos e vigilantes a fim de podermos reconhecer e desmascarar os falsos amigos do povo moçambicano.

Porque este facto não é um facto único, isolado. Ele inscreve-se num plano geral de mistificações e mentiras por parte de todos os países imperialistas em relação aos nossos ideais de Liberdade.

O povo moçambicano está prevenido, vigilante, atento. Ele saberá fazer face a todas as manobras imperialistas.

(*Boletim Nacional*, n.º 12, Outubro de 1964 — Editorial)

ACORDO SECRETO ENTRE PORTUGAL E A RODÉSIA DO SUL

É agora claro que um acordo secreto foi firmado entre os governos de Portugal e da Rodésia do Sul.

Com efeito, durante a sua passagem por Lisboa, a caminho de Londres, Ian Smith, Primeiro-Ministro da Rodésia do Sul, teve longas conversações com os governantes portugueses, «todas elas com carácter confidencial». («Diário de Moçambique», 6-9-64).

A preocupação de Smith e Salazar de não deixar vir a público nem sequer o assunto sobre que incidiram as suas conversações, vem confirmar as nossas suspeitas: os nossos irmãos de Zimbabwe, na conquista da sua independência, terão de defrontar-se não só contra os brancos que se estabeleceram no seu país, mas também contra o poderoso exército português que domina ainda Moçambique. Nenhumas dúvidas são possíveis quanto a este ponto: os militantes da FRELIMO que actuam no interior de Moçambique, nos distritos de Manica e Sofala e Gaza, comunicam-nos que grande número de tropas portuguesas foram ultimamente concentradas junto à fronteira com a Rodésia do Sul.

Os povos de Moçambique e do Zimbabwe estão conscientes do perigo que representa para eles esta aliança entre os governos fascistas e racistas de Smith e de Salazar. A consciência deste perigo comum vem reforçar os laços que tradicionalmente nos unem, fundados num mesmo ideal de independência e liberdade.

A conjugação e coordenação de todas as nossas forças permitir-nos-á, em breve, pôr fim à desumana discriminação, opressão e exploração que os fascistas brancos fazem pesar sobre nós.

(*B. N.*, n.º 12, Outubro de 1964)

A INTERVENÇÃO DA ÁFRICA DO SUL

Quando o comandante-chefe das forças armadas da África do Sul visita oficialmente as instalações militares de Moçambique, forçoso é descortinar por detrás desta visita uma certa intencionalidade. Ela é evidente: trata-se da concretização do acordo de apoio e assistência mútua firmado entre Portugal e a África do Sul com vista à manutenção da situação colonial e da dominação branca no sul da África.

Nós sabemos que, quando a revolução armada eclodir em Moçambique, o exército sul-africano colocar-se-á ao lado do exército português na repressão do nosso povo, como hoje soldados espanhóis lutam lado a lado com os soldados portugueses na Guiné dita portuguesa.

O Conselho de Segurança reunir-se-á com carácter de urgência e votará uma moção «condenando energicamente» a intervenção sul-africana em Moçambique. Salazar justificar-se-á alegando que, segundo as leis internacionais, qualquer estado pode solicitar o auxílio de um outro estado para a «manutenção da ordem» dentro das suas fronteiras; e que, sendo Moçambique uma «Província Portuguesa», nada há de ilegal nessa intervenção.

Ou não se dignará sequer responder, desligando-se, pura e simplesmente, da O.N.U., como ameaçou já fazê-lo num discurso pronunciado em Lisboa em 1-5-64. E aquela moção perder-se-á entre todas as outras até hoje votadas contra a política de Salazar.

Nós sabemos que a intervenção da África do Sul é certa: porque, assim como existe um vínculo de mútua solidariedade entre todos os povos oprimidos que lutam pela sua liberdade, assim também os países colonialistas e imperialistas se unem numa frente única contra o inimigo comum: os movimentos de libertação.

E se vimos aqui hoje denunciar o pacto colonialista de Salazar e Verwoerd não é porque tenhamos qualquer ilusão quanto à possibilidade de as nossas acusações poderem provocar uma mudança na sua política. Mas apenas porque, nesta fase em que nos encontramos, imediatamente preliminar da acção armada, torna-se necessário enumerar e caracterizar em cada momento os nossos inimigos, para podermos avaliar concretamente a amplitude das forças que teremos de defrontar.

Por maiores e mais fortes que elas sejam, não poderão obstar à nossa Independência: mas é preciso conhecê-las exactamente para podermos combatê-las.

(*B. N.*, n.º 9, Junho de 1964)

4 — Luta inevitável — Luta prolongada

O recurso à luta armada como meio de conquistar a independência total e completa de Moçambique é reconhecido como tal durante o I Congresso da FRELIMO, realizado entre 23 e 28 de Setembro de 1962.

Afirmação explícita nesse sentido está contida na Mensagem do Congresso ao povo português que atrás publicámos. Textualmente, é aí declarado: **O povo de Moçambique inspirado pelos sentimentos profundamente humanos de liberdade, dignidade e justiça, está firmemente disposto a lutar, se necessário com o holocausto da própria vida, pela conquista da sua independência nacional.**

Nos Estatutos e Programa, que sintetizam as decisões finais do Congresso, a fórmula utilizada é a de que a independência nacional seria conquistada **por todos os meios.** Asserção que é completada pela afirmação contida no documento que define os fins da FRELIMO: **empregar directamente todos os esforços para promover o rápido acesso de Moçambique à independência.**

A utilização de todos os meios implica, simultaneamente, uma intensa actividade diplomática, tendente a levar Portugal à mesa de conversações e o início da preparação da luta armada. Só quando fossem esgotadas todas as possibilidades de obter a independência sem derramamento de sangue, a FRELIMO desencadearia a insurreição geral armada. No seio do movimento, o grupo de revolucionários que promovera a constituição da FRELIMO e que marcara de forma indelével os primeiros Estatutos e Programa não tinha dúvidas de que esse seria o único caminho. Reportando-se a essa altura, escreveu, nomeadamente, o Presidente Eduardo Mondlane: **Embora decididos a fazer tudo o que estivesse ao nosso alcance para tentar obter a independência por meios pacíficos, estávamos já nessa altura convencidos de que uma guerra seria necessária.** E, mais adiante: **Cerca de 1961, duas conclusões eram óbvias. Primeiro Por-**

tugal não admitiria o princípio de autodeterminação e independência (...). Segundo, a acção política moderada, tal como greves, manifestações e petições, resultaria só na destruição daqueles que nela tomavam parte. Eram-nos deixadas, portanto, duas alternativas: continuar indefinidamente a viver sob um regime repressivo imperialista ou encontrar um meio de usar a força contra Portugal que fosse suficientemente eficaz para ferir Portugal sem resultar na nossa própria ruína. Foi por isso que aos olhos dos responsáveis da FRELIMO a luta armada apareceu como o único método.

Esta certeza, baseada numa análise científica do colonialismo português, não era, no entanto, partilhada por muitos dos restantes elementos engajados na luta. Estes estavam convencidos de que Portugal acabaria por ceder ou, na pior das hipóteses, cederia logo após o deflagrar dos primeiros tiros. Não foi isto que aconteceu e, prevendo-o igualmente, a linha revolucionária no seio da FRELIMO lançara a palavra de ordem de luta prolongada.

Os textos que se seguem documentam os esforços desenvolvidos pela FRELIMO para evitar derramamento de sangue e constituem uma análise geral da situação pouco antes do desencadeamento da luta armada. As condições necessárias estavam criadas. Os revolucionários no interior da organização tinham já interiorizado a concepção de que a luta seria prolongada e também de que ela era uma fase superior da política até aí desenvolvida — e que, entretanto, a preparara.

A LUTA PROLONGADA

Nenhum movimento de libertação consciente e responsável pode encarar de ânimo leve o problema da insurreição armada nos territórios que pretende libertar. Uma multiplicidade de questões se lhe deparam — questões sobre as quais ele tem de se debruçar e que tem de estudar, ponderadamente, tendo sempre presentes os seguintes princípios: o movimento existe como emanação da vontade popular (e só nessa medida é válido); consequentemente, o movimento existe para guiar o povo pelo melhor caminho no sentido da independência, atendo-se à situação concreta e ao seu lema básico — servir o povo e a Revolução.

A escolha do momento decisivo para a insurreição armada, por exemplo, é uma das condições de fundamental importância para o êxito da luta. Na determinação

desse momento intervêm factores de vária ordem, designadamente: uma conjuntura internacional propícia, favorável, e uma organização e politização das massas populares suficientemente sólida, o mesmo é dizer, a existência, no seio de toda a Nação, da determinação firme de lutar até ao fim, de suportar todas as privações, de vencer todas as dificuldades até à expulsão definitiva dos opressores.

Porque, se é certo que a luta, por vezes, se resolve rapidamente, quando a relação (confronto) de forças é favorável à Revolução, não é menos certo que outras vezes (como acontece no nosso caso) a previsão é no sentido de uma luta longa e dura, dada a superioridade material do inimigo: a nossa luta, com efeito, não é travada só contra Portugal, mas também contra os estados imperialistas com interesses no nosso país — estados esses que se contam entre os mais poderosos do Mundo. A luta do povo moçambicano contra Portugal, E.U.A., Inglaterra, França, Alemanha Ocidental — tem fatalmente de ser longa até à nossa vitória final.

Ora, precisamente, uma guerra deste género e, particularmente, uma guerra a ser levada a cabo por um país há séculos sob dominação colonial, exige uma preparação prévia não só no plano militar, mas nos planos político, económico e cultural.

No plano político, no interior, é preciso mobilizar o povo, reforçar a todo o instante a Unidade Nacional, neutralizar as tentativas do inimigo para enganar e dividir, juntar todas as forças capazes de colaborar na expulsão dos colonialistas. No exterior é preciso procurar o apoio de todos os povos amantes da Liberdade, e coordenar as nossas actividades com as dos povos das outras colónias portuguesas.

No plano económico é necessário, principalmente, criar os meios que nos permitam, durante a luta, satisfazermos nós mesmos as nossas necessidades básicas.

No plano cultural, temos de desenvolver uma cultura anticolonialista, com acento no patriotismo, e ao mesmo

tempo, lutar contra a propaganda dos colonialistas e reforçar a confiança na vitória final.

É preciso, em suma, educar, organizar, mobilizar, armar todo o povo a fim de que ele participe na luta sabendo exactamente, conscientemente, a razão de ser e os objectivos mediatos e imediatos da Revolução.

Só assim será possível tornar cada moçambicano um militante. E isto é fundamental, porque a única arma contra a superioridade material do inimigo residirá no Heroísmo do nosso Povo.

É este o ponto de vista da FRELIMO. Nós somos ao mesmo tempo contra o aventurismo e a hesitação passiva: entendemos que só o conhecimento exacto dos factos pode determinar o programa a seguir.

A história dos movimentos de libertação dos países oprimidos (Vietnam, Cuba, Argélia, por exemplo) mostra-nos que, na conjuntura actual, um povo que se lança decididamente no caminho da Libertação acaba por vencer todas as dificuldades, derrotar todos os inimigos e alcançar a vitória final. Sendo para tanto necessário que ele esteja mobilizado, organizado e unido.

É consciente desta realidade que, para podermos desencadear uma luta em que a certeza da vitória seja absoluta, pela participação resoluta de todo o Povo Moçambicano, desenvolvemos hoje uma actividade intensa no sentido de insuflar no Povo um espírito revolucionário consequente procurando uni-lo numa só frente nacional.

A nossa divisa é:

INDEPENDÊNCIA OU MORTE.

(Editorial do *B. I.*, n.º 8, Maio de 1964)

CRIAMOS AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS

Naquilo que nos diz respeito nós, moçambicanos, cumpriremos o nosso dever.

Nós estamos conscientes do facto de que só pela via das armas nós conseguiremos a Independência. Chegámos a essa conclusão pela nossa experiência de luta em Moçambique, e também pela experiência dos nossos irmãos de Angola e da Guiné dita portuguesa.

É por isso que nós prosseguimos o trabalho de organização e mobilização do povo, e criamos as condições necessárias para a passagem à fase da acção directa. Nós cumpriremos o nosso dever, continuaremos a luta, faremos todos os sacrifícios necessários, e venceremos o colonialismo português.

(Parte final da alocução do Presidente Eduardo Mondlane, em Argel, em 16 de Abril de 1964 — *B. I.*, n.º 8, Maio de 1964)

A SITUAÇÃO EM VÉSPERAS DA LUTA ARMADA

O colonialismo fascista português exerce-se no nosso país duma maneira bárbara e desumana. Mas, nada poderá travar a nossa grande marcha para a liberdade.

Em Junho de 1960, em Mueda, muitas centenas de camponeses foram liquidados pelos colonialistas portugueses por terem pedido o direito de viver nas suas próprias terras.

Em Julho de 1962, os trabalhadores forçados das plantações de cana-de-açúcar de Xinavane, tendo pedido condições humanas de trabalho foram, em resposta massacrados e aprisionados.

Em Agosto de 1963, os estivadores de Lourenço Marques fizeram greve para a defesa dos seus direitos económicos e políticos. Há 60 presos e mortos.

Em Setembro de 1963, trezentos trabalhadores de Nacala também fizeram greve contra a compa-

nhia dos Caminhos de Ferro de Moçambique, para reclamar os salários das horas suplementares. Para parar a greve, a companhia prometeu satisfazer as suas reivindicações, mas nos dias seguintes fizeram-se muitos prisioneiros dentre os grevistas.

Eis algumas das manifestações do colonialismo no nosso país. Depois de termos analisado a longa experiência que temos do regime português no nosso país, e considerando a recusa sistemática de Portugal de reconhecer o direito do nosso povo à autodeterminação e à independência, estamos decididos a arrancar a nossa independência pelas armas.

É para coordenar e canalizar a nossa acção que decidimos constituir uma frente, a Frente de Libertação de Moçambique.

A FRELIMO nasceu da fusão de três movimentos, os mais importantes do nosso país:

A MANU (Mozambique African National Union); a UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique); a UNAMI (União Nacional de Moçambique Independente), bem como de grupos de moçambicanos que trabalhavam no interior de Moçambique.

A FRELIMO é uma frente de libertação nacional constituída por moçambicanos sem distinção de sexo, de origem étnica, de domicílio ou de crença religiosa.

Os seus fins são:

1 — A liquidação total em Moçambique da dominação colonial portuguesa e de todos os vestígios do colonialismo;
2 — A conquista da independência imediata e completa de Moçambique;
3 — A defesa e a realização das reivindicações de todos os moçambicanos explorados e oprimidos pelo regime colonial português.

A criação da FRELIMO como uma organização data de 25 de Junho de 1962. Mas o espírito que orientou a formação da FRENTE vem de longos anos de sofrimento, de exploração, de torturas, perpetrados pelo colonialismo contra o nosso Povo.

A frente é o resultado da acção da nova geração de moçambicanos que querem reconquistar a liberdade da nossa Pátria.

A unidade de acção e de pensamento no seio da FRELIMO constrói-se diariamente. É o trabalho quotidiano, as dificuldades e os sofrimentos na luta que homogeneizam e cristalizam o nosso movimento revolucionário.

De 25 de Junho de 1962 até ao Congresso de Setembro de 1962, e do Congresso até hoje, muitas transformações se realizaram no nosso movimento; em particular, uma depuração moral e uma consolidação das nossas posições políticas foram realizadas.

Em que ponto está actualmente a luta em Moçambique?

Para realizar os seus objectivos, a FRELIMO mobiliza, organiza e une todos os moçambicanos.

A primeira tarefa que nós fixámos foi a de mobilizar os moçambicanos no interior e no exterior do país.

Assim, por diferentes meios despertamos o instinto revolucionário do nosso povo.

Não saberíamos encontrar moçambicanos dignos deste nome que aceitem ser considerados portugueses.

O trabalho de enquadramento e de organização conhece já sucessos consideráveis. A FRELIMO despende todos os seus esforços para estabelecer cuidadosamente uma estrutura nacional que enquadre bem todos os sectores vitais da luta revolucionária, a saber: as massas laboriosas e camponesas.

A reacção das forças colonialistas do interior e do exterior de Moçambique dá-nos sinais que salientam o sucesso obtido pela nossa luta.

NO INTERIOR: Os portugueses reforçaram o exército, ocupam posições ditas estratégicas, constroem pistas de aterragem, distribuem armas aos brancos. Isto, dizem eles, para prevenir a insurreição.

— A polícia moderniza o seu aparelho;
— Um departamento especial, encarregado de preparar a infiltração e sabotagem da FRELIMO, foi constituído;
— Um serviço de Acção Psico-Social foi criado.

Um oficial do exército dizia recentemente, numa reunião ao Norte de Moçambique: «Nós esperamos os bandidos da FRELIMO».

NO EXTERIOR: Portugal tenta fazer valer a sua teoria de autodeterminação para confundir a opinião internacional. Nós criticámos energicamente diante do IV Comité da O.N.U. em Novembro passado, a «lei orgânica» e a teoria portuguesa de autodeterminação. Não voltaremos a este assunto. Somente, queremos precisar que nós lutaremos para a independência total e completa de Moçambique e para nada mais. Nós não empreenderemos quaisquer negociações com Portugal, sem que tenha reconhecido o nosso direito inalienável à autodeterminação e à independência.

Preparação dos quadros político-militares

Enquanto o nosso trabalho no interior do país se desenvolve, preparamos quadros político-militares que saberão enquadrar as massas e realizar uma luta armada bem organizada. Como já dissemos, não temos outra solução senão o desfecho de uma acção armada directa contra os colonialistas no nosso país.

É por isso que dedicamos uma grande importância à formação política dos nossos militantes e à elevação progressiva do seu nível de consciência nacional, que se afirmam no contacto com os nossos responsáveis políticos.

Temos igualmente um «Boletim Nacional» produzido nas línguas mais importantes do nosso país e no qual expomos, claramente, as finalidades da nossa luta, a causa da nossa luta, o adversário contra o qual lutamos. Este adversário não é o Povo Português. Não temos nada contra o Povo Português que também é oprimido e sofre. O nosso inimigo é o imperialismo sob todas as suas formas.

Isto é muito importante na medida em que nós estamos convencidos de que a luta que travamos hoje, queremos dizer, a luta pela independência nacional, não é senão uma fase da nossa Revolução. A libertação total e completa da nossa terra exige muito esforço e uma grande maturidade política.

É graças a esta formação política que nós podemos preparar com as maiores probabilidades de sucesso as condições necessárias a uma revolução radical do estado actual das coisas em Moçambique.

Nós queremos transformar Moçambique de país dependente, oprimido e explorado em país livre e próspero, no qual toda a exploração do homem pelo homem será totalmente eliminada. Nós queremos viver em paz e estamos decididos a não aceitar no nosso território qualquer base militar estrangeira seja de que país for.

A cumplicidade dos imperialistas

Muita gente de boa fé faz a seguinte pergunta:

— Como se explica que, sendo Portugal um país minúsculo, atrasado e subdesenvolvido, consiga sustentar uma guerra colonial?

Para nós, a resposta é simples:

— Portugal não é senão um intermediário, a guerra colonial é sustentada pela O.T.A.N.
São os membros da O.T.A.N. que fornecem armas, dinheiro e até homens a Portugal.

Ainda que Portugal pareça isolado nos tribunais internacionais, com efeito, ele não o está. A Grã-Bretanha, a França, os Estados Unidos da América, a República Federal Alemã e muitos outros dão-lhe ainda toda a assistência necessária para exterminar as nossas populações.

Portugal, em vez de procurar uma solução (pacífica), continua a armar-se e obriga-nos a travar uma guerra.

Estamos decididos a arrancar a nossa Independência por todos os meios e nada poderá deter-nos.

(Parte final de uma alocução feita em 10 de Fevereiro de 1964, pelo representante da da FRELIMO em Paris — *B. I.*, n.º 6, Março de 1964)

EXTRACTOS DA INTERVENÇÃO DO REPRESENTANTE DA FRELIMO NA CONFERÊNCIA DA INFORMAÇÃO ORGANIZADA EM LONDRES EM 12 DE FEVEREIRO DE 1964, PELO MOVIMENTO PARA A LIBERTAÇÃO DAS COLÓNIAS

Depois de agradecer o convite que aquela organização nos fizera e a oportunidade que nos proporcionara de dar a conhecer ao Povo Inglês o desenrolar da nossa luta, descreveu em resumo alguns dos acontecimentos mais importantes da luta moçambicana pela liberdade e pela independência total.

A seguir mostrou a posição da FRELIMO em face destes acontecimentos, resumida nos seguintes termos:

«Assim, a luta armada é inevitável em Moçambique. Queremos ser um Povo livre num país livre. Temos que usar todos os meios (inclusive as armas) para alcançarmos a nossa independência.»

Mais adiante fez notar que a FRELIMO nunca se esqueceu de frisar que a nossa luta é contra o colonialismo português e não contra o Povo português, que também está oprimido.

Referindo-se à intervenção dos países membros da O.T.A.N., disse:

«Sabemos que a Grã-Bretanha e outros membros da O.T.A.N. ajudam Portugal, mas sabemos também que o povo britânico não quer sustentar uma guerra colonial.

Fazemos lembrar que o Sr. Harold Wilson, em 17 de Março de 1963, votou por um Governo Trabalhista que apoiaria os Povos de Angola e de Moçambique na sua luta pela liberdade e pelos direitos humanos. A solidariedade internacional com o nosso Povo e com a nossa luta é hoje evidente.

A nossa decisão forte de levar a cabo a nossa luta revolucionária é calorosamente apoiada não somente pelos países africanos mas, também, por todos os Povos amantes da Paz.»

A NOSSA VITÓRIA NÃO TARDARÁ.

INDEPENDÊNCIA OU MORTE!

(*B. I.*, n.º 6, Março de 1964)

II. — O DESENCADEAMENTO DA LUTA ARMADA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

PROCLAMAÇÃO AO POVO MOÇAMBICANO

MOÇAMBICANAS, MOÇAMBICANOS:

Em Setembro de 1962 o Congresso da FRELIMO afirmou unanimemente a vontade e a determinação do povo moçambicano de lutar por todos os meios para conquistar a independência nacional.

Durante os dois anos que decorreram a FRELIMO nunca cessou de trabalhar para a realização desse objectivo.

A FRELIMO procurou, através de um esforço pacífico, convencer o governo colonial-fascista de Portugal a satisfazer as exigências políticas fundamentais do povo moçambicano.

Junto das instâncias pan-africanas, afro-asiáticas e mundiais, a FRELIMO expôs constantemente a situação em que vive o povo moçambicano e denunciou os crimes do colonialismo em Moçambique.

Assim foi que, após o povo moçambicano, tanto a Organização da Unidade Africana como as Nações Unidas e, em geral, a opinião pública mundial, condenaram a política criminosa do governo português.

Apesar disso, o colonialismo português continua a exercer a sua dominação sobre a nossa Pátria.

As riquezas do nosso país e o trabalho do nosso povo continuam a ser explorados pelos colonialistas portugueses e seus aliados imperialistas.

Companheiros nossos são diariamente assassinados por participarem activamente na luta de libertação da nossa terra.

As prisões estão cheias de patriotas, e os que ainda se encontram em liberdade vivem na incerteza do dia de amanhã.

A P.I.D.E. aumenta o número dos seus agentes e aperfeiçoa os seus métodos de tortura; o exército português reforça-se e aumenta constantemente os seus efectivos em homens e em material de guerra; e a «psico-social» prossegue a sua campanha com vista a enganar o povo moçambicano.

MOÇAMBICANAS, MOÇAMBICANOS:

A FRELIMO realizou sempre a sua acção de modo a assumir plenamente as suas responsabilidades de guia da revolução do povo moçambicano.

Por isso, paralelamente ao esforço pacífico, a FRELIMO foi criando as condições para fazer face à eventualidade da luta armada.

Hoje, perante a recusa constante do governo português em reconhecer o nosso direito à independência, a FRELIMO reafirma que a luta armada é a única via que permitirá ao povo moçambicano realizar as suas aspirações de justiça e de bem-estar social.

MOÇAMBICANAS, MOÇAMBICANOS:

Operários e camponeses, trabalhadores das plantações, das serrações e das concessões, trabalhadores das minas,

dos caminhos de ferro, dos portos e das fábricas, intelectuais, funcionários, estudantes, soldados moçambicanos no exército português, homens e mulheres, jovens, patriotas,

EM NOME DE VÓS TODOS

A FRELIMO PROCLAMA HOJE, SOLENEMENTE, A INSURREIÇÃO GERAL ARMADA DO POVO MOÇAMBICANO CONTRA O COLONIALISMO PORTUGUÊS, PARA A CONQUISTA DA INDEPENDÊNCIA TOTAL DE MOÇAMBIQUE.

A nossa luta não deverá cessar senão com a liquidação completa do colonialismo português.

MOÇAMBICANAS, MOÇAMBICANOS:

A revolução moçambicana, obra do povo moçambicano, inscreve-se no quadro geral da luta dos povos da África e do mundo pela vitória dos ideais de liberdade e de justiça.

A luta armada que hoje anunciamos, visando a destruição do colonialismo português e do imperialismo, permitir-nos-á instaurar no nosso país uma nova ordem social popular. O povo moçambicano estará assim a dar uma grande contribuição histórica para a libertação total do nosso continente, e para o progresso da África e do mundo.

MOÇAMBICANAS, MOÇAMBICANOS:

Nesta hora decisiva da história do nosso país, em que unanimemente decidimos enfrentar o colonialismo português com as armas na mão, a FRELIMO está certa de que cada moçambicano cumprirá o seu dever.

Reforcemos continuamente a nossa unidade, a união de todos os moçambicanos, sem distinção alguma, do Rovuma ao Maputo.

Consolidemos cada vez mais a nossa organização, ajamos sempre de maneira organizada.

Em cada lugar, a FRELIMO estará sempre presente e pronta a conduzir a luta.

Sejamos firmes, decididos e implacáveis para com os colonialistas portugueses.

Sejamos firmes, decididos e implacáveis para com os lacaios do colonialismo português, os agentes da P.I.D.E. e todos os traidores ao povo e à Pátria moçambicana.

UNIDOS VENCEREMOS!
INDEPENDÊNCIA OU MORTE!
MOÇAMBIQUE VENCERÁ!
VIVA A FRELIMO!
VIVA MOÇAMBIQUE!
VIVA A ÁFRICA!

25 de Setembro de 1964.

O COMITÉ CENTRAL

(*Boletim Nacional*, n.º 13, Outubro de 1964)

EDITORIAL

A nossa luta armada começou.

Começou como tínhamos previsto, organizado, determinado.

No momento exacto, quando as condições militares e políticas que a FRELIMO vinha criando no interior de Moçambique se realizaram, o povo moçambicano, instruído pela FRELIMO, pegou em armas, e atacou.

Antes, a nossa luta tinha-se situado no plano das tentativas de negociação. Foi depois de esgotadas todas as possibilidades de uma solução pacífica que decidimos pegar em armas. Sabemos agora que é este o único meio de convencer os portugueses a irem-se embora; a largar mão do que nos pertence; a restituírem-nos a nossa terra.

Estamos conscientes das dificuldades que teremos de enfrentar. 35 000 soldados portugueses equipados com as armas mais modernas, fornecidas a Portugal pelos seus aliados imperialistas; canhões e tanques; aviões a jacto; bombas napalm; uma polícia instruída nas técnicas nazis de repressão e de controlo; milícias de colonos especialmente treinados na «caça ao negro». Todo este aparelho começou já a funcionar contra nós, na sua maior força.

Mas quando decidimos enfrentar o colonialismo português, quando resolvemos, por decisão consciente e reflectida, destruir o mundo de opressão e de miséria que estrangeiros estabeleceram no nosso País, para sobre ele construirmos um mundo de justiça e de progresso, nós tínhamos já procedido ao confronto de forças. Nós sabíamos já que, para muitos de nós, a morte seria o preço deste ideal. Estamos dispostos a pagar qualquer preço.

Por nós, temos a força que nos vem dos nossos ideais de Liberdade e o auxílio que nos prestam os outros países progressistas. Temos a História e o exemplo doutros povos: também os nossos irmãos Argelinos decidiram um dia ser livres e conseguiram-no, lutando contra um dos mais poderosos exércitos colonialistas de todos os tempos.

Nada temos a perder. A própria existência deixa de ter significado, num regime de servidão. Nada temos a perder a não ser as cadeias que contrariam e ferem a nossa dignidade.

Não recuaremos nunca. Nada poderá travar a nossa revolução. A revolução moçambicana é um movimento imenso — irreversível como uma força da natureza — com raízes na vontade e nas aspirações de cada moçambicano.

A nossa luta armada começou. Ela não cessará senão com a Independência de Moçambique.

Serenamente, sem arrebatamentos espectaculares, mas com uma certeza e uma determinação que transcendem as palavras e os gestos, nós proclamamos: o povo moçambicano vencerá. O povo moçambicano será livre.

O PRIMEIRO COMUNICADO DE GUERRA

Como foi já anunciado anteriormente, em 25 de Setembro a FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE desencadeou um ataque armado contra vários postos militares portugueses em Moçambique, cobrindo uma vasta área do país.

Na primeira série de operações militares foram atingidos dez pontos:

Em 25 de Setembro um grupo de militantes da FRELIMO atacou um posto administrativo, queimando a residência do chefe do posto e ferindo dois polícias africanos que tentavam defender a propriedade do seu patrão colonialista. A residência ficou completamente destruída.

Noutro posto, o chefe da guarnição portuguesa e três soldados foram mortos, e muitos outros feridos. Nenhum dos nossos militares foi morto ou ferido.

Na mesma data, um outro grupo da FRELIMO atacou um barco militar no lago Niassa, pondo fora de acção os dois motores, ao mesmo tempo que outros militantes nossos cercavam e atacavam um posto militar português próximo. Durante o último ataque foi destruído o farol e feridos os quatro soldados portugueses que o defendiam. Um dos nossos combatentes foi ferido.

No distrito da Zambézia os militantes da FRELIMO lançaram dois violentos ataques, em 28 de Setembro e 3 de Outubro.

Como resultado, 15 soldados portugueses foram mortos e 10 feridos, do nosso lado houve um morto e 5 feridos.

Em 28 de Setembro combatentes da FRELIMO cercaram um posto militar onde se estabelecera uma guarnição portuguesa. Aqui, porque os portugueses se recusaram a sair, o ataque teve de incidir só sobre a estrutura física do posto, que foi seriamente afectado.

Em 1 de Outubro, na mesma região, um pequeno grupo de militantes moçambicanos atacou e queimou um camião militar, matando o condutor e ferindo vários soldados portugueses. Dois dos nossos soldados foram mortos.

Em 6 de Outubro, membros da FRELIMO atacaram uma coluna de carros militares, destruindo dois e ferindo muitos soldados portugueses. Ficou ferido um dos nossos militantes.

(Por razões de segurança os nomes das pessoas e dos lugares não foram referidos neste boletim)

Estas são algumas das operações militares que a FRELIMO levou a cabo em Moçambique, durante os primeiros dias, desde o início da luta armada. Elas não representam senão uma pequena parte do número total de pontos sobre que incidiu a nossa acção militar.

O resultado dos ataques nas outras regiões de Moçambique será referido em boletins ulteriores, à medida que as comunicações forem chegando até nós.

Desde o início da nossa luta, Portugal intensificou barbaramente a repressão contra o nosso Povo, queimando povoações inteiras, torturando e assassinando indiscriminadamente homens, mulheres e crianças. Mais de 10 mil moçambicanos foram obrigados a refugiarem-se nos estados vizinhos, fugindo frente à repressão assassina do exército colonialista.

E no entanto, o governo português nega que haja luta em Moçambique. Nega mesmo, estultamente, contra toda a evidência, que haja refugiados moçambicanos em qualquer dos estados vizinhos. «Tudo é calma e sossego em Moçambique», declaram os comunicados portugueses.

É normal este tipo de reacção por parte das autoridades colonialistas portuguesas; negar tudo, até que as operações nacionalistas atinjam uma tal envergadura que não seja mais possível ocultá-las.

Assim aconteceu em Angola e na Guiné dita «portuguesa». Assim acontecerá connosco.

A única realidade, portanto, é esta: a luta armada contra o colonialismo português começou em Moçambique. Começou e ir-se-á desenvolvendo em intensidade e amplitude, até à nossa libertação total.

(*B. N.*, n.º 13. Outubro de 1964)

III. — INDEPENDÊNCIA OU MORTE

Entre 1965 e 1968 a luta armada de libertação nacional avança impetuosamente alcançando vitórias sobre vitórias, expulsando os colonialistas de regiões cada vez mais vastas, libertando cerca de 1/5 do território nacional e centenas de milhares de moçambicanos. Isto leva à necessidade de organizar as primeiras zonas libertadas e é a FRELIMO, colocada perante um problema novo, que terá que adequar as suas estruturas de movimento de libertação à administração, abastecimento e reconstrução. Desta maneira, inicialmente por força das circunstâncias, se vão começar a pôr em prática as primeiras experiências do poder popular.

Muito em breve, também, as zonas libertadas se irão constituir como bases de retaguarda para o avanço da luta de libertação. As vitórias que a partir de então vão ser registadas devem-se a esta ligação constante entre as forças combatentes e as suas retaguardas. Nas zonas libertadas, onde novas formas de produção começam a ser introduzidas, os combatentes encontram não só alimentação como também abrigo e possibilidade de repouso, incentivos do povo que servem, um contacto permanente com uma outra face da luta. A evolução deste sistema levou à crescente integração do combatente entre as massas. Em princípios de 1967 as unidades de combate destacadas para o interior levavam já entre as suas instruções a obrigatoriedade de cultivarem as suas próprias machambas e de participarem nos trabalhos de produção com as massas camponesas.

Derrotadas no mato ou nas picadas, em muitos casos sitiadas nos seus aquartelamentos, as forças armadas colonialistas vão adoptar novas e cada-vez mais sofisticadas formas de combate. O recurso à aviação e aos bombardeamentos de napalm passa a ser constante. Os massacres, as prisões em massa, os primeiros «aldeamentos» — campos de concentração — tornam-se parte do quotidiano nas regiões que os colonialistas ainda controlam.

Na realidade, é em vão. O avanço da luta de libertação é irreprimível.

A luta desenvolve-se ainda a outros níveis, igualmente com sucessos notáveis. Nomeadamente no campo da diplomacia e na consolidação e estabelecimento de laços de amizade e aliança com as forças progressistas do mundo, com o movimento de libertação em África, Ásia e América Latina, com os países africanos e os países socialistas, nossos aliados naturais. O internacionalismo militante responde assim, frente a frente, ao imperialismo.

Os documentos que seleccionamos sobre esta nova fase da luta testemunham e explicam pormenorizadamente este avanço impetuoso do povo em armas, dirigido pela FRELIMO. Incluem alguns textos teóricos, que reflectem com clareza problemas políticos que então se colocam pela primeira vez. Principalmente, reproduzimos o conjunto de mensagens proferidas, por ocasião do ano novo e assinalando a comemoração do 25 de Setembro, pelo primeiro Presidente da FRELIMO, Camarada Eduardo Chivambo Mondlane. Além dos preciosos ensinamentos que encerram, a sua leitura permite-nos recordar aquele que é um dos maiores e melhores filhos do povo moçambicano, figura inesquecível de herói, trabalhador e combatente.

A SITUAÇÃO EM FINS DE 1964

É normal, no fim de cada ano, fazer um resumo das acções empreendidas ao longo desse ano para se apontarem os erros, para se colherem os ensinamentos derivados da experiência, para se elaborarem novos programas de acção.

O ano que vai findar teve uma importância histórica para nós, moçambicanos: ele assistiu ao desencadear da luta armada do povo moçambicano, sob a direcção da FRELIMO, contra o colonialismo português. Ele assistiu à primeira derrota, no plano táctico, do imperialismo no nosso país.

Não foi por acaso que a nossa luta começou em 1964. Um ano antes seria demasiado cedo, por não existirem ainda as condições político-militares necessárias para proclamarmos a insurreição. Um ano mais tarde seria demasiado tarde, porque aquelas condições já se produziram: e um eventual adiamento seria sempre desastroso, dado que permitiria aos portugueses consolidarem as suas forças em Moçambique. Além disso, é o desencadeamento da luta armada que reforça e torna cada vez mais favorável as condições necessárias ao progresso geral da luta.

A situação internacional era-nos também favorável: a política colonial de Portugal era já unanimemente condenada. Todos os países fora da órbita do imperialismo nos prometiam apoio na nossa luta.

Especialmente os países africanos. Como em Adis-Abeba em 1963, na Conferência da O.U.A. que se realizou no Cairo em Julho de 1964 verificou-se que toda a África estava unida ao lado do povo moçambicano e da FRELIMO esquecendo as suas divisões e diferenças, na luta contra o inimigo comum: o colonialismo e o imperialismo.

Nas outras colónias ainda controladas por Portugal a luta desenvolve-se igualmente. Na Guiné dita portuguesa o povo guiado pelo P.A.I.G.C. controla já 45 por cento do país.

No Vietnam do Sul confirmou-se uma vez mais que o imperialismo mais poderoso nada pode contra a vontade decidida de um povo. Pesadas derrotas são diariamente

infligidas às tropas norte-americanas pelo povo do Vietnam do Sul, nosso irmão na luta. Em 1964 os E.U.A. foram forçados já a considerar a hipótese da capitulação.

Mas este ano teve também horas sombrias. Forças reaccionárias da África aliaram-se com o imperialismo para combaterem as aspirações de todo o povo congolês. Milhares de irmãos nossos foram massacrados. Como africanos e nacionalistas, esse ataque foi também dirigido contra nós.

O ano que vai começar assistirá ao progredir da nossa luta armada de libertação. Como o afirmámos solenemente na nossa proclamação de 25 de Setembro, a nossa luta não terminará antes da libertação total da nossa pátria das mãos do colonialismo e do imperialismo.

Que o novo ano assista à vitória de todas as forças verdadeiramente revolucionárias e populares. Que nele se estruturem as bases de um mundo novo — um mundo em que o capital não esteja erigido em Deus de uma religião a que os homens prestam culto, sacrificando-lhe os valores humanos fundamentais. Um mundo em que a fraternidade não seja uma palavra vazia e sem sentido; sem muralhas a separar os homens nem miséria a destrui-los.

(Editorial do *B. N.*, n.º 15, Dezembro de 1964)

MENSAGEM DO COMITÉ CENTRAL AO ANO NOVO — 1965

No limiar do novo ano, o Comité Central da FRELIMO endereça a todos vós,

MOÇAMBICANAS E MOÇAMBICANOS,

as mais calorosas saudações.

O ano que agora termina viu a luta da libertação nacional da nossa Pátria entrar numa nova fase, a fase da luta armada.

Com efeito, e como havíamos, aliás, previsto, a política retrógrada do governo colonial-fascista de Portugal impôs-nos a decisão de pegar nas armas para varrer o colonialismo português e o imperialismo da nossa terra.

Embora tenham decorrido apenas três meses após o início da luta armada, os resultados obtidos são já importantes: dezenas de soldados portugueses foram mortos e muitos outros feridos; vários agentes da P.I.D.E. foram liquidados, assim como muitos traidores; armas e munições foram capturadas ao inimigo; vários aviões foram abatidos, e pontes e estradas e vias férreas de importância militar ou económica foram alvo de sabotagem e destruídos, e diversos postos administrativos foram atacados pelos nossos guerrilheiros.

Pela nossa parte, as perdas foram muito reduzidas. Registamos apenas alguns companheiros mortos ou feridos.

A estes companheiros, aos primeiros heróis moçambicanos mortos em combate para que Moçambique seja uma Nação Livre, a FRELIMO presta sentida homenagem.

MOÇAMBICANAS, MOÇAMBICANOS:

A coragem, a lucidez e o espírito de sacrifício que os combatentes e as nossas populações têm demonstrado, constituem a prova de maturidade política do povo moçambicano.

Apesar das represálias exercidas pelas forças portuguesas de repressão, todos se têm mantido firmes, havendo uma estreita cooperação entre os nossos guerrilheiros e as nossas populações civis, cada um ocupando o seu lugar e cumprindo o seu dever patriótico.

Desta maneira, a nossa luta, iniciada em diversos lugares e em todo o nosso País, em Lugela como em Mueda, em Tacuane, em Vilanculos, como em Boane ou Mocímboa da Praia, vai crescendo pouco a pouco, e vai-se aproximando o dia da nossa libertação.

Devemos, porém, estar sempre vigilantes, e saber que o colonialismo português não usa só a força para tentar impedir a nossa marcha. Ele tenta também usar meios disfarçados para nos dividir.

Neste momento as autoridades portuguesas estão fazendo grandes esforços para que compatriotas nossos aceitem honrarias políticas e administrativas; elas estão oferecendo honrarias aos régulos; elas estão caluniando a FRELIMO, julgando assim conseguir convencer o povo moçambicano a aceitar a política portuguesa.

Não nos devemos deixar enganar. Todas as honrarias, toda a acção da psico-social, todas as calúnias, são manobras desesperadas, são também tábuas de salvação que o regime de Salazar está procurando agarrar, para ver se consegue manter-se.

Devemos pois duplicar a nossa vigilância, e desmascarar todas as manobras criminosas de divisão que os portugueses estão tentando e tentarão sempre aplicar.

Devemos aumentar constantemente os nossos esforços, individualmente e colectivamente; devemos apresentar, face ao inimigo, uma frente unida sólida; devemos unir-nos cada vez mais e melhor no seio da FRELIMO.

Só assim poderemos continuar a enfrentar vitoriosamente o colonialismo português, e criaremos as melhores condições para a realização dos objectivos sociais da nossa Revolução.

Paralelamente à acção interna, a FRELIMO prosseguiu a sua acção diplomática, consolidando as alianças com governos e organizações empenhados no combate sem tréguas contra o colonialismo e o imperialismo.

No plano geral africano, a FRELIMO, que foi desde 1963 reconhecida pela Organização da Unidade Africana (O.U.A.) como sendo a organização da luta do Povo Moçambicano, continua a encontrar a melhor compreensão e simpatia.

As nossas relações com os nacionalistas das colónias portuguesas, assim como com os dos outros países ainda sob o jugo colonial, estreitam-se numa cooperação cada vez mais completa e vasta.

Os países africanos independentes continuam a manifestar a sua solidariedade e apoio moral e material, com um desenvolvimento crescente da amizade e da cooperação entre a FRELIMO e os governos e organizações políticas desses países.

Além disso, a FRELIMO, a fim de contribuir para o fortalecimento do movimento geral de luta dos povos contra o colonialismo e o imperialismo, continuou também a desenvolver as suas relações de amizade e cooperação com os países da Ásia, da América Latina e Árabes. Enfim, consolidamos também as nossas relações com os povos e governos dos países progressistas e amantes da paz e da liberdade, inclusivamente com as forças revolucionárias dos países ocidentais.

Assim, a FRELIMO, ao mesmo tempo que vai travando no plano interno uma luta concreta contra o colonialismo português, vai prosseguindo no plano exterior uma política de consolidação de uma frente de luta geral dos povos contra o colonialismo e imperialismo.

Em seguindo esta linha política, estamos a desenvolver as condições para um maior isolamento de Portugal, o qual consegue manter ainda sua dominação sobre o nosso país e as outras colónias portuguesas, porque goza do apoio financeiro, e em técnicos e em material de guerra, que lhe é dado pelos seus aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (O.T.A.N.), e em particular pelos Estados Unidos da América, a Inglaterra, a França e a Alemanha Ocidental.

O ano que termina assistiu pois ao considerável desenvolvimento da luta de libertação nacional do povo moçambicano, e à consolidação da projecção da FRELIMO, tanto no plano interno como no plano internacional.

Emanação directa do povo moçambicano, a FRELIMO, pela sua política concreta e acertada, pelos objectivos sociais que defende, pelo seu espírito unitário, erigiu-se

naturalmente em guia do povo moçambicano, e é a lança da nossa Revolução.

Quanto ao plano externo, a FRELIMO representa hoje, para o mundo inteiro, a expressão real e popular de Moçambique.

Esta situação em que o povo de Moçambique e a FRELIMO se encontram hoje, criada pelo esforço concreto de cada um e de todos nós, não deve, no entanto, levar-nos a crer que tudo está feito e perfeito.

Com o desenvolver do nosso combate libertador novos problemas aparecem e a nossa responsabilidade aumenta.

É preciso, pois, que saibamos continuar a cumprir o nosso dever de patriotas.

Devemos intensificar a nossa luta armada, desenvolver as unidades de guerrilhas.

Devemos consolidar a nossa organização política pela criação de novos círculos de militantes da FRELIMO nos portos, nas minas, nas fábricas, nos caminhos de ferro, nas plantações, nas serrações, nas povoações, nas escolas, nos escritórios. Em toda a parte devem estar presentes os militantes da FRELIMO, patriotas dedicados e responsáveis, capazes de desenvolver as formas de luta adaptadas a cada lugar, e de conduzir as acções com eficácia.

Devemos consolidar as estruturas da nossa Organização, a fim de tornar a FRELIMO cada vez mais invulnerável à acção da P.I.D.E.

Devemos elevar cada vez mais o nível da nossa consciência política, em particular pela leitura sistemática dos boletins e outros documentos da FRELIMO, assim como pelo estudo concreto dos problemas tanto à escala local, como nacional.

Devemos fazer constantemente a propaganda dos objectivos políticos, económicos e sociais da nossa revolução, para que o nosso povo compreenda cada vez mais profundamente as razões do nosso combate.

Devemos, enfim, continuar a explicar à população portuguesa os objectivos justos e claros que a FRELIMO prossegue, a fim de a levar a separar-se cada vez mais do governo colonial-fascista.

MOÇAMBICANAS, MOÇAMBICANOS:

Um ano vai começar, e nós devemos estar confiantes e optimistas.

Nós estamos a lutar pela liberdade e pela independência, pela justiça e pelo direito soberano do povo moçambicano de dispor de si próprio; estamos a lutar para nos libertarmos de todas as forças de dominação, e para construir um mundo de paz e de progresso.

Por isso, ao saudar-vos mais uma vez, o Comité Central da FRELIMO encoraja-vos a continuar o combate, mantendo sempre bem vivo o nosso lema:

UM SÓ FIM: INDEPENDÊNCIA.
UMA SÓ FORÇA: O POVO.
UM SÓ GUIA: A FRELIMO.

Independência ou Morte! VENCEREMOS!

Dezembro de 1964.

O COMITÉ CENTRAL

(*B. N.*, n.º 15, Dezembro de 1964)

AS FRENTES DA LUTA

A nossa luta de libertação desenvolve-se ao mesmo tempo em duas frentes distintas.

Uma delas — obviamente a mais importante — é a luta armada no interior de Moçambique. Neste momento o povo moçambicano, enquadrado por militantes da FRELIMO, ataca as forças colonialistas portuguesas estabelecidas no nosso país e enviadas de Lisboa «em missão de soberania». O nosso povo entende que o poder soberano lhe pertence de direito a ele próprio. E isto dentro da mais

estrita legalidade — pois um governo só é válido enquanto e na medida em que representa a vontade popular. O governo existente em Moçambique existe **contra** a vontade do povo. Logo, não tem existência legal.

Longamente tentámos fazer o governo português compreender esta realidade, mostrámos-lhe que, o facto de ter havido constantes revoltas em Moçambique durante os séculos que tem durado a dominação portuguesa prova, com carácter de evidência, que o nosso povo não aceita o regime ali estabelecido. Explicámos-lhe que qualquer forma de colonialismo é sempre moralmente condenável, na medida em que ele implica a exploração de homens em proveito de outros homens. E que, quanto especificamente ao colonialismo português, o caso se revestia de extrema gravidade, dado que, para tornar possível essa exploração, o governo de Portugal não hesitava em levar a cabo no nosso país uma verdadeira acção de genocídio, destruindo fisicamente os que tentavam opor-se-lhe e reivindicavam os seus direitos, e tentando destruir a nossa dignidade através de formas estudadas de repressão. Dissemos ao governo português, em suma, que era necessário ele conceder-nos a Independência — já por razões de ordem moral, já por considerações de ordem jurídica: é ilegal o governo estabelecido em Moçambique.

A nossa argumentação não produziu efeito. Pelo contrário, verificámos que, depois de formularmos a nossa exigência, Portugal se apressou a reforçar a sua posição militar em Moçambique e intensificou a repressão. Como não se tratava para nós de uma questão académica, mas de um problema de importância vital, do qual dependia todo o destino de um povo, resolvemos conquistar aquilo que Portugal se recusava a conceder-nos. Por isso lutamos hoje em Moçambique de armas na mão.

O outro plano em que a nossa luta se processa é o plano internacional. Aqui nós procuramos obter apoio e auxílio de outros países para a nossa luta. Grande número de países — mesmo países tradicionalmente amigos de Portugal — compreenderam já a justeza da nossa causa e são activamente favoráveis à nossa libertação. Outros permanecem numa posição ambígua — dizem estar em concordância connosco, idealmente, mas continuam a apoiar Portugal, fornecendo-lhe armas e créditos que, eles sabem, serão utilizados contra nós. Outros países há, finalmente, que se opõem ostensivamente aos nossos ideais e estreitam cada vez mais as suas relações com Portugal. Entre estes destaca-se, em primeiro lugar, **a Alemanha Ocidental.**

E é precisamente a aliança Alemanha Ocidental-Portugal que nós vimos hoje denunciar.

Nós sabemos que a Alemanha Ocidental não modificará a sua política por causa dos nossos editoriais. Mas a nós pertence-nos dizer e explicar ao nosso povo todos os problemas relacionados com a nossa revolução. Explicar-lhe quais são os nossos aliados, e quem são os nossos inimigos. Esta é também uma forma de luta.

Bona é hoje a única capital europeia que não esconde o seu apoio à guerra colonial que o governo português move aos povos de Moçambique, Angola e Guiné. Esta aliança entre os dirigentes alemães ocidentais e portugueses tem uma base ideológica sólida e antiga, da qual derivam, depois, como consequência natural, as relações militares, económicas e culturais. Essa base ideológica comum é representada pelas ambições imperialistas dos dois governos e por uma adesão, aberta ou encoberta, aos princípios do fascismo.

É facto notório que, durante longos anos, Salazar apoiou e copiou Hitler e Mussolini. Criou a P.I.D.E. nos moldes da Gestapo, a Legião nos moldes das SS, a organização corporativa nos moldes da de Mussolini. Tentou substituir a actual bandeira portuguesa por uma outra com uma cruz a imitar a cruz gamada. Ele próprio, Salazar, distribuiu retratos seus com o de Mussolini, tinha a fotografia de Hitler sobre a secretária, e saudou as multidões de braço estendido, à fascista. Durante a segunda guerra mundial Salazar colaborou sempre estreitamente

com os nazis. A coberto da «neutralidade», foi um dos seus abastecedores de géneros e matérias-primas. Enalteciam-se em Portugal as vitórias hitlerianas. Perseguiram-se os partidários da Inglaterra e dos aliados. Só a evolução da situação militar desfavorável aos hitlerianos obrigou Salazar e os salazaristas a fazerem uma reviravolta para o lado da Inglaterra. Mesmo assim, quando da morte de Hitler, Salazar decretou luto nacional e pouco depois declarava que o maior erro de Hitler havia sido perder a guerra.

Hoje, o renascimento do militarismo na Alemanha Ocidental (cujo exército é novamente o mais forte da Europa capitalista) reconduziu a política salazarista a essa sua linha tradicional. Os contactos militares, tímidos de início, depressa retomam a velha cordialidade. Os chefes militares começaram a visitar-se e a negociar. Primeiro secretamente. Em Novembro de 1962 o Ministro dos Estrangeiros salazarista desmentia energicamente a notícia da concessão de bases militares ao governo de Bona. Os jornais fascistas destacavam nos títulos: «Desmente-se uma atoarda». Mas um ano ainda não se tinha passado e já a atoarda se tornava facto confessado. Em Outubro de 1963 os governos de Lisboa e de Bona confirmaram o acordo para a concessão de um aeródromo no Sul de Portugal para treinos com aviões de voo rasante e supersónicos.

As relações económicas foram-se também fortalecendo a tal ponto que, no comércio externo, a República Federal Alemã é hoje o primeiro fornecedor de Portugal, seguida da Inglaterra e dos Estados Unidos:

— Nos últimos cinco anos as exportações da República Federal Alemã para Portugal tornaram-se duas vezes maiores do que as importações.

— A balança em favor da Alemanha é de 200 000 000 de marcos.

— A Alemanha contribuiu com 60 000 000 de marcos para a construção de aeroportos portugueses.

— 50 por cento das importações portuguesas de máquinas, veículos e instrumentos provêm daquela mesma fonte.

— A Companhia Mineira do Lobito (alemã) exportou em 1964 mais de um milhão de toneladas de minérios de ferro, esperando em 1965 aumentar a produção para dois milhões e meio de toneladas.

— A KRUPP investiu, só nas minas de ferro de Bié (Angola), mais de um milhão de contos.

— A indústria de pesca de Cabo Verde passou, em 1964, a depender totalmente de capitais alemães.

— Uma nova carreira marítima entre Angola e a União Sul-Africana foi inaugurada no início deste ano. O transporte é feito em barcos da República Federal Alemã.

— Chegou no mês corrente a Lourenço Marques o armador alemão Frank Fiser, que ali foi estudar as possibilidades de intensificar as carreiras alemãs para o sul da África, designadamente Lourenço Marques e Beira.

— Uma firma alemã foi autorizada a exportar tabaco de Angola. Outras empresas alemãs estão interessadas em explorar o mesmo ramo, também na região de Ganguelas, onde o «negócio» lança na miséria os pequenos agricultores africanos.

— Nos últimos meses Salazar importou da Alemanha Ocidental e da Suíça mais de 2 040 000 quilovátios-hora de energia eléctrica.

— O Ministro da Agricultura da R.F.A., Dr. Werner Schwarz, visitou Portugal no ano passado e declarou-se muito satisfeito por ter constatado «a boa aplicação dos financiamentos alemães».

— Em Fevereiro o Ministro da Justiça português, An-

tunes Varela, foi condecorado pelo governo alemão com a Grã-Cruz da ORDEM DE MÉRITO DA REPÚBLICA FEDERAL ALEMÃ, a mais alta condecoração que aquele país pode conceder a ministros estrangeiros.

— Novos hospitais militares vão ser construídos em Portugal nos termos de um recente acordo entre Portugal e Alemanha Ocidental, para tratamento dos feridos na guerra colonial.

— Uma Missão Militar Alemã, sob o comando do General F. Becker, está estacionada em Lisboa.

— PARA INJECTAR UMA VIDA ARTIFICIAL NA ECONOMIA DE PORTUGAL, E PARA COLOCAR A INDÚSTRIA BÉLICA PORTUGUESA EM CONDIÇÕES DE ATENDER ÀS NECESSIDADES MAIS IMPORTANTES DA GUERRA COLONIAL, O GOVERNO ALEMÃO FEZ À MAL EQUIPADA INDÚSTRIA DE ARMAMENTOS PORTUGUESA ENCOMENDAS NUM VALOR SUPERIOR A TRÊS MILHÕES DE CONTOS (MAIS DE CEM MILHÕES DE DÓLARES).

— ERHARD TORNOU-SE AGENTE DE COMPRAS DE SALAZAR. COMO NUMEROSOS PAÍSES OCIDENTAIS SE RECUSAM A VENDER MATERIAL DE GUERRA A PORTUGAL, O GOVERNO ALEMÃO OFERECEU-SE COMO INTERMEDIÁRIO. SESSENTA AVIÕES DE CAÇA QUE BONA HAVIA ADQUIRIDO AO CANADÁ VÃO SER «REVENDIDOS» A PORTUGAL PARA REFORÇO DAS ESQUADRILHAS QUE EM MOÇAMBIQUE, ANGOLA E GUINÉ MASSACRAM AS POPULAÇÕES AFRICANAS.

Estes são factos — factos que revelam a real política do governo da Alemanha Ocidental.

Em breve Moçambique será independente. O Estado Independente e Soberano de Moçambique estabelecerá acordos e alianças com outros países.

Na selecção desses países, o povo moçambicano saberá excluir aqueles que apoiaram o nosso inimigo directo, fornecendo a Portugal os meios que lhe permitiram continuar a sua dominação sobre nós; e que, através de Portugal, foram também eles exploradores das nossas riquezas e do nosso povo.

(Editorial do *B. N.*, n.º 18, Março de 1965)

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA FRELIMO AO POVO MOÇAMBICANO

A LUTA CONTINUA

Há mais de 8 meses que a FRELIMO lançou o primeiro ataque militar contra as forças armadas colonialistas portuguesas em Moçambique. De Setembro para cá os jovens moçambicanos que se encontram na frente da luta demonstraram uma coragem que só se pode comparar com a dos grandes combatentes moçambicanos do fim do século passado, tais como Maguiguana, que só com zagaias na mão e enfrentando canhões, foram capazes de várias vezes romper as fileiras do inimigo e forçá-lo a uma luta corpo a corpo.

As informações que constantemente chegam à sede da FRELIMO, vindas de vários centros de acção no interior de Moçambique, indicam o seguinte:

a) O soldado português, não tendo razão de lutar, limita-se a aterrorizar as populações civis, bombardeando com bombas napalm povoações desprotegidas, queimando palhotas, celeiros, machambas e todas as plantações do povo;

b) O soldado português viola as mulheres africanas que caírem nas suas mãos, incluindo crianças;

c) Nas cidades, a P.I.D.E. continua a prender indiscriminadamente todas as pessoas de cor e alguns brancos que não mostrarem muito entusiasmo pelo governo fascista de Salazar. Em Dezembro passado centenas de moçambicanos inocentes foram presos e até agora sofrem torturas desumanas nas mãos dos carrascos portugueses, que tentam tirar deles «confissões» de cumplicidade na luta colonialista. Consequentemente milhares de moçambicanos, homens, mulheres e crianças de todas as idades foram obrigados a abandonar as suas casas e a fugir para o mato ou para o estrangeiro.

No entanto, a luta continua. Os jovens guerrilheiros da FRELIMO não só continuam a atacar e matar o cobarde soldado português, como eliminam, tanto como podem, todos os elementos da P.I.D.E., que não tendo amor à sua pátria vendem os seus irmãos em troca de alguns vinténs do inimigo. Os nossos bravos militantes também se esforçam em destruir todos os meios de comunicação que servem de ligação entre as forças armadas colonialistas. Por exemplo, em Vila Machado foi provocado um choque entre dois comboios, em Janeiro de 1965, causando prejuízos no valor de mais de 10 mil contos. Na linha férrea de Moamba, membros da FRELIMO fizeram descarrilar 10 vagões que transportavam ferro para o Transvaal. Em Nampula, os militantes da FRELIMO incendiaram 9 vagões carregados com mercadorias e fizeram explodir um vagão-tanque com gasóleo. Isto além de muitas estradas sabotadas e pontes destruídas.

A nossa luta continua. Milhares de jovens moçambicanos entraram já para as forças armadas de libertação em todos os pontos de Moçambique, recebendo armas e treinamento, para imediatamente participarem na luta.

A luta continua. Apesar do apoio que nós sabemos que os imperialistas e racistas da África do Sul, da Rodésia e doutras partes do mundo dão aos colonialistas portugueses, a luta continuará até à vitória final e incondicional. A nossa luta continua e continuará até que todas as forças colonialistas portuguesas e estrangeiras sejam completamente esmagadas pelo povo moçambicano. A luta continuará até à completa expulsão das forças armadas inimigas do nosso país, até ao estabelecimento de um governo do povo, pelo povo e para o povo moçambicano.

VIVA A FRELIMO!
VIVA O POVO MOÇAMBICANO!
VIVA MOÇAMBIQUE!
A LUTA CONTINUA!

EDUARDO CHIVAMBO MONDLANE

(*A Voz da Revolução*, n.º 1, Junho de 1965)

25 DE SETEMBRO
DIA DA REVOLUÇÃO MOÇAMBICANA

Camarada Moçambicano,

No dia 25 de Setembro celebra-se o 1.º aniversário do começo da luta armada em Moçambique. Foi em 25 de Setembro de 1964 que o povo moçambicano, sob a direcção da FRELIMO, pegou em armas e declarou guerra aos colonialistas portugueses.

Esta data é muito importante para todos os moçambicanos porque ela celebra a vontade firme e decidida do nosso povo de pôr fim à dominação estrangeira em Moçambique por todos os meios e à custa de todos os sacrifícios. Foi por reconhecer isto que a 4.ª Conferência de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos, que teve lugar em Gana, em Maio de 1965, resolveu considerar o dia 25 de

Setembro como DIA DE SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL PARA COM O POVO MOÇAMBICANO.

A FRELIMO promoveu a organização de manifestações populares em todas as partes do mundo, para comemorar o nosso DIA DA REVOLUÇÃO. Em quase todos os países africanos, em muitos países da Ásia, da América Latina e da Europa, em todos os países socialistas, os povos hão-de celebrar o dia 25 de Setembro, organizar reuniões, conferências, reunir fundos — manifestando assim o seu apoio à nossa luta e a sua solidariedade para com o povo moçambicano. Isto mostra que o povo moçambicano e o seu movimento — a FRELIMO, não estão sós, não estão isolados na luta: todos os países que não são imperialistas estão do nosso lado e apoiam a nossa luta.

Em Moçambique a celebração deste dia há-de ter algumas dificuldades: porque toda a P.I.D.E., toda a tropa, toda a polícia irão como cães farejar pelas povoações e tentarão prender os moçambicanos que estiverem a comemorar o dia da nossa revolução.

Mas é preciso que, apesar disso, este dia seja celebrado em todo o Moçambique. É preciso iludir a vigilância da P.I.D.E. e da tropa. Nas regiões semilibertadas, onde o povo está sob a protecção dos militantes da FRELIMO, haverá comemorações públicas. Nas outras regiões haverá manifestações clandestinas, secretas. De qualquer forma, dentro das casas ou no interior das florestas, todo o povo de Moçambique deve manifestar neste dia a sua vontade firme de combater pela sua liberdade. É preciso que cada moçambicano neste dia tome consciência da situação no seu país. E seguindo o exemplo dos militantes da FRELIMO, diga também com eles: «Moçambique é a minha Pátria. A minha Pátria foi invadida pelos colonialistas portugueses. Os colonialistas portugueses acorrentaram o meu povo, roubaram as riquezas da minha terra. EM NOME DAQUILO QUE HÁ DE MAIS SAGRADO PARA MIM — O MEU POVO, A MINHA PÁTRIA — EU JURO PÔR TODAS AS MINHAS FORÇAS AO SERVIÇO DA REVOLUÇÃO. NÃO VACILAREI NUNCA. ENQUANTO O MEU POVO NÃO FOR LIVRE, A MINHA VIDA PERTENCE À REVOLUÇÃO».

(*V. R.*, n.º 2, s/d.)

O GUERRILHEIRO É O POVO

Uma das principais preocupações do guerrilheiro da FRELIMO é estabelecer e manter boas relações com o povo. Estas relações existem naturalmente, porque os guerrilheiros e o povo estão de mãos dadas na luta contra o inimigo, para libertar a nossa pátria, para assegurar a vitória da luta de libertação nacional.

«O Povo é para o guerrilheiro o mesmo que a água é para o peixe.» Fora da água o peixe não pode viver. Fora do povo, quer dizer, sem o apoio do povo, o guerrilheiro também não pode subsistir e muito menos lutar. É precisamente o apoio do povo que explica todas as vitórias dos guerrilheiros da FRELIMO.

Uma das palavras de ordem que a FRELIMO dá aos seus militares é:

RESPEITAR O POVO;
AJUDAR O POVO;
DEFENDER O POVO.

Nunca um guerrilheiro da FRELIMO atenta contra os bens do povo, nunca ele tenta tirar nada que pertença ao povo, mesmo uma agulha ou um pedaço de pão. Pelo contrário, o guerrilheiro da FRELIMO faz tudo para defender as vidas e os bens do povo. Todos os militantes da FRELIMO vêm do povo, são filhos do povo moçambicano: eles respeitam, ajudam e defendem o seu povo.

O povo também tem responsabilidades para com os militantes da FRELIMO, porque eles lutam para a independência da nossa Pátria, para a libertação de todos os

moçambicanos. Portanto, o povo deve ajudar os guerrilheiros da FRELIMO, alimentando-os, escondendo-os, dando-lhes informações sobre os movimentos do inimigo.

O GUERRILHEIRO AJUDA E PROTEGE O POVO.

O POVO AJUDA E PROTEGE O GUERRILHEIRO.

(*V. R.*, n.º 2, s/d.)

A NOSSA LUTA

Desde o começo da luta armada, em Setembro de 1964, os guerrilheiros da FRELIMO mataram já cerca de 1000 soldados portugueses, liquidaram dezenas de agentes da P.I.D.E., deitaram abaixo 8 aviões, destruíram postos administrativos, carros militares, armazéns, pontes e capturaram muitas armas ao inimigo.

Hoje, depois de cerca de 1 ano de luta, grande parte das zonas de Cabo Delgado, Niassa, Zambézia e certas regiões de Tete estão já livres do controlo dos portugueses. A maior parte das populações vive nas florestas e zonas controladas pelos nossos guerrilheiros. Em muitas dessas zonas os portugueses não podem sequer ir de carro de um posto para o outro, porque as estradas e as pontes foram sabotadas pelos militantes da FRELIMO. Quando os colonialistas portugueses têm de ir de carro para um sítio longe, eles põem africanos nos lugares da frente e escondem-se eles nos bancos de trás: os colonialistas portugueses têm medo das nossas emboscadas e esperam que os nossos guerrilheiros não os ataquem se virem só africanos no carro.

Foi a partir do mês de Maio que a nossa luta se organizou e desenvolveu de uma maneira extraordinária. Quase todos os dias os militantes da FRELIMO fazem ataques, emboscadas, matando muitos soldados portugueses, capturando importante material de guerra ao inimigo, libertando os nossos irmãos das prisões. Os próprios portugueses disseram num jornal que durante o mês de Julho foi em Moçambique que eles sofreram mais ataques e que morreram mais soldados portugueses.

COMO É QUE SE EXPLICAM OS NOSSOS ÊXITOS? Como é que se explica que os militantes da FRELIMO tenham conseguido tantas vitórias na luta contra os colonialistas portugueses?

A explicação é a seguinte: os colonialistas portugueses têm armas melhores, têm um exército forte, aviões, tanques. É verdade isto. Por outro lado, as forças militares da FRELIMO são mais fracas em material. Isto também é verdade. Mas nós temos uma coisa que vale mais do que todos os aviões e bombas e canhões e tanques: temos a JUSTIÇA do nosso lado. Quando os colonialistas portugueses disparam sobre um nacionalista moçambicano, eles estão a assassiná-lo. **Os colonialistas são criminosos.** Eles estão na nossa terra só para nos explorar e oprimir e viverem à custa do trabalho do nosso povo e das riquezas da nossa terra. Ora os criminosos, os assassinos, têm sempre medo. Eles sentem-se culpados. Quando disparam, as mãos tremem-lhes. Quando ouvem um tiro procuram fugir o mais depressa possível. É exactamente isto o que está a acontecer com os soldados portugueses em Moçambique. Pelo contrário, quando os moçambicanos lutam contra os colonialistas, os moçambicanos estão a lutar pela sua liberdade, estão a defender a sua terra, estão a proteger os seus pais, os seus irmãos, as suas mulheres, os seus filhos. Estão a lutar para que amanhã Moçambique seja livre e os nossos filhos não nasçam escravos. É por isto que o povo moçambicano luta com coragem, com determinação, sem tremer, sem vacilar, sem duvidar nunca da vitória final.

A NOSSA VITÓRIA É CERTA.

A JUSTIÇA SOCIAL E O PROGRESSO VOLTARÃO A REINAR EM MOÇAMBIQUE.

(*V. R.*, n.º 2, s/d.)

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA FRELIMO AO POVO MOÇAMBICANO EM 1966

Há já dois anos que o povo moçambicano está envolvido numa luta armada contra o colonialismo português. Durante estes anos o inimigo foi forçado a ceder às forças libertadoras cerca de um quinto do território nacional, enquanto a luta continua na maior parte do terço setentrional do país; no resto do país a Frente de Libertação de Moçambique continua a manter a sua presença política, organizando as populações nos campos, nas povoações, nas vilas e nas cidades, preparando-as assim para o dia do desencadeamento da luta armada nessas regiões.

Durante os últimos 2 anos milhares de militantes da FRELIMO têm estado activos no campo de batalha em emboscadas e ataques contra os soldados portugueses. Não conseguindo abafar o espírito nacionalista das massas populares moçambicanas, o governo português recorreu ao assassinato de membros do Comité Central, como foi o caso da morte do camarada Jaime Rivaz Sigauke, há poucos meses.

A luta de libertação nacional tem sido dura durante os últimos 2 anos, e a atitude do governo português não parece dar qualquer impressão de vir a mudar em favor de uma solução pacífica num futuro próximo. Por consequência, é necessário que o povo moçambicano se prepare para a luta e para o sacrifício e se organize contra os colonialistas portugueses, participando tanto nos programas políticos como na acção militar. Não nos devemos esquecer nunca que apesar de todo o apoio moral e material que recebemos dos países que estão de acordo com a nossa causa, nós, moçambicanos, temos a responsabilidade principal de lutar até à vitória final. A responsabilidade é nossa. Devemos aprender do heróico povo vietnamês que, com muito poucos recursos materiais, foi capaz de ganhar a guerra contra uma das cinco maiores potências do mundo — a França. E hoje mesmo lutam com êxito contra a maior potência militar do mundo — os Estados Unidos da América do Norte.

Para podermos obter a vitória final é necessário que nos unamos sob a bandeira multicolor da FRELIMO. É preciso que todos os moçambicanos se esqueçam de todas e quaisquer diferenças que possam existir entre eles. O zambeziano deve cerrar fileiras com o gazense, o beirense com o maconde, o ajáua com o inhambanense, etc., para que do rio Rovuma ao rio Maputo haja só um povo — o povo moçambicano. Derivemos das contribuições espirituais das nossas várias tradições religiosas — maometana, cristã, animista, etc., a coragem moral necessária para suportar os sofrimentos para que somos destinados nos próximos anos de luta de libertação nacional. Ponhamos de lado todos os tribalismos, racismos, regionalismos e tudo aquilo que nos possa dividir.

A nossa luta é justa. Não é só para a libertação de um pedaço de terra chamado Moçambique, mas é também parte da luta universal para a liquidação completa da exploração do homem pelo homem.

Porque o povo moçambicano está certo da justiça da sua causa e porque o povo moçambicano está UNIDO, ganhará.

VIVA A FRELIMO!
VIVA O POVO MOÇAMBICANO!
VIVA A ÁFRICA!

EDUARDO MONDLANE
Presidente da FRELIMO

(*V. R.*, n.º 5, s/d.)

EDITORIAL

25 de Setembro de 1966
2 anos de luta armada em Moçambique

A luta armada do povo moçambicano contra o colonialismo português e o imperialismo vai entrar no 3.º ano;

desde 25 de Setembro de 1964, o povo de Moçambique está a construir a sua liberdade, enfrentando com armas na mão os bandidos portugueses que invadiram a nossa terra e nos oprimem e roubam e massacram.

Hoje, depois de 2 anos de luta, temos de analisar os resultados obtidos. Temos de fazer a análise crítica da nossa revolução, **pensar** a revolução, ver aquilo que está mal e corrigir, ver aquilo que está certo e continuar e ampliar, reafirmar a nossa determinação de lutar até à vitória final. É esta hoje a palavra de ordem da FRELIMO para todos os seus militantes.

Em dois anos de luta já ganhámos muito.

Ganhámos LIBERDADE.

Hoje há em Moçambique muitas áreas onde o nosso povo é livre, onde o português não pode entrar. Aí, o povo governa-se a si próprio, tem as suas escolas, as suas machambas, os seus dispensários, não tem que pagar imposto ao português, está livre de cipaios, de chefes de posto, de administradores, de exploradores.

Ganhámos DIGNIDADE.

O nosso povo, mesmo nas regiões ainda controladas pelos portugueses, já não olha para os portugueses com submissão, como «patrões», «senhores». A nossa decisão histórica de lutar, com armas na mão, fez com que a nossa dignidade fosse restabelecida, no plano nacional e internacional. Já não somos escravos a quem os colonialistas podem matar, bater, acorrentar impunemente. O povo moçambicano está em luta, e sabe que esses portugueses que hoje nos oprimem serão em breve liquidados ou mandados de volta para a terra deles.

Ganhámos INSTRUÇÃO.

Desde a criação da FRELIMO até hoje, muitas dezenas de estudantes moçambicanos que se juntaram à revolução acabaram cursos secundários e universitários. Milhares de jovens estudam em Moçambique nas áreas

controladas pela FRELIMO. Em 4 anos, os resultados produzidos pela FRELIMO no campo da cultura são já muitíssimo superiores aos dos colonialistas portugueses durante 4 séculos.

Ganhámos PROGRESSO ECONÓMICO.

Nas áreas sob o nosso controlo, aumenta o número de campos cultivados pelo povo. Há agora muitos mais campos cultivados do que os que existiam no tempo dos portugueses. O povo sabe que está a produzir para ele próprio, e não para o «patrão» colonialista português.

Ganhámos UNIDADE.

A nossa luta de libertação contra o inimigo comum — o colonialismo português — fez com que o povo adquirisse uma consciência nacional e se unisse. Hoje lutam lado a lado, como verdadeiros irmãos, filhos da mesma Pátria, moçambicanos macondes, nianjas, macuas, ajáuas, changanas, chopes, iaos, lómuès, etc.

Contudo, estes resultados que já conseguimos, só se encontram, na sua maior parte, nas áreas onde há luta armada, nas províncias de Cabo Delgado e Niassa, e certas zonas de Tete e Zambézia.

Mas nós queremos que **todo o povo** tenha LIBERDADE, que todo o povo de Moçambique tenha acesso à INSTRUÇÃO e ao PROGRESSO ECONÓMICO

Para isto ser possível é preciso que a luta se estenda a todas as províncias de Moçambique, que todo o povo participe activamente na luta, de modo a que constantemente novas e novas áreas de Moçambique fiquem fora da acção dos portugueses e sob o controlo do povo, dirigido pela FRELIMO.

O dia 25 de Setembro está próximo. Ele é o DIA DE SOLIDARIEDADE MUNDIAL PARA COM O POVO COMBATENTE DE MOÇAMBIQUE. Neste dia, em muitos países da África, Ásia e América Latina e nos países socialistas, os povos vão organizar reuniões para

exprimirem a sua solidariedade para com o povo moçambicano.

Nós, moçambicanos, militantes da FRELIMO, vamos agir de maneira a continuarmos a merecer a solidariedade do mundo e a confiança do nosso povo. A maneira de merecermos essa confiança é continuarmos a luta para o triunfo da nossa revolução, criando as bases de um Moçambique onde o **povo inteiro** será feliz.

Tal como no ano passado, o dia 25 de Setembro deve ser celebrado por todo o povo em Moçambique. E todos os militantes da FRELIMO devem repetir o juramento que fizeram a si mesmos quando se juntaram à revolução:

— «Neste dia, eu, filho de Moçambique, nacionalista e patriota, juro pelo que há de mais sagrado para mim — o meu povo, a minha Pátria — pôr todas as minhas forças ao serviço da revolução. Não vacilarei nunca. Enquanto o meu povo não for livre, a minha vida pertence à revolução».

A luta armada

O povo moçambicano vencerá os colonialistas portugueses. Foi a consciência desta certeza que nos levou a desencadear a luta armada. Os resultados de 2 anos de luta vêm provar que assim é, que a FRELIMO estava certa quando disse que íamos ganhar.

Nós venceremos. A análise da situação actual mostra-nos que há grandes contradições no seio do inimigo, não só contradições políticas (há uma grande oposição à guerra colonial mesmo em Portugal. A maior parte do povo português é contra a guerra), como económicas (Portugal é o país mais pobre da Europa, e tem de gastar milhões de contos com a guerra), mas também contradições militares: Moçambique é um país muito grande (mais de 771 000 km²) cerca de 8 vezes maior do que Portugal. Isto significa que os portugueses têm que lutar numa linha de frente muito ampla. Mas os soldados que eles têm não chegam para cobrir todo o território de Moçambique:

a) Eles têm de conservar muitos soldados nas cidades, e só uma parte pode ser enviada para as zonas de combate;
b) Desses soldados enviados para as zonas de combate, uma parte importante foi já liquidada pelos combatentes da FRELIMO (mais de 3000);
c) Outra parte tem de fazer o serviço de guarnição, defendendo os postos militares e administrativos.

De modo que só uma pequena parte pode efectuar operações de campanha.

E como essas tropas de campanha estão a ser sistematicamente liquidadas pelas nossas forças em emboscadas, ataques, etc., e muitos soldados portugueses estão a desertar, o seu número irá diminuindo progressivamente.

Ao mesmo tempo que diminui o número de soldados portugueses, as nossas forças crescem: o número dos combatentes da FRELIMO aumenta constantemente, cada vez mais e mais guerrilheiros são treinados nas bases militares da FRELIMO e vão engrossar as colunas do exército de libertação de Moçambique. O nosso armamento é também forte.

No plano das contradições militares do inimigo, há ainda um outro factor muito importante a considerar: é a presença de soldados africanos, moçambicanos, no exército português. A maior parte deles foram recrutados à força. Eles não querem lutar contra o seu povo, contra os seus pais, os seus irmãos, os seus filhos. Eles não podem esquecer que são MOÇAMBICANOS, filhos de Moçambique. Portanto, logo que encontrarem uma oportunidade, hão-de desertar e juntar-se às forças de libertação da FRELIMO. Já desertaram cerca de 150.

No plano internacional, as condições são também cada vez mais favoráveis à nossa revolução. Em todo o mundo fortificam-se as forças em luta contra o colonialismo e o imperialismo: na África, na Ásia, na América Latina e

mesmo na Europa, onde os partidos progressistas de trabalhadores desenvolvem uma acção política importante.

Por outro lado, a luta armada que os nossos irmãos dos outros territórios sob dominação colonial portuguesa travam contra o nosso inimigo comum, obriga-o a dividir as suas forças: ele tem de fazer face, hoje, a 3 frentes de luta armada — na Guiné, em Angola e em Moçambique. Todos os dias, nestes territórios, há combates — combates em que soldados portugueses são mortos, em que material de guerra português é capturado.

Isto explica as importantes vitórias que os guerrilheiros da FRELIMO já alcançaram. Em 2 anos de luta, os nossos combatentes já puseram fora de acção, mortos ou gravemente feridos, mais de 3000 soldados portuguees, destruíram 175 carros militares, deitaram abaixo 16 aviões, destruíram pontes, estradas e linhas férreas (como a importante linha férrea de Nampula a Catur, que foi destruída na zona do rio Lúrio e até hoje ainda está cortada).

Portugal é um país pequeno, extremamente pobre e subdesenvolvido. E embora receba auxílio dos outros países imperialistas, especialmente da N.A.T.O., ele não conseguirá aguentar a luta contra os povos de Moçambique, da Guiné e de Angola, que contam com o apoio de todas as forças progressistas do mundo. Tudo indica que a nossa vitória é certa.

É necessário que os nossos militantes estejam conscientes desta realidade e expliquem isto ao povo e aos militantes que têm ainda dúvidas sobre a vitória.

O inimigo é ainda forte. A nossa luta vai durar ainda, com certas dificuldades para nós. Mas, como o provam os resultados que já alcançámos, a nossa vitória final — nenhuma força no mundo poderá impedi-la.

UNIDADE, DETERMINAÇÃO, VIGILÂNCIA, ESPÍRITO DE SACRIFÍCIO: NISTO RESIDE O SEGREDO DA NOSSA VITÓRIA.

(*V. R.*, n.º 5, s/d., 1966)

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA FRELIMO AO POVO MOÇAMBICANO EM 1967

MOÇAMBICANAS, MOÇAMBICANOS:

Quando em 25 de Setembro de 1964 a FRELIMO proclamou solenemente o começo da luta armada do povo moçambicano contra o colonialismo português, a FRELIMO estava segura de que o colonialismo seria derrotado e de que o povo moçambicano se manteria firme, valente, disposto a todos os sacrifícios para a vitória da sua luta de libertação.

Assim está a acontecer, de facto. O nosso povo está a comportar-se na luta de uma maneira heróica: já vários heróis nascidos do povo regaram com o seu sangue o chão da sua Pátria, para que Moçambique amanhã possa ser livre.

A todos aqueles que neste momento combatem para que as nossas aspirações de Liberdade, de Igualdade e de Progresso possam ser realizadas, a todos eles, eu, Presidente da FRELIMO, em nome do Comité Central, envio saudações revolucionárias e felicitações pelo seu comportamento revolucionário.

Presto homenagem àqueles que caíram no campo da luta.

Desejo muita coragem a todos os militantes da FRELIMO: eles podem estar certos de que a vitória final será nossa, e de que o dia da libertação já não está longe.

Nos momentos de fraqueza, de desânimo, de hesitação, nós devemos inspirarmo-nos na nossa História. O heroísmo dos moçambicanos já vem de longe, é tradicional. Quando os portugueses invadiram Moçambique para escravizarem o nosso povo e explorarem as riquezas da nossa terra, logo o povo se levantou em resistência contra o invasor. Só à custa das suas armas melhores os portugueses conseguiram dominar o nosso povo.

Mas essa dominação é temporária. Ao longo da His-

tória de Moçambique são inúmeros os casos de resistência contra o invasor. Hoje, essa resistência é mais forte do que nunca, é organizada, tem uma direcção certa, bem estruturada — a FRELIMO. Por outro lado, hoje não estamos sós, não estamos isolados na luta: há outros povos que nos apoiam. A solidariedade mundial com a nossa luta é sempre crescente. Há países poderosos e amigos que nos ajudam com armas, por vezes, melhores do que as que os portugueses têm.

Isto, junto à nossa determinação firme de nos libertarmos, mais a justiça da nossa causa e a desmoralização do inimigo, e seu isolamento no plano internacional, são garantias da nossa vitória.

Os resultados que alcançámos em 1966 são muito importantes:

a) Liquidámos mais de 1500 soldados portugueses; deitámos abaixo 6 aviões; destruímos mais de 100 carros militares, linhas férreas, pontes e estradas; capturámos e libertámos alguns soldados portugueses. Em resultado, cerca de um quinto do território nacional foi libertado;

b) Nas áreas libertadas iniciámos os trabalhos de reconstrução nacional, criámos escolas, hospitais e desenvolvemos a produção agrícola.

A FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) prosseguindo a luta para a realização das aspirações do povo moçambicano, está a criar, mesmo antes da independência, nas áreas libertadas, condições para que o povo, além de ser livre, viva muito melhor do que nas regiões ainda controladas pelos portugueses. As condições ainda são difíceis para o nosso povo porque estamos ainda em guerra, mas a nossa luta cresce. As nossas vitórias sucedem-se.

Em 1966, para ver se conseguiam vencer-nos, os portugueses aumentaram os seus efectivos, mandaram de Portugal para Moçambique milhares de soldados, aumentaram

as despesas com a guerra, pediram auxílio aos outros países imperialistas seus aliados. Apesar disso tudo, as forças portuguesas continuam a sofrer derrotas, e as forças da FRELIMO continuam a alcançar vitórias cada vez maiores.

No plano internacional, Portugal está cada vez mais isolado: no ano de 1966, 78 países, quer dizer, mais 10 países que em 1965, votaram contra a política colonialista de Portugal. As Nações Unidas recomendaram a todos os países que cortem relações diplomáticas e todo o auxílio económico e militar ao governo português. Todas as forças populares estão ao nosso lado, o apoio dos outros países à nossa luta é cada vez maior.

O ano de 1966 assistiu à morte de alguns combatentes da FRELIMO, dois dos quais eram membros do Comité Central: os camaradas JAIME SIGAUKE e FILIPE MAGAIA. Ambos caíram como heróis, na luta, na revolução. Que o seu exemplo seja um estímulo e encorajamento para todos os combatentes; que o exemplo dos nossos irmãos e camaradas SIGAUKE e MAGAIA sirva aos que são fracos, aos que hesitam em pôr a sua vida ao serviço do seu povo.

Neste ano de 1967, o programa da FRELIMO é desenvolver a luta, estender a luta armada às outras províncias e consolidar as regiões já libertadas.

Para que a luta progrida, é necessário reforçarmos a nossa unidade, consolidarmos a nossa organização, e estarmos sempre presentes em todos os momentos da luta como militantes dedicados, disciplinados, decididos, firmes.

A UNIDADE deve ser a nossa preocupação fundamental. Desde o começo da nossa luta o governo português pretendeu sempre que o povo de Moçambique nunca se uniria, que o povo moçambicano não existe como tal, mas é só um conjunto de tribos que estão sempre a lutar entre si. Ele declarou também que quando desaparecesse o governo português, haveria em Moçambique uma confusão de lutas entre tribos. Os panfletos lançados pelos

portugueses tentam incitar umas tribos contra as outras.

O povo moçambicano, através da sua acção, desmentiu já esta propaganda colonialista: milhares e milhares de jovens de todas as tribos estão unidos em volta da bandeira da FRELIMO, treinam, recebem armas e lutam conjuntamente contra o inimigo comum, contra o colonialismo português.

MOÇAMBICANAS, MOÇAMBICANOS:

A nossa luta é justa. Ela é parte da luta universal dos povos contra a exploração do homem pelo homem.

A nossa luta é contra o colonialismo, o imperialismo, o racismo e o tribalismo.

No começo deste ano de 1967, nós devemos reafirmar a nossa vontade de lutar e vencer o colonialismo português e o imperialismo, para a nossa libertação total, para a libertação total da África e de todos os outros povos escravizados.

Devemos continuar a luta armada, unidos, sem distinção tribal, religiosa ou racial, do norte para o sul, do Rovuma ao Maputo, todos contra o inimigo comum — o colonialismo português.

Neste Novo Ano, devemos marcar mais um passo na direcção da vitória que é nossa. LUTEMOS com a coragem tradicional e histórica que desde sempre caracterizou o nosso povo.

VIVAM OS COMBATENTES DA FRELIMO!
ABAIXO O COLONIALISMO PORTUGUÊS E O IMPERIALISMO!
INDEPENDÊNCIA OU MORTE!
VENCEREMOS.

1 de Janeiro de 1967.

EDUARDO MONDLANE
Presidente da FRELIMO

(*V. R.*, n.º 7, Janeiro de 1967)

DECLARAÇÃO DO COMITÉ CENTRAL

O Presidente da FRELIMO, Dr. Eduardo Chivambo Mondlane, morreu assassinado no dia 3 de Fevereiro de 1969. Esta morte brutal pôs um termo físico à vida de um irmão, de um combatente, de um homem ímpar na história do povo moçambicano. Este acto criminoso, perpetrado através de meios traiçoeiros, priva o povo moçambicano e a FRELIMO do seu chefe e guia esclarecido, do militante dedicado e corajoso que assumiu ao longo da sua existência exemplar a dignidade e o espírito de luta do povo moçambicano.

É-nos difícil ainda fazer o balanço desta ausência súbita, é-nos difícil abarcar a totalidade da sua acção na criação, na estruturação, na fermentação e na elaboração do nacionalismo moçambicano.

Mas as marcas patentes da sua trajectória brilhante entre nós encontram-se em cada militante, em cada estrutura, em cada princípio político, em cada parte do todo que é hoje a FRELIMO e a luta de libertação do povo moçambicano. Em cada parte de um todo que ele nos ensinou a forjar, superando as nossas diferenças étnicas e regionais, os nossos diferentes horizontes religiosos e culturais para fazer de Moçambique uma Nação e da FRELIMO a sua vanguarda.

Porque Eduardo Mondlane soube assumir completamente o seu destino de libertador como o homem — unidade, artesão de uma comunidade; como o herdeiro da cultura tradicional africana e o campeão da desalienação cultural; e fundamentalmente como um homem do nosso tempo, capaz de lançar o nosso país nos trilhos do progresso social e de justamente o situar no nosso mundo.

Porque este seu destino foi ajudado pelos seus dons excepcionais de honestidade, de coragem e de fraqueza, pela sua enorme capacidade de trabalho e de organização, pela sua clara compreensão da natureza do nosso país e da nossa luta.

Hoje a luta de libertação estende-se a um terço do nosso país, extensas regiões foram libertadas da dominação colonial onde o povo moçambicano constrói uma nova vida. A situação global do nosso país caracteriza-se pela extensão contínua da luta armada a regiões cada vez maiores, uma luta armada que assume o carácter de guerra popular prolongada, torrente irresistível capaz de varrer do nosso país todos os vestígios da dominação colonial e imperialista.

O Presidente Eduardo Chivambo Mondlane foi o homem deste combate. Assimilando profundamente as exigências políticas e ideológicas da guerra popular, ele afirmou-se como o defensor ardente dos interesses das grandes massas trabalhadoras do povo moçambicano.

E dentro deste combate ele soube ensinar-nos a definir com clareza os objectivos essenciais e profundos da nossa luta e a localizar em consequência os inimigos reais a combater, ou seja a dominação colonial e a exploração do homem pelo homem, assim como o tribalismo, o regionalismo, o racismo; ele ensinou-nos assim a situar a contradição principal do nosso combate na luta contra todos os exploradores, independentemente da sua cor, a distinguir o fundamental do secundário, e a dirigir contra os verdadeiros alvos o fogo das nossas armas.

O Presidente Mondlane foi no plano do nosso continente um combatente activo pela solidariedade africana, fazendo de Moçambique uma parte activa da África militante e em particular do combate armado dos povos das colónias portuguesas e do conjunto da África Austral. Foi por isso que a sua morte foi sentida no nosso continente como uma perda não só para a FRELIMO e o povo moçambicano, mas para a África inteira.

Os regimes racistas de dominação branca estabelecidos no Sul do nosso continente com o fim de explorar os nossos povos e as nossas riquezas naturais, com a cumplicidade activa do imperialismo mundial, encontravam nele um adversário resoluto e eficaz que ameaçava os fundamentos da sua dominação. **Cahora Bassa delenda est,** Cahora Bassa deve ser destruída, foi a palavra de ordem com que ele galvanizou os combatentes da FRELIMO na destruição do grande projecto económico imperialista visando a perpetuar a dominação do nosso povo. Por aí mesmo, as forças da opressão capitalista tomaram clara consciência do fracasso a que estão condenadas as suas tentativas neo-colonialistas.

O Presidente Eduardo Mondlane foi assim o construtor do novo Moçambique que vive já em largas regiões do nosso país e se afirma plenamente na consciência militante do nosso povo. Ele incarnou assim profundamente o nacionalismo revolucionário do povo moçambicano.

É este o significado do seu assassinato como foi este o sentido da sua vida. É esta a pesada herança de coragem, de honestidade, de luta, que recai sobre nós. É esta a imagem imortal do Chefe e Camarada que permanecerá entre nós para além da desaparição das coisas físicas que eram parte dele e que nós aprendemos a amar.

O Comité Central da FRELIMO, exprimindo o seu profundo engajamento de continuar a luta armada de libertação nacional contra o colonialismo e o imperialismo dentro das linhas claramente traçadas pelo II Congresso da FRELIMO, está certo de interpretar cabalmente o sentido exemplar da vida e da morte do Presidente Eduardo Mondlane.

O Comité Central da FRELIMO, assim como todos os militantes e o povo moçambicano combatente saberão secar as lágrimas e transformar o ódio contra os assassinos no fogo abrasador que destruirá a opressão e iluminará ardentemente a construção de Moçambique livre.

Assim saberemos estar à altura do legítimo orgulho que fazia o nosso Camarada Presidente Mondlane afirmar após o II Congresso: «Agora poderei morrer satisfeito, porque sei que a revolução continuará».

(*V. R.*, de Junho de 1969)

RESOLUÇÃO SOBRE CASOS DISCIPLINARES

O Comité Central da FRELIMO reunido em sessão ordinária de 11 a 21 de Abril de 1969 estudou profundamente os casos disciplinares de membros do Comité Central. Durante o estudo desses casos constatou que as actividades de certos membros levaram a FRELIMO a uma grave situação de crise que comprometia na sua globalidade o progresso da luta revolucionária de libertação nacional.

Sanções aplicadas a Lázaro Jacob Nkavandame, Mateus Punda Alipona e seu grupo

O Comité Central,

CONSIDERANDO que o Lázaro J. Nkavandame e Mateus P. Alipona

1. Recusaram submeter-se às decisões do II Congresso da FRELIMO;
2. Ordenaram deliberadamente o fecho da fronteira Tanzânia-Moçambique, trazendo graves consequências para a luta de libertação nacional;
3. Declararam ilegalmente a secessão da província de Cabo Delgado do resto do país, ameaçando assim a unidade do povo moçambicano;
4. Organizaram grupos para levar a cabo actividades subversivas no seio da FRELIMO;
5. Organizaram grupos para assassinar dirigentes da FRELIMO. Em consequência disso o camarada Paulo Samuel Kankhomba foi barbaramente assassinado;
6. Exerceram actividades desintegradoras tanto no seio das massas como no seio dos militantes sobretudo entre as unidades das F.P.L.M.;
7. Tentaram criar uma situação que favorecia uma guerra civil que produziria consequências fatais à nossa luta de libertação;
8. Apoderaram-se das lojas do Comércio explorando desenfreadamente o povo;
9. Desviaram fundos e bens da FRELIMO;
10. Aliaram-se ao grupo Gwenjere, agente do colonialismo português.

Por isso o Comité Central

CONDENA veemente as actividades traidoras de Lázaro Nkavandame e Mateus P. Alipona, assim como do seu grupo.

DECIDE:

Ratificar as sanções aplicadas pelo Comité Executivo, em 3 de Janeiro de 1969, contra o Lázaro Jacob Nkavandame, e expulsá-lo da FRELIMO.

Destituir Mateus Punda Alipona de membro do Comité Central e expulsá-lo da FRELIMO.

Pelas mesmas razões já referidas contra o Lázaro Nkavandame e Mateus Punda Alipona, o Comité Central decidiu expulsar da FRELIMO os seguintes indivíduos:

1. Zacarias Kaunja;
2. José Madefu;
3. Filipe Madzodzere;
4. Afonso;
5. Paulo Mutanga;
6. Maneno Mitudu;
7. Gaspar Vadyokoweka;
8. Shariki Saidi;
9. Simon Kunkenga;
10. Guilherme Suma;
11. Gaspar Vingambudi;
12. Adinane Rashidi;

13. Daima Nankodya;
14. Suliki;
15. José Dimaka;
16. Sunika Nyoka;
17. Simão Nkosi (Kambongo);
18. Amaro O. Mitema;
19. Ernesto Santila;
20. Samenti Massinganinga;
21. Mguru Matias;
22. Filipe Mbela;
23. Mohamed Nenda;
24. Massonjo;
25. Massengo Twigwane;
26. Pedro Makambi;
27. Jorge Chapéu;
28. João Ambrósio;
29. João Amenao;
30. Damião Nanchoyo.

LUTEMOS UNIDOS NA FRELIMO

Nós estamos a lutar contra o colonialismo português, para a libertação da nossa terra, Moçambique. Nós queremos vencer os colonialistas portugueses.

Para vencermos, nós temos de ser fortes. Para sermos fortes, nós temos de estar unidos.

A UNIDADE é na verdade uma das condições fundamentais da nossa vitória. Nós podemos dizer que, se não estivermos unidos, nós não conseguiremos libertar a nossa terra, nós seremos vencidos pelo inimigo. No passado o nosso povo foi dominado precisamente por falta de unidade.

Mas é certo também que, se estivermos UNIDOS, nós venceremos rapidamente os colonialistas portugueses e reconquistaremos a nossa liberdade e independência.

A unidade não nasce por si. A unidade precisa de ser

realizada, e nós vemos precisamente que existem hoje todas as condições para a realização da unidade.

É certo que há diferenças entre nós moçambicanos. Alguns de nós somos macondes, outros nianjas, outros macuas, ajáuas, etc. Uns de nós somos das montanhas, outros da planície. Cada uma das nossas tribos tem uma língua própria, tem usos e costumes específicos, tem culturas diferentes. Há diferenças entre nós. Isto é normal, num povo grande como o nosso, com mais de 7 milhões de moçambicanos. Em todos os países grandes há estas diferenças.

Mas estas diferenças serão capazes de provocar divisão?

Se um moçambicano fala nianja e outro fala maconde, isto quer dizer que eles vão lutar um contra o outro, só porque a língua deles não é igual? É evidente que NÃO. As diferenças de língua, tradições, etc., não determinam divisão entre os moçambicanos. Não há nada, portanto, que divida ou desuna os moçambicanos.

Mas haverá alguma coisa que una os moçambicanos, que faça a UNIDADE de todos os moçambicanos?

HÁ. Essa coisa que une todos os moçambicanos é o SOFRIMENTO COMUM, o sofrimento de nós todos debaixo das botas dos colonialistas portugueses.

Vamos a ver, por exemplo, o que é que acontece numa plantação de uma companhia portuguesa.

Ali trabalham, lado a lado, em regime de trabalho forçado, recrutados e mandados à força para lá, centenas de moçambicanos vindos das mais diferentes regiões de Moçambique. Uns vieram do Niassa, outros de Cabo Delgado, outros de Lourenço Marques, Zambézia, etc. Eles falam línguas diferentes, as danças e canções são diferentes, assim como os costumes e tradições.

MAS TODOS ELES ESTÃO NA MESMA SITUAÇÃO. Todos esses moçambicanos que trabalham na plantação, vindos de diferentes partes de Moçambique, pertencentes a diferentes tribos, sofrem a mesma exploração e opressão.

Todos eles comem a mesma comida miserável, vivem no mesmo barracão, sujo e sem o mínimo de condições, recebem a mesma miséria de salário.

Todos eles querem libertar-se dos patrões colonialistas donos da companhia, e dos administradores e chefes de posto e cipaios.

Todos querem voltar para junto das suas famílias, de que foram separados à força, e trabalhar em liberdade e receber um salário justo e ver respeitada a sua dignidade humana.

Todos esses moçambicanos estão portanto UNIDOS pelas suas aspirações comuns — liquidar o colonialismo português em Moçambique e reconquistar a sua liberdade.

Eles sofrem juntos: portanto, eles também querem e devem lutar juntos para acabarem com o seu sofrimento.

Mas como é que os moçambicanos dos diferentes pontos de Moçambique podem unir-se? Como é que eles hão--de realizar a unidade de acção? Como é que os moçambicanos de Gaza, por exemplo, podem unir-se aos moçambicanos da Zambézia, de Cabo Delgado, do Niassa e das outras províncias de Moçambique, na luta contra o inimigo comum — os colonialistas portugueses?

Porque ESSA UNIDADE É NECESSÁRIA! Se os moçambicanos de Gaza, por exemplo, pegarem em armas contra os colonialistas portugueses, sozinhos, isolados, eles serão derrotados, porque os colonialistas têm mais força.

Mas se os moçambicanos de Gaza se UNIREM aos moçambicanos de todas as outras províncias, se TODOS os moçambicanos DE TODO O TERRITÓRIO de Moçambique se juntarem para lutar, então os colonialistas serão vencidos, porque a força do povo é maior.

Mas o que é que é preciso fazer para realizar na prática esta unidade?

É PRECISO JUNTARMO-NOS À FRELIMO.

A FRELIMO é a expressão da vontade do povo de Moçambique de ser livre, e ao mesmo tempo a FRELIMO é o instrumento dessa vontade. Estão unidos na FRE-

LIMO moçambicanos de todas as tribos, de todas as partes de Moçambique.

Todos nós moçambicanos — Macuas, Macondes, Nianjas, Changanas, Ajáuas, etc. — queremos ser livres. Para sermos livres precisamos de lutar unidos. Para lutarmos unidos precisamos de estar na FRELIMO: porque a FRELIMO é o movimento que organiza a luta de todo o povo moçambicano contra o colonialismo português, para a conquista da independência nacional completa de Moçambique.

TODOS OS MOÇAMBICANOS DE TODAS AS TRIBOS SÃO IRMÃOS NA LUTA!

TODAS AS TRIBOS DE MOÇAMBIQUE DEVEM UNIR-SE EM LUTA PARA A INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE!

(*V. R.*, n.º 7, Janeiro de 1967)

COMUNICADO DO COMITÉ EXECUTIVO

O Comité Executivo da FRELIMO, reunido em Dar--es-Salaam em 8 de Novembro de 1969, a fim de apreciar a situação criada pela publicação, pelo camarada Uria T. Simango, de um panfleto intitulado: TRISTE SITUAÇÃO NA FRELIMO.

1. Lastima profundamente que o camarada Uria T. Simango, membro do Conselho da Presidência da FRELIMO, tenha recusado apresentar os seus problemas no quadro das estruturas e instituições da FRELIMO, preferindo fazê-lo através da imprensa.

2. Condena esta atitude do camarada Uria T. Simango, que é profundamente irresponsável, viola os princípios e as regras em vigor na FRELIMO, e constitui um acto grave de indisciplina.
3. Constata com profunda indignação que o conteúdo do panfleto é um conjunto de acusações caluniosas, de insultos, e de falsidades, que visam denegrir altos dirigentes da FRELIMO que são verdadeiros nacionalistas, patriotas e revolucionários.

   O panfleto constitui, na realidade, um insulto ao povo moçambicano, à FRELIMO e à luta armada revolucionária de libertação nacional que se está a travar no nosso país, é inspirado pela ambição pessoal do camarada Uria T. Simango, e serve apenas os interesses do colonialismo português e do imperialismo.
4. Rejeita categórica, formal e totalmente o conteúdo do panfleto intitulado TRISTE SITUAÇÃO NA FRELIMO, publicado pelo camarada Uria T. Simango.
5. Condena o camarada Uria T. Simango pelo conjunto das declarações contidas no panfleto, as quais constituem um acto contra a unidade do povo moçambicano, contra a FRELIMO e contra o progresso da luta armada revolucionária de libertação nacional que se está a travar em Moçambique, e, por isso mesmo, contra a África inteira.
6. Decide suspender o camarada Uria T. Simango de membro do Conselho da Presidência da FRELIMO até à próxima reunião do Comité Central, ao qual o caso será remetido para apreciação final.
7. Reafirma a decisão do povo moçambicano, dos combatentes e da Direcção da FRELIMO de continuar sempre a realizar todos os esforços para preservar e consolidar a unidade da FRELIMO e do povo moçambicano, a fim de assegurar a continuação da luta armada revolucionária de libertação nacional até à vitória final.

A LUTA CONTINUA...

INDEPENDÊNCIA OU MORTE,

VENCEREMOS!

Dar-es-Salaam, 8 de Novembro de 1969.

O COMITÉ EXECUTIVO

EDITORIAL

A FRELIMO luta para a eliminação do colonialismo português em Moçambique, para a libertação da terra e do povo moçambicanos.

O colonialismo português significa para nós, moçambicanos, roubo de terras, discriminação racial, trabalho forçado, prisão, torturas e assassinatos — em resumo — terror, opressão, exploração.

Foi para acabar com tudo isto, e para permitir ao povo de Moçambique viver livre, na igualdade, na paz, construindo o seu país, que a FRELIMO proclamou o começo da luta armada de libertação em 25 de Setembro de 1964.

A luta já dura, portanto, há quase 2 anos e meio. Durante este tempo, os combatentes da FRELIMO alcançaram importantes vitórias, não só na luta armada, mas também no trabalho de reconstrução nacional.

No plano da luta armada, a FRELIMO liquidou mais de 3500 soldados portugueses, deitou abaixo 18 aviões militares, destruiu pontes (como recentemente a ponte de

Luolesi, na estrada entre Metangula e Maniamba), destruiu comboios, linhas férreas, etc. A FRELIMO conseguiu já libertar mais de 1/5 do território nacional e libertar uma população de cerca de 800 000 moçambicanos. A nossa Revolução, portanto, está a crescer.

À medida que a revolução cresce, à medida que a luta de libertação se alastra e cobre novas regiões, à medida que novos territórios vão sendo libertados — aparecem também novos problemas. Aparecem problemas urgentes e muito importantes, que é preciso resolver **com acerto, correctamente** e **com firmeza.** Porque se esses problemas não forem resolvidos como devem sê-lo, a revolução sofrerá muito com isso, pode mesmo ser retardada durante muito tempo.

A organização que tem a responsabilidade de dirigir a revolução moçambicana é a FRELIMO. Dentro da FRELIMO, quem estuda, discute e resolve os problemas gerais que cada dia aparecem criados pela luta política, pela luta armada e pela reconstrução nacional, é o COMITÉ CENTRAL.

O Comité Central da FRELIMO envia instruções para todas as partes de Moçambique, para todo o povo moçambicano, sobre a maneira de executar os vários e complicados trabalhos da revolução. Se imaginarmos a FRELIMO como um corpo, então o Comité Central é a cabeça desse corpo.

Em Outubro passado o Comité Central da FRELIMO reuniu-se mais uma vez para analisar a situação geral em Moçambique, e discutir e resolver certos problemas importantes da revolução. Além dos membros do Comité Central, assistiram a esta sessão por convite do Comité, vários chefes provinciais militares e políticos de Cabo Delgado, Niassa, Zambézia e Tete.

No fim da sessão o Comité Central emitiu um comunicado final, em que fez um resumo da situação geral do nosso país, fez uma análise crítica do seu trabalho e formulou certas directivas gerais.

O Comité Central constatou que nas províncias de Cabo Delgado e Niassa a acção armada fez cair quase completamente a administração portuguesa. O governo português já não controla a economia nestas regiões e mantém apenas o seu poder nas cidades e em postos militares. Estas províncias constituem hoje regiões semilibertas onde a FRELIMO está estabelecendo o poder político e administrativo moçambicano, e procedendo à reorganização da economia, à criação de escolas, de hospitais, etc. Nestas províncias a FRELIMO está, em suma, a criar uma vida nova, em que o povo começa a assumir ele próprio as responsabilidades do seu destino. Nas restantes províncias a acção de mobilização e organização política do povo prossegue e consolida-se.

O Comité Central pôs em relevo certos pontos fracos da nossa organização. Notou que certas estruturas políticas e militares são ainda frágeis, que há deficiências na coordenação da acção geral, que há insuficiências na orientação global. Constatou que estas deficiências, a não serem corrigidas imediatamente, irão prejudicar o objectivo imediato fundamental, que é a consolidação das zonas semilibertadas e a extensão da luta armada a todas as outras províncias, em particular o recomeço da acção armada nas províncias da Zambézia e Tete. O Comité Central tomou as medidas necessárias para resolver esse problema.

No plano económico, o Comité Central lançou uma palavra de ordem a todos os militantes da FRELIMO: **desenvolver a produção,** a fim de assegurar a autonomia económica da FRELIMO e permitir à FRELIMO basear-se nas suas próprias forças e recursos — condição básica para o desenvolvimento revolucionário da luta de libertação nacional.

No plano da educação, o Comité Central salientou que o objectivo fundamental é o de permitir ao povo moçambicano realizar as tarefas impostas pela revolução. Decidiu-se a criação de uma escola de formação de quadros políticos, promover uma campanha de alfabetização de

adultos, incentivar a criação de escolas primárias nas zonas semilibertadas, e criar as condições necessárias para que o Instituto Moçambicano seja um centro educacional capaz de formar militantes com uma qualificação intelectual adequada, para que possam ser directamente afectados à realização das tarefas impostas pela revolução.

O Comité Central preocupou-se com o problema da participação da mulher moçambicana na revolução. O Comité Central condenou a tendência que existe entre muitos membros masculinos da FRELIMO de excluírem sempre as mulheres da discussão dos problemas que se põem no decurso da luta de libertação nacional, e de limitá-las às tarefas de execução. Foram tomadas medidas adequadas para assegurar a participação da mulher tanto na execução como na direcção das tarefas, nos diferentes órgãos em todos os escalões da FRELIMO, desde o Círculo até ao Comité Central e ao Congresso.

O Comité Central debruçou-se com particular atenção sobre o problema do tribalismo. Condenou com veemência as tendências tribalistas que certos camaradas manifestam na realização das suas tarefas. O Comité Central reafirmou solenemente que tais comportamentos são contrários aos interesses do povo moçambicano e impedem o desenvolvimento vitorioso da luta popular de libertação nacional, e sublinhou que o combate contra o tribalismo e o regionalismo é tão importante como o combate contra o próprio colonialismo, e salvaguarda a nossa unidade nacional e a nossa liberdade.

O Comité Central formulou directivas claras e correctas. Todos os militantes da FRELIMO estão prontos para porem essas directivas em execução, porque todos compreendem que elas foram ditadas pelo interesse do nosso povo e correspondem às necessidades da nossa luta de libertação nacional.

Desta maneira, a revolução moçambicana cresce e afirma-se.

(*V. R.*, n.º 7, Janeiro de 1967)

COMUNICADO DO COMITÉ CENTRAL

I

O Comité Central da FRELIMO reuniu-se de 9 a 14 de Maio de 1970, para analisar a situação e estudar os problemas decorrentes da nossa luta de libertação nacional.

O Comité Executivo apresentou o seu relatório ao Comité Central, cobrindo todos os sectores de actividade da FRELIMO, nos campos político-militar e da reconstrução nacional.

A nossa situação caracteriza-se pelo fortalecimento da consciência das massas populares e pela consolidação das nossas estruturas; pela expansão das nossas acções militares para zonas antes não cobertas pela luta armada, e consolidação das zonas sob controlo da FRELIMO; e por um grande impulso nos programas de reconstrução nacional, dentro da perspectiva de solucionar os problemas sociais e económicos que se levantam hoje no nosso país.

No plano político o aspecto mais relevante foi o crescimento do nível da consciência do povo.

Há hoje uma compreensão mais profunda da natureza da nossa luta e dos nossos objectivos.

São as populações que cada vez mais activamente realizam o transporte de material de guerra, medicamentos e material escolar; alimentam as nossas bases, os nossos hospitais, as nossas escolas; assistem os nossos guerrilheiros nas tarefas do avanço e nos combates a que são chamadas a participar; são elas que activamente se dedicam à produção tanto na agricultura como na pesca, artesanato e criação de animais.

A tendência separatista entre as populações que tinha sido fomentada pelo inimigo desaparece gradualmente — principalmente as divisões tribais e religiosas. Moçambicanos de todas as tribos, regiões e religiões lutam hoje lado a lado, unidos no objectivo comum — que é hoje compreendido não já apenas como a simples conquista

da independência nacional, mas também o estabelecimento de um sistema que torne impossível a exploração do homem pelo homem, no nosso país. A FRELIMO tornou-se o porta-voz incontestado das massas populares tendo deixado de existir qualquer intermediário nas zonas onde o nosso povo dependia ainda da autoridade feudal dos régulos. Os régulos integram-se nas estruturas da FRELIMO e respeitam-nas.

As populações também falam. O aspecto mais marcante do desenvolvimento e que mesmo as mulheres — tradicionalmente limitadas ao trabalho doméstico e produção de filhos —, falam e expressam-se livremente e com autoridade. Uma estrutura nova foi estabelecida, na base da qual estão os comités, através da qual se canalizam as vozes do povo.

No campo militar a situação caracteriza-se por uma intensificação das nossas acções, com vista a estender a luta armada a novas regiões e ao mesmo tempo consolidar as zonas da retaguarda, as zonas libertadas. E assim, nas zonas em guerra o inimigo está mais e mais isolado nos seus postos, em resultado das acções de sabotagem dos guerrilheiros que cortaram as vias de comunicação terrestres do inimigo. Mesmo postos muito próximos um do outro não podem contactar entre si senão pela rádio e aviões. Estes postos são constantemente atacados, tendo muitos deles sido abandonados pelo inimigo. Ataques nossos de grande envergadura contra alguns postos, permitiram-nos assaltá-los e capturar grande quantidade de material de guerra. Centenas de carros militares foram destruídos e milhares de soldados inimigos liquidados em emboscadas e acções com minas. Os nossos guerrilheiros avançam para novas zonas.

Um aspecto extremamente importante a salientar é que as vitórias militares que alcançámos foram devidas aos sucessos do nosso trabalho político, e que estreitaram as relações harmoniosas entre o povo e os guerrilheiros, e, na estrutura militar, entre os comandantes e as unidades.

Lutámos com problemas vários, como a escassez de comissários políticos — mas esta lacuna é suprida pelos próprios comandantes dos destacamentos que agem como trabalhadores políticos na sua zona.

As infracções dos nossos soldados em relação às populações são severamente punidas. Mas o importante é que as populações sabem distinguir os erros dos indivíduos, dos princípios da organização.

Mas a vitória mais importante que conseguimos não se pode medir em números — quantos soldados matámos, quantos quilómetros quadrados controlamos; ela avalia-se pelo novo sistema de vida sob que vivem as populações. A exploração não existe nas zonas libertadas; as causas dos vícios que caracterizam a sociedade colonial — roubo, bebedeira, prostituição (em suma, corrupção), crimes, vão sendo gradualmente removidos. Uma sociedade nova, pura e sã, nasce em Moçambique. O povo quer e está a construir essa sociedade.

O Comité Central analisou as várias actividades que integram esta **reconstrução nacional,** material e ideológica, e formulou linhas de orientação.

O Comité Central constatou um grande progresso na produção, designadamente na produção agrícola. O nosso povo está a cumprir integralmente as recomendações do II Congresso da FRELIMO, que declara: «É necessário produzirmos progressivamente os bens materiais de que necessitamos para o crescimento da nossa luta armada. Devemos promover o desenvolvimento da agricultura, artesanato, indústria, dirigindo sempre as nossas actividades no sentido de satisfazerem os interesses da nossa revolução popular». A extensão dos campos cultivados cresceu, e alcançou mesmo as zonas de avanço, onde as acções militares, e especialmente os bombardeamentos, são mais frequentes. O nosso povo produz o suficiente para si próprio, para ajudar a alimentar os guerrilheiros, e para criar um excedente que vai trocar nos centros de troca da FRELIMO, por artigos de primeira necessidade que não pode

produzir ainda em Moçambique, especialmente vestuário. Esta actividade da produção é realizada conjuntamente pelas populações e pelos guerrilheiros, num espírito de perfeita colaboração. Por outro lado a produção tornou-se mais científica e diversificada: já não se realizam apenas as culturas tradicionais, mas introduzem-se novos produtos e novos métodos de cultivar.

O artesanato desenvolve-se também. É aqui que a capacidade criadora e inventiva do nosso povo se manifesta mais acentuadamente: por exemplo, com metal dos carros destruídos e das bombas não explodidas o povo constrói instrumentos agrícolas, utensílios domésticos, armas, etc. O sentido artístico do nosso povo está sendo encorajado: cooperativas de escultores estão sendo organizadas, para produção das mundialmente famosas esculturas macondes.

A educação conhece um grande impulso.

Em Tete funcionam já 6 escolas, e outras estão em vias de ser abertas. O problema principal para a abertura de novas escolas é o da falta de professores, mas este problema está em vias de solução, pela afectação ao programa de educação de camaradas nossos com o mínimo de qualificação para ensinarem.

Em Niassa temos a salientar principalmente a abertura de uma escola-internato com cerca de 100 alunos da 1.ª e 2.ª classes, e onde paralelamente se processam programas de elevação do nível cultural e político dos professores.

Em Cabo Delgado foram criadas mais 4 escolas-internatos. Foram estabelecidos cursos especiais de educação de adultos para militantes da FRELIMO. Foram organizados seminários pedagógicos para os professores, onde estes aprendem as matérias que devem ensinar, métodos de ensino, organização da educação, etc.

A nossa Escola Secundária está em vias de ser reaberta, na Tanzânia, em Bagamoyo. Em Tunduru, no Sul da Tanzânia, funciona uma escola primária piloto da FRELIMO, com várias centenas de alunos.

A intensificação dos programas de educação corresponde à necessidade de formar quadros capazes de executarem as diversas tarefas que constantemente se ampliam com o desenvolvimento da luta.

Assim é que uma particular atenção está a ser dada ao ensino de cursos técnicos especiais, na nossa Escola Secundária, e a adaptação dos programas de ensino às realidades concretas da luta.

As mulheres são encorajadas a participar nos programas educacionais. Em todas as províncias em luta há cursos de educação de adultos. Também se estudam meios de manter os estudantes da FRELIMO no estrangeiro constantemente informados sobre a evolução da luta e integrados dentro da orientação da revolução.

As actividades de assistência médica às populações e guerrilheiros acompanham o desenvolvimento da luta. Novos centros clínicos foram estabelecidos nas novas zonas cobertas pela guerra. Contudo, imensas dificuldades são encontradas neste campo, pela escassez de medicamentos e pessoal técnico qualificado.

Debruçando-se sobre a situação da FRELIMO no exterior, o Comité Central verificou que a solidariedade internacional para com a nossa luta está a desenvolver-se em larga escala. Essa solidariedade esteve afectada num certo momento devido a confusão provocada pela deserção de alguns elementos reaccionários da direcção da FRELIMO, como Lázaro Nkavandame e Uria Simango.

Contudo, o prosseguimento do nosso trabalho, e o desenvolvimento da luta, mais do que qualquer acção de propaganda da parte da FRELIMO, encarregaram-se de clarificar a situação e restabelecer a confiança e apoio exteriores.

O Comité Central constatou com satisfação que a ajuda prestada à FRELIMO pelos países africanos, individualmente ou através da O.U.A., e pelos países socialistas, está hoje assente em bases firmes.

O Comité Central apreciou também particularmente

a acção das forças progressistas desenvolvida em alguns países ocidentais, designadamente a Suécia, Inglaterra e Itália, contra a participação dos seus **governos** na construção da barragem de Cahora-Bassa, na província de Tete, e que, pela sua importância política, económica e militar, constitui hoje um símbolo da internacionalização da agressão imperialista contra os povos da África Austral.

O significado e importância da Conferência Internacional de Solidariedade para com os povos das colónias portuguesas, a realizar-se em Junho próximo em Roma, foi analisado pelo Comité Central, que manifestou a esperança de que essa Conferência resulte realmente num maior apoio material e moral à nossa luta.

As actividades do Instituto Moçambicano foram objecto de particular atenção por parte do Comité Central. O Comité Central elogiou a Direcção do Instituto Moçambicano pela importante acção realizada no angariamento de fundos e assistência técnica para os nossos trabalhos de Saúde, Educação, Assuntos Sociais, Informação e Ajuda para Desenvolvimento. O Comité Central constatou que os resultados deste trabalho têm contribuído em grande escala para a melhoria das condições de vida do nosso povo, e encorajou o Instituto Moçambicano a prosseguir a sua acção.

II

O Comité Central constatou que, paralelamente a este desenvolvimento da nossa luta de libertação, a luta de duas linhas no nosso seio, tão antiga como a própria FRELIMO, continuava. O Comité Central estudou profundamente este problema das contradições internas, que está intimamente ligado à evolução da luta de libertação.

O Comité Central, retomando a orientação da sua reunião anterior, de Abril de 1969, analisou a origem das contradições na FRELIMO, que remontam ao tempo da sua criação. Nessa altura a contradição baseava-se fundamentalmente na diferença de concepções sobre os métodos de alcançar a independência: alguns moçambicanos, baseados no exemplo de vários países africanos, idealizavam a independência nos bancos da O.N.U., em conversações, negociações, que teriam como resultado último a entrega da independência à FRELIMO por parte do governo português numa cerimónia solene, na capital de Moçambique, com festejos e celebrações. Quando se tornou claro que esse método falhara, e a tendência que preconizava a luta armada começou a esboçar-se, esses moçambicanos, que não estavam psicologicamente preparados para uma luta armada (e que eram a maior parte dos membros fundadores da FRELIMO), desertaram da organização.

Os preparativos para a luta armada foram realizados, e em Setembro de 1964 a luta armada de libertação começou. Novas contradições surgiram, baseadas agora em diferentes concepções estratégicas: um grupo dentro da FRELIMO defendia que devíamos organizarmo-nos para uma guerra de conquista, juntar todas as nossas forças num local, expulsar os portugueses desse lugar, e continuar a avançar, engrossando esse exército com novas populações arrebanhadas durante o avanço, até ao sul de Moçambique. O exército colonial seria vencido dessa forma. Essa concepção está relacionada com a ideia de uma guerra rápida. E foi nesse sentido que esses elementos mobilizavam as populações: logo que ouviram os primeiros tiros, muitas populações foram às lojas comprar panos para fazerem roupas novas para celebrarem a independência. Os camaradas conscientes lutaram contra essa concepção, e defenderam a necessidade de nos organizarmos para uma guerra de guerrilhas, que seria necessariamente longa e difícil, mas de qualquer forma era o único meio capaz de nos conduzir à vitória.

Os moçambicanos que não compreenderam ou não se conformaram com esta estratégia, com a perspectiva das dificuldades inerentes à guerra de guerrilhas, foram sendo sistematicamente rejeitados pela luta.

Em certa altura (fins de 1965) começamos a organizar a vida das populações nas zonas libertadas. Contradições de um outro tipo surgiram agora, baseadas nas diferentes concepções sobre os objectivos da nossa luta, e sobre os sistemas económicos, políticos e sociais a estabelecer no nosso país. Alguns moçambicanos concebiam a independência como uma simples mudança de pessoas na estrutura colonial: expulsos os portugueses, moçambicanos tomariam o seu lugar, mantendo-se intacta a máquina político-administrativa colonial. A exploração, opressão e todos os outros aspectos negativos do sistema colonial, portanto, manter-se-iam — simplesmente, realizadas agora por moçambicanos. Esta tendência era nessa altura personalizada por Lázaro Nkavandame, aliado a outros elementos dentro da organização que, contudo, não se atreviam a revelar-se abertamente. Várias concepções ligadas a esta, embora com carácter lateral ou subsidiário, manifestaram-se com o decorrer do tempo: por exemplo, o elitismo, representado por Mateus Gwengere, que defendia a criação dum grupo de intelectuais, que deveriam ser preservados de participar na luta e cercados de privilégios especiais — e que, alcançada a independência, seriam colocados como dirigentes de Moçambique.

Esta tendência reaccionária tinha também a sua concepção própria sobre a estratégia a seguir na nossa luta: segundo eles, devíamos trazer todas as nossas forças que combatiam nas diferentes províncias, concentrá-las numa das províncias (eles propunham Cabo Delgado alegando ser esta a província onde a luta estava mais desenvolvida, mas sendo a **razão real** porque era essa a província cujas actividades económicas Lázaro administrava), e expulsar dessa província todos os portugueses. As nossas forças avançariam depois para outra província, e assim sucessivamente. Analisando as intenções reais desse grupo ao defenderem esta estratégia — absolutamente errada dadas as condições da nossa luta — vemos que eles não se conformavam com a perspectiva de uma guerra longa, mas

queriam colher imediatamente os frutos da revolução, através de uma exploração plena sem dificuldades ou perturbações derivadas da guerra.

A linha revolucionária combateu fortemente esta orientação, definindo claramente os objectivos da nossa revolução, a conquista da independência nacional, a destruição do sistema colonial e o estabelecimento de um regime baseado nos interesses do povo, construído pelo povo e para o povo. O método principal de combate usado pelos camaradas revolucionários foi a acção de mobilização e explicação junto do povo. As massas populares aprenderam a conhecer com clareza qual o seu inimigo — definido como a exploração do homem pelo homem, seja quem for que em certo momento assuma essa exploração, e sejam quais forem as formas e métodos dessa exploração.

As forças reaccionárias organizaram uma campanha no exterior tendente a desacreditar a FRELIMO: o seu objectivo era provocar a queda da Direcção revolucionária, representada pelo Presidente camarada Eduardo Mondlane, e colocar no poder elementos seus. Exemplo disso foi o ataque por eles organizado ao escritório da FRELIMO, em Maio de 1968, em que um membro do Comité Central, camarada Mateus Muthemba, foi assassinado.

Em Julho de 1968, realizou-se o II Congresso da FRELIMO. Os reaccionários depositavam grandes esperanças neste Congresso, e manobraram no sentido de o Presidente Mondlane ser derrotado nas eleições. Mas o trabalho de consciencialização do povo por parte dos nossos camaradas revolucionários não tinha sido em vão: o povo reelegeu por unanimidade o camarada Eduardo Mondlane para a Presidência da FRELIMO.

Frustrado nos seus desígnios, o grupo reaccionário retomou os métodos criminosos assassinando, em Dezembro de 1968, o camarada Paulo Samuel Kankhomba, chefe adjunto da Secção das Operações do Departamento de Defesa.

Em Fevereiro de 1969, o Presidente da FRELIMO, camarada Eduardo Mondlane, foi assassinado. As esperanças dos ambiciosos, corruptos e oportunistas renasceu. A eleição para Presidente, interino, de Uria Simango pelo Comité Executivo satisfê-lo plenamente: essa eleição representava a realização das suas expectativas.

Em Abril de 1969 reuniu-se o Comité Central da FRELIMO. O Comité Central recusou-se a confirmar Uria Simango no cargo de Presidente e criou um órgão colegial, constituído pelos camaradas Samora Machel, Marcelino dos Santos e Uria Simango para assumir as funções da Presidência.

A partir dessa reunião histórica do Comité Central, Uria Simango, aquele que sempre fora, afinal, o principal representante e organizador do grupo reaccionário, mas mantendo-se sempre camuflado nos bastidores, começa a mostrar abertamente a sua verdadeira natureza, o seu carácter e intenções reais.

O Comité Central de Abril de 1969 tinha-o desmascarado completamente: Uria Simango, em face das provas abundantes produzidas diante dele e que o relacionavam com Lázaro Nkavandame, Mateus Gwengere e todos os grupos que provocaram períodos de crise na vida da FRELIMO desde a sua fundação, admitiu nessa altura a sua ligação ideológica e material com aqueles elementos. A motivação do Simango era a ambição política, a sede de poder. Ele era um homem pequeno — fisicamente, intelectualmente e moralmente —, cujo sonho foi sempre ascender à altura daquele que era o seu Presidente, o camarada Mondlane.

Não sendo capaz de lhe fazer frente, entrou em coligação com todas as forças que, por qualquer razão, estivessem descontentes com a Direcção do camarada Dr. Eduardo Chivambo Mondlane. O objectivo do Simango, o seu sonho de sempre, foi ser Presidente da FRELIMO. Ele ligou-se com Lázaro, por exemplo, porque viu nele uma força capaz de o ajudar na realização dos

seus interesses. Simango era ambicioso político, queria o poder para impor a sua ideologia reaccionária. Lázaro era um ambicioso económico, queria que o deixassem explorar à vontade. Assim os dois conluiaram-se, prometendo-se ajuda recíproca.

Tendo sido derrotado no Comité Central ao que se respeita nos seus planos para Presidente, nem por isso Simango desistiu. Simplesmente, como estava já desmascarado, não cuidou mais de se camuflar: começou a agir abertamente, tentando projectar a sua figura como Dirigente máximo da FRELIMO, contrariamente às decisões do Comité Central.

Esta sua acção foi realizada no exterior, usando para isso as várias missões que a organização lhe confiava: quanto ao interior, Simango foi sempre um desconhecido para as massas populares. Mesmo no exterior, a sua campanha não resultava: os verdadeiros militantes da FRELIMO encarregaram-se sempre de o neutralizar, interpretando exactamente e correctamente as decisões do Comité Central.

Assim, isolado, frustrado nas suas ambições, Uria Simango tentou, em Novembro de 1969, um gesto desesperado: publicou um panfleto, no exterior, em que pede a demissão dos outros dirigentes da FRELIMO, como condição da sua permanência na organização. Ele ficaria então como dirigente único. O Comité Executivo da FRELIMO reuniu-se para considerar o seu «pedido», e decidiu suspender Uria Simango de membro do Conselho da Presidência, até à próxima reunião do Comité Central, onde o seu caso receberia uma solução definitiva.

O Comité Central, reunido de 9 a 14 de Maio de 1970, tendo analisado o comportamento político e moral de Uria Simango caracterizado pelo oportunismo, corrupção e irresponsabilidade, concluiu que ele não reúne qualidades nem sequer para ser membro da FRELIMO. E decidiu expulsá-lo da nossa organização.

A análise das contradições e da maneira como elas têm

sido resolvidas ao longo da vida da FRELIMO, resultando sempre na vitória das forças populares e revolucionárias, permitiu ao Comité Central concluir que a orientação da FRELIMO está basicamente correcta e tem sido correctamente aplicada.

Foi essa orientação, cujos princípios fundamentais foram formulados pelos I e II Congressos da FRELIMO, e a presença de quadros com alta consciência política, que permitiram à FRELIMO sair vitoriosa e cada vez mais forte das múltiplas crises que a assolaram, provocadas pela acção do inimigo interno e externo.

E é ainda esta orientação a garantia de que a revolução continuará sempre, para além das pessoas que num certo momento a dirigem: porque a unidade na FRELIMO realiza-se não em torno de indivíduos, mas em torno do objectivo comum — Independência Nacional e fim da exploração do homem pelo homem.

III

1. O Comité Central aprovou várias resoluções, formulando directivas para as actividades políticas e militares, e para o trabalho de reconstrução nacional.

2. Foi aprovada uma resolução especial sobre sanções. O Comité Central tomou medidas disciplinares contra Uria Timóteo Simango, Lourenço Mutaca e Judas Honwana, que tinham sido, respectivamente, membro do Conselho da Presidência e representantes da FRELIMO na Suécia e na República Árabe Unida:

a) No que respeita a Uria Simango, o C.C. constatou que ele tinha sido já suspenso de membro do Conselho da Presidência pelo Comité Executivo, depois de ter publicado um panfleto contra a FRELIMO em Novembro de 1969. O Comité Executivo baseou a sua decisão fundamentalmente no facto de a atitude de Uria Simango, de apresentar os seus problemas através da imprensa estrangeira em vez de o fazer através das estruturas da FRELIMO, ser um acto de extrema irresponsabilidade que viola os princípios e as regras da FRELIMO, ser um acto de grave indisciplina; de o conteúdo do panfleto constituir um conjunto de acusações caluniosas, de insultos e falsidades que visam denegrir os dirigentes da FRELIMO que são verdadeiros nacionalistas, patriotas e revolucionários; e ainda no facto de o panfleto constituir um insulto ao povo moçambicano, à FRELIMO e à luta armada revolucionária de libertação nacional que está a ser travada no nosso país. O Comité Central ratificou a decisão do Comité Executivo, e destituiu Uria Simango do Conselho da Presidência. Além disso, o Comité Central notou que nesse mesmo panfleto, assim como em outros que ele escreveu mais tarde, Simango admite claramente a sua ligação com grupos contra-revolucionários como os de Lázaro Nkavandame e Mateus Gwengere, confirmando assim aquilo que há muito tempo já nós suspeitávamos: que ele fora sempre o chefe dos grupos contra-revolucionários que provocaram os períodos de crise na vida da FRELIMO desde a sua formação, tendo sido motivado pela ambição e pelo oportunismo. O Comité Central decidiu, portanto, destituí-lo de membro do Comité Central e expulsá-lo da FRELIMO. O Comité Central decidiu mais que Simango deve ser submetido à justiça popular em Moçambique;

b) Quanto a Lourenço Mutaca e Judas Honwana, eles lançaram campanhas destrutivas no exterior, com o objectivo de desintegrar a nossa organização e destruir o seu prestígio internacional. Eles traíram, assim, a confiança que o povo moçambicano depositara neles, ao nomeá-los seus representantes.

O Comité Central qualificou a atitude deles como sendo alta traição, e expulsou-os da FRELIMO. O Comité Central decidiu ainda que ambos eles, Lourenço Mutaca e Judas Honwana, devem ser trazidos para Moçambique, para serem julgados pelo povo.

IV

O Comité Central aprovou uma resolução especial sobre as estruturas da nossa organização. Em Abril de 1969, o Comité Central atribuiu as funções da Presidência a um órgão colegial, o Conselho da Presidência. Aquela decisão correspondeu a um período difícil na nossa organização, ou mais concertamente, respondeu à necessidade de assegurar a continuidade da linha política da FRELIMO no período de confusão que se seguiu à morte do Presidente Mondlane. O Comité Central verificou que as razões que tinham imposto aquela solução já deixaram de existir, e que é agora possível e útil centralizar mais fortemente a direcção.

Assim, o Comité Central elegeu o Camarada SAMORA MOISÉS MACHEL para o cargo de Presidente da FRELIMO, e o Camarada MARCELINO DOS SANTOS para Vice-Presidente. Ambos exercerão as suas funções interinamente até ao próximo Congresso.

22 de Maio de 1970.

EDITORIAL

Uma reunião do Comité Central é sempre um acontecimento importante na vida da nossa organização. Porque o Comité Central é o órgão máximo no período entre dois Congressos, cabendo-lhe formular as linhas de orientação da FRELIMO, dentro dos princípios definidos pelo Congresso. Além desta importância estrutural e hierárquica, o

Comité Central é importante também pela sua composição: porque dele fazem parte camaradas engajados na acção directa e representantes do povo: os secretários provinciais, comissários políticos, responsáveis militares (por exemplo, o camarada responsável pelas operações de sabotagem na província de Tete é membro do Comité Central) e membros eleitos pelo povo. Foi este Comité Central, com esta composição e natureza (que lhe foi atribuída pelo Segundo Congresso de Julho de 1968) que se reuniu de novo em Maio deste ano de 1970.

O aspecto mais saliente desta reunião foi a Unidade revelada nas discussões e na tomada de posições. Em editoriais anteriores nos referimos à existência de contradições no nosso seio, derivados da luta de duas linhas ideológicas. Dissemos qual era a linha revolucionária, definida pelos I e II Congressos. Explicamos como os ambiciosos, oportunistas e exploradores existentes no nosso seio vêem frustradas as suas manobras pela acção dos militantes revolucionários prontos a darem a sua vida para a defesa das nossas conquistas ideológicas. Mostramos como os reaccionários vão sendo gradualmente rejeitados pela própria revolução.

O espírito em que decorreu esta última reunião do Comité Central revelou-nos que atingimos já uma fase avançada nesse processo de purificação das nossas fileiras. Reinou franqueza, amizade e fraternidade revolucionária. E esse clima — nós sentimo-lo — foi resultado da alta unidade ideológica que existiu entre nós. Pela primeira vez na história da FRELIMO não houve vozes discordantes no Comité Central que se opusessem às posições revolucionárias: o Comité Central formava um bloco sólido e unido.

Esta foi uma grande vitória, que temos de denfender a todo o custo. O próprio Comité Central recomendou a necessidade de contínua vigilância; e para que essa vigilância possa ser exercida eficazmente, o C.C. clarificou certas concepções. Assim, por exemplo, o C.C. procedeu à

redefinição do inimigo. Não só do inimigo principal e directo — o colonialismo português e o imperialismo, que são inimigos abertos, com os quais nos confrontamos diariamente no campo de batalha, e em relação aos quais nenhuma dúvida ou confusão é possível — mas também do inimigo indirecto e secundário, que se apresenta com a capa de nacionalista e mesmo revolucionário, sendo difícil portanto identificá-lo. O C.C. reafirmou que a qualidade de inimigo para nós não deriva nunca da cor ou nacionalidade ou raça ou religião de uma pessoa. Por outro lado, é nosso inimigo todo aquele que explora ou cria condições para a exploração do nosso povo, seja qual for a sua cor, raça, nacionalidade ou religião.

Dentro da mesma ideia de fornecer armas aos nossos militantes para melhor poderem defender a nossa revolução, o C.C. definiu as qualidades que cada militante deve construir ou desenvolver em si, combatendo constantemente a ambição, o oportunismo, o tribalismo, a corrupção. A existência destas qualidades em alto grau será condição para os militantes da FRELIMO poderem ser nomeados para posições de responsabilidade na nossa organização.

O C.C. reunido em Maio discutiu e resolveu vários problemas. Numa fórmula geral podemos dizer que foram problemas do desenvolvimento da luta, nos seus múltiplos aspectos — luta político-militar, económica, social, cultural.

Um desses problemas foi o problema da centralização da direcção. A criação do Conselho de Presidência em Abril de 1969 correspondeu a um período difícil, subsequente à morte do Presidente camarada Eduardo Mondlane. Uma vez estabilizada a situação, aquela solução deixou de ser válida. Tornava-se necessário restabelecer uma direcção forte, assumida por um Presidente e um Vice-Presidente. O C.C. procedeu a essa eleição, fazendo incidir a escolha sobre os dois camaradas que desde a morte do camarada Mondlane tinham de facto assumido a direcção da FRELIMO, e tinham lutado para assegurar

a integridade estrutural e ideológica da organização: os camaradas SAMORA MOISÉS MACHEL, que foi eleito Presidente; MARCELINO DOS SANTOS, que foi eleito Vice-Presidente.

Assim, um novo período abre-se na vida da FRELIMO. Demos um passo importante na consolidação da nossa unidade, elegemos uma direcção verdadeiramente revolucionária, clarificamos a nossa linha política, estamos mais perto da nossa vitória final.

A LUTA CONTINUA...

INDEPENDÊNCIA OU MORTE,

VENCEREMOS!

(*V. R.*, Junho de 1970)

MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO POVO: CONDIÇÃO DA VITÓRIA

A luta armada contra os colonialistas portugueses e os imperialistas não é uma luta fácil, não é uma luta rápida. Houve gente que em 1964, quando foi o 25 de Setembro, foi às lojas comprar roupa nova para celebrar a independência, há gente que mesmo hoje está constantemente a perguntar, quando é que a guerra vai terminar, quando é que vamos proclamar a independência, quando é que vamos ter um governo moçambicano a governar em Lourenço Marques, na Beira, em Tete, em Nampula, etc....

Isto demonstra uma incompreensão das realidades, dos dados da nossa guerra contra os colonialistas portugueses e os imperialistas.

A arma principal que a FRELIMO, que o povo moçambicano, dispõem contra os colonialistas portugueses, são as massas populares, mobilizadas, organizadas, politicamente conscientes. Por isso é uma das tarefas fundamentais, uma das tarefas mais importantes do nosso par-

tido, dos comissários políticos, dos quadros e militantes, de explicar às massas a natureza prolongada da nossa guerra popular e denunciar os elementos oportunistas e reaccionários, que procuram desmobilizar as massas, com promessas estúpidas de vitória rápida e fácil.

Para sabermos quem é e quando é que se vai ganhar uma guerra, nós temos primeiramente que analisar cuidadosamente um certo número de dados, temos que estudar as relações de força existentes entre os dois campos.

Há dois campos em Moçambique: de um lado, os colonialistas portugueses, agentes dos imperialistas e os seus dois aliados principais no seio da população moçambicana, os antigos e os novos exploradores. Do outro lado, encontra-se o povo moçambicano, as largas massas exploradas do nosso povo dirigido pela FRELIMO, apoiados pelos países africanos anti-imperialistas, pelo campo socialista e por todas as forças progressistas mundiais.

Os colonialistas portugueses dispõem em Moçambique de cerca de 100 000 homens, se contarmos a totalidade das forças armadas, as diferentes polícias e forças fantoches. Estes 100 000 homens contam com o apoio da aviação, marinha de guerra, dispõem de dinheiro em grandes quantidades, possuem toda a espécie de armamento, do mais pesado até ao mais ligeiro.

Nós na FRELIMO possuímos cerca de 10 000 combatentes armados, dispondo, sobretudo, de armamento ligeiro e semiligeiro.

À primeira vista, pois, a desproporção de forças é enorme. Cada combatente da FRELIMO dispõe em face de si cerca de 10 combatentes colonialistas, cada combatente da FRELIMO dispõe de armamento ligeiro, para fazer face aos combatentes colonialistas que dispõem de armas pesadas e do apoio da aviação e marinha.

No entanto esta desproporção é mais aparente do que real. Na realidade, enquanto os colonialistas portugueses dipõem de forças que não podem aumentar muito mais, a FRELIMO dispõe de forças que podem aumentar continuamente. Entre 1964 e 1969 as forças de repressão colonialistas foram pouco mais que duplicadas, elas passaram de cerca de 40 000 homens para cerca de 80 000; no mesmo período de tempo as forças da FRELIMO aumentaram cerca de 50 vezes, passando de 200 combatentes para 10 000. As forças da FRELIMO aumentarão continuamente, porque há em Moçambique 8 milhões de patriotas dispostos a destruírem o colonialismo português. Os colonialistas portugueses nunca poderão aumentar as suas forças ao mesmo ritmo que nós, nunca poderão dispor de forças superiores à totalidade do povo moçambicano.

Quer dizer que no ponto de vista do futuro, estrategicamente nós somos mais fortes que os colonialistas. Mas tacticamente, e no imediato, os colonialistas são mais fortes do que nós. No ponto de vista do futuro os colonialistas são tigres de papel.

Esta constatação implica duas consequências: a primeira é que necessitamos de desenvolver continuamente a mobilização, organização e educação política das massas, porque são elas a nossa arma, a nossa força, são elas que nos tornam mais fortes do que o inimigo. A segunda constatação é que necessitamos de tempo, para levar a cabo esta tarefa. Mobilizar, organizar e educar as massas, não é tarefa nem de um dia, nem de um ano, é uma tarefa que se prolonga sobre muitos anos. Devemos continuamente explicar este ponto às massas: o tempo que a guerra durará, o tempo que deveremos lutar para alcançarmos a vitória, depende exclusivamente da nossa capacidade em mobilizar, organizar e educar as massas, depende das massas.

É por isto que o nosso partido definiu correctamente a estratégia da nossa libertação na forma de uma guerra popular prolongada.

São estes factos também que levaram a passar para o campo do inimigo, abertamente, os antigos e novos exploradores. Os antigos e novos exploradores são opostos aos colonialistas portugueses, mas duma maneira muito par-

ticular. Os antigos e novos exploradores opõem-se aos colonialistas, da mesma maneira que duas quizumbas se opõem uma à outra, para saber quem vai devorar a gazela. O nosso povo, as massas exploradas moçambicanas, opõem-se ao colonialismo porque não querem ser exploradas.

Ora acontece que nós para mobilizarmos o povo contra os colonialistas, vamos, na realidade, mobilizar o povo contra a exploração. Mobilizar o povo contra a exploração quer dizer concretamente que vamos mobilizar o povo para ele lutar, a fim de destruir a exploração de que é vítima e impedir que seja de novo explorado. O resultado deste trabalho é que o povo uma vez mobilizado começa também a denunciar e a lutar contra os novos exploradores, que estavam à espera da destruição dos colonialistas para explorarem o povo.

É por esta razão que os novos exploradores odeiam a FRELIMO e odeiam a linha revolucionária do Presidente Mondlane. No seu ódio, uns vão-se ligar aos colonialistas portugueses, como os renegados Lázaro Nkavandame ou Alexandre Magno, outros vão fazer apelo a países estrangeiros, a imperialistas, para os ajudarem. Os primeiros acusam a FRELIMO de prolongar a guerra, os segundos acusam a FRELIMO de matar os exploradores do povo, os ladrões e assassinos que querem oprimir o povo.

O ódio dos antigos e novos exploradores contra a revolução, contra o nosso exército popular, contra o trabalho dos comissários políticos, não é uma coisa má, antes pelo contrário é uma coisa boa. Esse ódio mostra-nos que estamos no bom caminho, sermos odiados pelos inimigos das massas, mostra-nos que estamos a trabalhar correctamente para servir as massas. Sermos odiados pelos inimigos do povo, mostra-nos que estamos a servir o povo. O povo ama a linha revolucionária do Presidente Mondlane, o povo odeia também e despreza aqueles que vão fazer apelo a países estrangeiros, ao imperialismo, para lutarem contra a FRELIMO e a sua linha revolucionária.

O caminho da vitória é, pois, longo. Porque neste caminho devemos continuamente fazer face a toda a espécie de obstáculos, aqueles que são criados pelos colonialistas portugueses e aqueles que são criados pelos inimigos do povo, pelos traidores que se escondem no nosso seio e muitas vezes, mesmo, no seio até da direcção do partido. Mais do que nunca é necessário reforçarmos as nossas fileiras, desenvolvermos o trabalho de explicação revolucionária no seio das massas, intensificarmos e estendermos a luta armada de libertação nacional, pormos em prática a linha revolucionária do nosso querido Presidente Mondlane.

O caminho é longo, mas este é o único caminho para libertarmos a Pátria da dominação colonialista e imperialista, esta é a única via para que as massas se libertem de todas as formas de exploração, para que as massas destruam a exploração dos colonialistas, dos antigos e novos exploradores.

O tempo trabalha para nós, o tempo é o inimigo do nosso inimigo.

Viva à memória inesquecível do Presidente Mondlane!

A luta continua!

INDEPENDÊNCIA OU MORTE,

VENCEREMOS!

(*V. R.*, s/n., Janeiro de 1970)

IV. — A REVOLUÇÃO REJEITA A CARGA IMPURA

Durante o I Congresso da FRELIMO, ao longo dos dois anos de preparação da luta armada de libertação nacional, semanas antes do 25 de Setembro de 1964, diversas concepções sobre o processo em curso contestam a posição assumida pelos representantes da linha revolucionária do movimento presidido pelo Camarada Eduardo Chivambo Mondlane. As posições em confronto não são antagónicas. Representam, antes, a necessidade constante de um debate na construção da unidade ideológica. Debate, por exemplo, sobre a inevitabilidade da luta armada, sobre a necessidade do trabalho político, sobre o conceito de unidade e a definição do inimigo, sobre o tipo de guerra a desencadear. No interior de um movimento como a FRELIMO era então, sem uma linha política rígida e agrupando moçambicanos das mais diversas origens, de todas as classes e estratos sociais, sem distinção de ideologias nem de religiões — essas divergências são inevitáveis. Por outro lado, há uma questão que jamais é contestada, sobre a qual há efectivamente acordo: a independência nacional. Embora combatidas, as afirmações de individualismo, de tribalismo, de racismo e de regionalismo são, assim, toleradas.

O início da luta armada e o seu avanço rápido de vitória

em vitória, fazem momentaneamente passar para plano mais recuado tendências e discussões desse tipo.

As primeiras zonas libertadas e, principalmente, a sua organização e direcção vão, no entanto, em algumas regiões, constituir a base material e social em que essas tendências se podem afirmar e desenvolver. Entretanto, agentes do inimigo infiltrados nas estruturas prosseguem o seu trabalho de sapa.

Confrontados com novas e riquissimas experiências de luta nas zonas libertadas, os verdadeiros militantes da organização consolidam a sua unidade ideológica, desenvolvem sistemas capazes de realmente servir os interesses do povo, definem estruturas em ruptura com o sistema colonial-capitalista, engajam-se cada vez mais no processo revolucionário.

Em resumo: as posições agudizam-se no seio da FRELIMO, manifestam-se já como irreconciliáveis. Afastando-se cada vez mais da linha que representa o interesse das massas e da revolução, um grupo de novos exploradores vai surgir. Ocupará os lugares deixados vagos pelo colonialista em fuga, vai fazer reverter em seu benefício os frutos da reconstrução nacional, assumir as velhas estruturas e as relações sociais e de produção que o sistema colonial deixara atrás de si. Desta forma, ser-lhe-á fácil utilizar em seu proveito e autodefesa o tribalismo, o racismo, o obscurantismo. Potencialmente constituem aliados para os agentes infiltrados, para os ambiciosos, para os oportunistas. A aliança que mais tarde virá a ser denunciada entre o ambicioso Uria Simango, o agente do colonialismo Mateus Gwengere, o feudal Lázaro Nkavandame e o oportunista Miguel Murrupa — para só referir os nomes mais conhecidos — essa aliança mergulha raízes nesta situação.

Entre princípios de 1968 e fins de 1969, a contradição entre estas concepções, entre estes dois tipos de interesses opostos, vai tornar-se antagónica. Definir-se-á, então, cada vez mais claramente, através do confronto de duas linhas ideológicas. Aos elementos revolucionários, porque representam os mais profundos anseios do povo, opõem-se aqueles

que tinham vindo para a revolução em busca de benefícios e proveitos pessoais, os elementos oportunistas, corruptos, reaccionários, os novos exploradores.

O processo de resolução das contradições antagónicas inicia-se em 1968, em Julho, com o II Congresso. Os princípios que reflectem os interesses das massas populares serão aprovados em detrimento daqueles que se lhes opõem. Contra-atacando, os elementos antipopulares vão entrar em colaboração com a P.I.D.E. para o assassinato do Presidente Eduardo Mondlane, em Fevereiro de 1969. Mas, reunido de 11 a 21 de Abril de 1969, o Comité Central vai intensificar o processo de ultrapassagem dos antagonismos, denunciando Lázaro Nkavandame, Mateus Alipona, Mateus Gwengere e outros trinta indivíduos, que expulsa. A facção reaccionária e oportunista começa assim a ser liquidada.

Em Maio, é a vez de Miguel Murrupa, que deserta para o lado do inimigo, onde, aliás, se situava. Uria Simango segue-lhe os passos, alguns meses depois. Reunido de novo, entre 9 e 14 de Maio de 1970, o Comité Central pode já fazer um balanço altamente positivo de toda a situação passada. Pode, ainda, constatar o fortalecimento da consciência das massas populares, a consolidação das estruturas, a expansão das acções militares a regiões antes não cobertas pela luta armada, a consolidação das zonas libertadas, um grande impulso nos programas da reconstrução nacional. Por último, garantia do prosseguimento da Revolução, elegeu o Camarada Samora Moisés Machel para o cargo de Presidente da FRELIMO e o Camarada Marcelino dos Santos para Vice-Presidente.

Os documentos que se seguem descrevem o processo de purificação e consolidação do poder popular que se desenrola ao longo desses dois anos.

São essenciais para a compreensão do que então se passa, mas também para o estudo e discussão colectivas, visando a elevação e interiorização da linha política ideológica da FRELIMO. A encerrar esta secção inclui-se ainda o documento MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO POVO: CONDIÇÃO DA VITÓRIA.

EDITORIAL

O Comité Central da FRELIMO reuniu-se em sessão ordinária, de 11 a 21 de Abril de 1969. A agenda incluiu a discussão dos problemas principais da nossa luta. Os trabalhos dos diversos departamentos foram exaustivamente analisados, e para cada um deles foram traçadas linhas de orientação e aprovado o respectivo programa de acção. Até aqui esta reunião do Comité Central não se distingue das reuniões anteriores.

Mas algo de novo aconteceu nesta reunião que faz com que nós a consideremos um marco histórico na vida da FRELIMO: foi um vento fresco de crítica e autocrítica, que permitiu a eliminação das concepções erróneas no nosso seio, permitiu reconduzir para a linha revolucionária certos camaradas que dela se desviavam, permitiu restabelecer entre nós um clima de confiança recíproca.

Essa confiança estava prejudicada por divergências ao nível da direcção. Não estávamos muito claros sobre a origem dessas divergências, mas quando se tratava de tomar decisões importantes, havia um choque de posições, revelava-se a existência de duas correntes, cada uma representada por um certo número de camaradas, e defendendo soluções diferentes.

Todos nós estávamos conscientes dessa divisão — mas porque julgávamos que agravaríamos a situação se trouxéssemos a questão à superfície, e porque estávamos convencidos de que era necessário e conveniente para os nossos combatentes e para o mundo exterior apresentar pelo menos uma aparência de unidade na direcção da FRELIMO, não discutíamos o problema.

Essas divergências manifestavam-se em muitos pontos importantes. Por exemplo, na definição dos nossos inimigos, na questão de decidir sobre a linha estratégica a tomar (guerra prolongada e popular), prioridade da luta armada sobre as outras formas de luta, etc.

Esta situação manifestou-se principalmente a partir de 1966, quando começámos a ter zonas libertadas no nosso país. Graves acontecimentos tiveram lugar a partir de Março de 1968, que afectaram seriamente a nossa organização. Todos nós sentíamos que na sua base estava a divisão existente dentro da FRELIMO — mas não fomos capazes de encontrar as raízes das contradições e portanto muito menos fomos capazes de resolvê-las.

Em 3 de Fevereiro de 1969 o camarada Presidente da FRELIMO foi assassinado. O meio usado pelos assassinos foi uma bomba, escondida num livro e enviada para ele pelos correios. Não foi possível portanto descobrir o agente imediato do crime: mas a mesma preocupação se apossou de nós: não está este assassinato relacionado com as divergências que existem entre nós?

O Comité Central analisou este problema. Durante vários dias a alínea da agenda relativa a este ponto foi discutida. A evolução histórica da FRELIMO, desde o seu nascimento, foi reconstruída. Foram descobertas e caracterizadas as linhas ideológicas divergentes que motivavam o comportamento dos grupos contra-revolucionários.

Por exemplo, um dos representantes mais activos de uma das correntes era Lázaro Nkavandame, Secretário Provincial de Cabo Delgado, membro do Comité Central e encarregado da secção do comércio naquela província. As suas atitudes e mentalidade são típicas do grupo a que ele pertencia. Lázaro opunha-se à estratégia da guerra prolongada. Segundo ele, devíamos concentrar todas as nossas forças em Cabo Delgado, eliminar a presença portuguesa nesta província e proclamar a independência de Cabo Delgado. Pensámos a princípio que esta posição derivava de ignorância, ou de uma visão deformada da nossa situação real — confrontados como estamos com o enorme potencial bélico dos colonialistas. Mas em certo momento começámos a receber queixas das populações de Cabo Delgado. Elas queixavam-se de que estavam a ser exploradas — o valor dos géneros que recebiam da FRELIMO

em troca dos seus produtos era escandalosamente desproporcionado. As queixas eram dirigidas directamente contra Lázaro, que era quem controlava o comércio. As coisas então tornaram-se claras. Não era ignorância — Lázaro e o seu grupo tinham um objectivo definido quando defendiam aquela posição: eles queriam substituir-se aos colonialistas portugueses na exploração do nosso povo. Daí também a preocupação que ele manifestava de uma vitória rápida — antes que as populações estivessem politicamente amadurecidas: porque então elas opor-se-iam resolutamente a qualquer forma de exploração. O desenvolvimento da luta, portanto, a existência de zonas libertadas tinha feito surgir e revelar-se uma categoria de pessoas, os exploradores do povo.

Certos outros camaradas opunham-se a soluções correctas devido à sua concepção empírica do nacionalismo. Isto fazia que eles não fossem capazes de distinguir os nossos amigos dos inimigos. Para eles, todos os moçambicanos de origem africana eram **nacionalistas** e, como tais, deviam ser aceites no nosso movimento sem ser necessária qualquer investigação sobre a sua orientação política, ou a sua possível conexão com o inimigo. Assim quando no nosso seio apareceram agentes declarados do inimigo, como Mateus Gwengere, que empreendeu uma série de acções visando destruir a FRELIMO, esses nossos camaradas opuseram-se a que a FRELIMO tomasse acção contra eles, ou pelo menos abstiveram-se, alegando que «ele também é nacionalista». Assim o inimigo, aproveitando-se das nossas contradições e concepções erradas, pôde fortalecer a sua acção contra nós através de agentes.

Outros camaradas ainda, pela natureza burocrática das suas funções aliada à falta de formação política sólida, foram ultrapassados pela revolução. A partir de certa altura, vivendo no exterior, fechados no seu pequeno mundo de vida fácil e papéis, perderam o contacto com a realidade da guerra e tornaram-se incapazes de distinguir o principal do secundário, as tarefas imediatas das

mediatas. E assim opunham-se às medidas tendentes à intensificação da guerra, à subordinação de todas as actividades à luta armada.

Houve quase desde o início da FRELIMO camaradas com estas concepções erradas. Alguns desertaram ao longo da revolução: formaram novo partido através do qual esperavam poder satisfazer os seus interesses pessoais; ou, porque o seu ânimo não era forte, entregaram-se aos portugueses; ou, ainda, porque estavam convencidos de que a sua ambição ou mira de riqueza não podia ser satisfeita na revolução, escolheram uma vida mais fácil e procuraram empregos nos países vizinhos independentes; ou entregaram-se também aos portugueses, esperando conseguir ali o que na FRELIMO não conseguiam, como foi o caso do Lázaro. Assim gradualmente se realizava o princípio de que «a revolução encarrega-se ela própria de eliminar a carga impura que transporta». Mas outros permaneceram no nosso seio, transportando as suas ideias erróneas. E foi em relação a estes últimos que o último Comité Central teve uma acção decisiva, trazendo-os de novo para o caminho revolucionário. Esta acção foi impulsionada por grupo de camaradas que desde sempre se mantiveram fiéis aos interesses das massas populares, respeitando os valores colectivos e lutando contra o individualismo e a ambição pessoal que fomenta o oportunismo, camaradas ligados com a realidade concreta e mergulhados na realização das tarefas principais da luta. Através da crítica e da autocrítica, cada um de nós prometeu corrigir-se ali onde as nossas concepções e comportamento não se adequam com as exigências da revolução. Por isso dizemos que este Comité Central teve resultados extremamente importantes, e abriu uma nova página na história da nossa Luta de Libertação Nacional.

Claro que estamos conscientes das dificuldades que estão à nossa frente. Esta unidade que agora alcançamos terá de ser realizada em cada dia, em todas as suas difíceis implicações. Necessitaremos de toda a nossa atenção e de

todas as nossas forças. Teremos fracassos, mas saberemos tirar deles as lições que permitirão melhorar-nos e melhorar o nosso trabalho. Não nos enganamos com esperanças falsas de um caminho fácil: porque não se trata de um processo mecânico, será necessário o nosso engajamento activo, os nossos esforços constantes. A nossa experiência mostra-nos que é necessário um processo quase infindo de crítica e autocrítica para conseguirmos eliminar os resíduos do sistema colonial que persistem em nós, para nos colocarmos no lado certo da História, para descobrirmos e implementarmos a **necessidade** da revolução.

Ao referirmos a nossa decisão de lutar com maior determinação, baseados numa nova compreensão da situação e na certeza de estarmos a expressar mais completamente a vontade do povo, queremos salientar que todas estas inovações são de facto uma continuação: e que todas estas estão ligadas com os ensinamentos do camarada Presidente Mondlane, cujo trabalho está, não só, a ser continuado, mas a ser levado a um grau mais alto pelo movimento que ele estruturou.

A LUTA CONTINUA!

INDEPENDÊNCIA OU MORTE,

VENCEREMOS!

(*V. R.*, Junho de 1969)

EDITORIAL

No próximo dia 3 de Fevereiro de 1970 passará um ano sobre a morte do Presidente da FRELIMO, camarada Eduardo Mondlane. Durante este ano a FRELIMO continuou o seu trabalho, intensificando a luta de libertação em todos os níveis, mais impetuosamente, numa ofensiva crescente. Contrariamente às expectativas do inimigo, a FRELIMO foi capaz de refazer-se do golpe representado pela morte do seu Presidente, e reforçou-se solidamente.

Interessa neste momento fazermos uma análise — analisar o significado e implicações da morte do camarada Presidente Mondlane, porque é que ele foi assassinado, qual foi o objectivo do inimigo, se o inimigo alcançou esse objectivo com este crime, em que medida a nossa revolução tem avançado desde 3 de Fevereiro de 1969.

Se recuarmos um pouco na História do nosso povo, da nossa luta e da nossa organização, facilmente compreenderemos porque é que o inimigo tinha tanto interesse em assassinar o camarada Presidente Mondlane. Todos nós sabemos que até à criação da FRELIMO o povo moçambicano estava desunido — por divisões tribais, religiosas, falta de compreensão e tradição política. Esta falta de unidade era o principal factor de sucesso do inimigo: habilmente manejando uma tribo contra outra, o povo de uma região contra o povo de outra região, utilizando as religiões nos aspectos em que elas favoreciam a opressão e exploração, os colonialistas portugueses puderam dominar o nosso povo durante séculos. A criação da FRELIMO em 1962 representou o fim dessa situação, e a realização da UNIDADE. Em volta do Presidente da FRELIMO camarada Eduardo Mondlane, moçambicanos de todas as tribos, de todas as religiões e sectores sociais, culturais, económicos, decidiram unir-se e lutar juntos contra o inimigo comum. O camarada Mondlane representava portanto a unidade do povo moçambicano. Os colonialistas portugueses sabiam que esta unidade significava o fim do seu domínio sobre Moçambique. E, então, decidiram assassinar o Presidente da FRELIMO, convencidos de que, com a sua morte, a unidade seria quebrada.

Outras razões levaram o inimigo a assassinar o camarada Mondlane — razões mais próximas, ligadas ao desenvolvimento da luta. Foi sob a liderança do camarada Mondlane que a FRELIMO desencadeou a luta **armada** de

libertação nacional, em 25 de Setembro de 1964. O camarada Mondlane representava assim a compreensão de que só a luta armada pode conduzir o povo moçambicano à liberdade e independência. Esta foi mais uma razão para o inimigo o escolher como principal alvo.

Por outro lado, o Presidente Mondlane imprimiu à nossa luta um carácter popular, lutou sempre pela vitória da linha verdadeiramente revolucionária, que colocava como objectivo único servir os interesses do povo moçambicano, contra qualquer forma de exploração. Isto também, como é evidente, preocupou muito os colonialistas, alguns dos quais tinham a esperança de poderem continuar a exploração num governo africano, mas fantoche.

Mais: o camarada Mondlane ensinou-nos a definir com clareza **quem é o nosso inimigo** — que o inimigo não deve ser definido pela cor da pele, mas pela sua actividade contra os interesses do nosso povo. E é esta orientação que nos permite hoje, mesmo depois da sua morte, definir com clareza o inimigo em cada fase da nossa luta.

O camarada Mondlane considerou a instrução do nosso povo como devendo ser uma das nossas preocupações fundamentais. Porque a independência de Moçambique e a sua sobrevivência como país realmente independente dependem da existência de quadros conscientes, capazes de assumir as várias tarefas revolucionárias.

O camarada Mondlane ensinou-nos ainda sobre a necessidade de sermos completamente independentes nas nossas relações com os outros países — rejeitarmos o paternalismo de certas potências, aceitarmos só o auxílio que nos é dado sem imposição de condições, na base do respeito absoluto dos outros povos pela nossa luta e pelo nosso povo.

O camarada Presidente Mondlane preocupou-se em estruturar a FRELIMO em bases sólidas — tão sólidas que sobrevivessem mesmo se ele ou outros dirigentes em certo momento não pudessem continuar a participar na luta. Preocupou-se em criar uma estrutura que assegurasse a continuidade da revolução — para além da presença física dos indivíduos.

Tudo isto o camarada Mondlane realizou. Compreendemos assim porque é que o inimigo o tinha como alvo, como era importante para o inimigo assassinar o nosso Presidente. Assassinando-o, o colonialismo português esperava destruir todas as vitórias já alcançadas: a unidade, a compreensão da necessidade da luta armada, o carácter popular e revolucionário da luta, a definição do inimigo em termos de exploração, a prioridade na instrução do povo, a solidez das nossas estruturas, a nossa independência no plano internacional.

Um ano passado sobre a morte do nosso Presidente, surge naturalmente a questão: terá o inimigo alcançado os seus objectivos com este crime? Terá conseguido destruir a nossa unidade? Parar a luta armada? Desviar a nossa orientação política?

A resposta é dada pelo próprio desenvolvimento da luta — desenvolvimento político, militar, económico, educacional, etc. Nunca a nossa luta conheceu tantos sucessos como no ano que passou. Mobilizámos e organizámos novas populações para a luta; matámos centenas de soldados colonialistas, abatemos aviões, destruímos dezenas de postos; sabotámos pontes e estradas; abrimos mais escolas para as nossas crianças, mais centros médicos para os nossos feridos e doentes, aumentámos a produção a tal ponto que a maior parte das zonas são auto-suficientes em comida. É claro que estas vitórias não teriam sido possíveis se o nosso povo tivesse deixado de estar unido, se a nossa força política e militar tivesse enfraquecido, se a nossa linha revolucionária e popular tivesse sido desviada.

A explicação desta situação já foi referida: é que o Presidente Mondlane conseguiu criar uma estrutura que sobrevivesse à sua morte, e, interpretando a vontade do povo, formulou uma linha política revolucionária que, por ser verdadeiramente popular, estava segura de ser sempre defendida.

A morte do Presidente da FRELIMO provocou, como reacção imediata, uma certa desmoralização entre os nossos combatentes. Mas cedo nós soubemos vencer a dor, e transformá-la em nova força e ódio contra o inimigo. Porque, como o camarada Mondlane frisou muitas vezes, o problema que se põe ao nosso povo não é o de viver ou morrer, mas viver livre ou escravizado. E então, a morte daquele que dera a sua vida em sacrifício pela libertação do seu povo não podia de maneira nenhuma significar o fim da luta. Os nossos combatentes compreenderam que parar a luta seria atraiçoar os ideais de Liberdade, Independência e Revolução, pelos quais o camarada Mondlane morreu. Parar a luta seria tornar inútil o sacrifício do nosso Presidente — e seria condenarmo-nos a uma escravidão perpétua. Por isso, **a luta continua.**

(*V. R.*, n.º 7, Janeiro de 1970)

DAS CONTRADIÇÕES NO NOSSO SEIO

As contradições são inevitáveis num movimento de libertação. São mais inevitáveis quando esse movimento definiu já claramente a sua ideologia e mais ainda quando essa ideologia é revolucionária. Sem essa definição é sempre possível ocultar as contradições sob a capa de «diferenças de opinião». Mas quando uma linha ideológica revolucionária clara e inflexível foi traçada e quando militantes corajosos, conscientes, estão lá para assegurar que ela seja seguida, as contradições são inevitáveis.

Esta é a lição que ao longo de sete anos nós vimos aprendendo. Nós começámos como um complexo heterogéneo de pessoas, remotamente ligadas pelo ideal da independência e pela «filosofia» do nacionalismo. Mas este ideal não se afirmava com a mesma intensidade em todos nós, e revestia conteúdos diferentes. Como frisou o nosso camarada Samora Machel, comandante das Forças Armadas Populares de Libertação da FRELIMO e membro do

Conselho da Presidência, na mensagem de 25 de Setembro dirigida aos nossos combatentes:

> «Nós viemos de uma sociedade onde dominava a mentalidade dos colonialistas, nós viemos para a revolução carregados de vícios e defeitos. Alguns moçambicanos vieram para a Revolução movidos pela ambição, para terem postos altos num Moçambique independente. Outros vieram porque os portugueses não lhes deixavam explorar à vontade o trabalho dos outros: os portugueses queriam ser os únicos a explorar. Então esses moçambicanos vieram para a revolução para correrem com os portugueses e tomarem o lugar deles na exploração do povo. Outros vieram porque gostam da vida fácil, bebidas, mulheres. Como os portugueses, com o seu regime de opressão, não permitiam esta vida, então eles disseram: Vamos lutar contra os portugueses para podermos ter estas coisas.
>
> Estes moçambicanos vieram para a revolução com esse espírito. E quando viram que a revolução não permite a satisfação dos seus interesses pessoais, que os postos são dados de acordo com a capacidade de cada um, que a exploração é completamente banida, que a disciplina é estrita e rígida — esses moçambicanos quando viram isso começaram a vacilar. Formaram grupos de descontentes, prontos a agir contra as forças verdadeiramente revolucionárias, logo que surgisse a primeira oportunidade. E quando os agentes inimigos chegaram e começaram a procurar elementos para organizar contra a direcção revolucionária da FRELIMO, encontraram terreno fértil entre esses descontentes. É esta a explicação das dificuldades que a FRELIMO teve de enfrentar nos últimos dois anos: **contradições,** mesmo ao nível da direcção superior da FRELIMO.»

No começo, não tínhamos uma linha ideológica claramente definida: era impossível formular uma ideologia com um conteúdo tão vasto que englobasse todas as diferentes tendências representadas pelos vários grupos sociais, políticos, económicos, religiosos, culturais. A ideia da independência era a única força aglutinadora — e parecia ser suficiente para assegurar o andamento da luta.

Mas a luta evoluiu e novas situações surgiram. Em determinada fase começámos a ter regiões libertadas. Tivemos de planificar o trabalho da reconstrução nacional — produção, escolas, hospitais. Problemas concretos e imediatos se puseram: como estruturar a nossa economia nessas regiões libertadas? Como organizar os serviços escolares, os hospitais? Deveríamos copiar o modelo colonial — capitalista que acabava de ser derrubado? Ou adoptar um sistema baseado na vontade e nas necessidades e interesses do povo?

As contradições vieram agudas à superfície. Aqueles que tinham vindo para a revolução para enriquecerem, movidos pelo interesse pessoal, queriam que o sistema permanecesse o mesmo: devíamos apenas expulsar os colonialistas e, conservando ou recriando as estruturas por eles estabelecidas, substituirmo-nos a eles nas posições de controlo. Os camaradas revolucionários tomaram uma posição diametralmente oposta. Verificaram que se assim fosse a luta não tinha razão de ser. Para quê lutar se tudo continuará como até aqui? Eles quiseram um sistema completamente diferente, em que todos os vestígios e influências colonialistas e capitalistas fossem eliminados. Eles quiseram um sistema que servisse realmente os interesses do povo — e que nunca poderia ser, nem vagamente, semelhante ao sistema dos exploradores e opressores.

A divisão então acentuou-se. Uma luta começou entre os dois grupos representantes das duas linhas. E todos os problemas, todas as dificuldades que temos tido desde então são manifestações dessa luta, dessa divisão.

Mas só na última reunião do Comité Central nós fomos

capazes de admitir essas diferenças. Nessa reunião identificámos a existência de duas linhas ideológicas. Os elementos opostos aos interesses do povo, corruptos, oportunistas, foram desmascarados e criticados. Alguns, os mais activos na implementação da ideologia antipopular, foram declarados inaceitáveis e foram expulsos. Outros que exprimiram arrependimento pelas suas actividades e para os quais pareceu haver uma possibilidade, ainda que vaga, de reintegração, não foram expulsos, dentro dos princípios que nos orientam, e segundo os quais devemos alimentar constantemente no nosso movimento um espírito unificador suficientemente forte para reconduzir camaradas errados, através da educação e discussão, para o caminho revolucionário. Alguns que se sabia terem participado em actividades contra a FRELIMO foram punidos disciplinarmente e retiradas todas as suas responsabilidades. Outros ainda foram severamente criticados e prometeram, depois dessa crítica, seguir, para o futuro, a linha política revolucionária da FRELIMO, redefinida pelo Segundo Congresso.

No fim dessa sessão do Comité Central, nós declarámos que uma certa unidade tinha sido atingida. Mas ressalvámos que «não nos enganámos com esperanças falsas de um caminho fácil». Nós sabíamos que quem é basicamente ambicioso, explorador, oportunista, não se corrige automaticamente só pelo facto de dizer que reconhece os seus erros. Esta mesma ideia foi salientada na mensagem:

> «Isto não quer dizer que todos os elementos contra-revolucionários que já caracterizámos tenham sido neutralizados. Não, a luta no nosso seio continua. É uma luta longa e difícil, quase interminável, que tem de começar connosco próprios, pois os vícios que trouxemos da sociedade colonialista não desaparecerão se não lutarmos duramente contra nós próprios, se não procurarmos a cada passo corrigirmo-nos, dentro de uma perspectiva revolu-

cionária. Mas podemos dizer que a revolução está consolidada porque fomos capazes de abertamente reconhecermos os nossos erros, denunciarmos o oportunismo, a corrupção e tudo aquilo que dava força aos agentes que queriam desintegrar-nos. Soubemos afirmar qual a orientação correcta para a nossa revolução — identificada com a orientação formulada pelo nosso querido Presidente Mondlane.»

As contradições, portanto, não acabaram. Elementos da FRELIMO, mesmo com posições de responsabilidade, continuam a desertar da luta, inventando as mais variadas justificações para o fazerem. Entregam-se ao inimigo, escolhem viver como simples refugiados, tentam formar partidos que sigam a linha que eles apregoam. Outros mais continuarão a fugir: enquanto a luta existir, as deserções não pararão. E mesmo depois da independência: os exemplos dos países africanos independentes mostram-nos que, quando uma ideologia verdadeiramente popular é adoptada e implementada num país, os elementos reaccionários não podem conformar-se com ela e fogem, pedem «protecção» aos capitalistas, seus mentores espirituais.

Assim, àqueles que dizem que as deserções na FRELIMO significam que há crise, nós respondemos: não, não há crise. Há contradições, que são resolvidas pela luta, ela própria: a revolução, ela própria, encarrega-se de eliminar a carga impura que transporta.

(*V. R.*, n.º 7, Janeiro de 1970)

2.º CONGRESSO DA FRELIMO

O CONGRESSO é a reunião máxima dos responsáveis de uma organização de uma Nação. Os delegados de um Congresso devem, portanto, vir de todo o país. Devem vir de todos os escalões, tanto nacional como das províncias, distritos, localidades, etc. Devem representar todas as camadas do povo: camponeses, operários, intelectuais, funcionários, estudantes. Devem vir das cidades, das vilas, das povoações. Devem ser homens e mulheres; militares e civis.

Todos devem estar representados, para que se façam ouvir todas as aspirações da Nação.

O fim principal do Congresso é discutir os problemas do povo e da Nação, isto é, no nosso caso os problemas da luta de libertação nacional.

O Congresso estabelece a orientação e a linha política da organização, assim como elege os principais dirigentes.

Na história de Moçambique o Congresso teve lugar duas vezes: a primeira vez na Tanzânia e a segunda vez em território libertado de Moçambique.

O Primeiro Congresso, realizado em Dar-es-Salaam, em 1962, marcou uma etapa importante na luta contra o colonialismo e o imperialismo português; porque foi nele que se realizou a unidade do povo moçambicano, os vários partidos que então existiam uniram-se num partido único — a FRELIMO.

Nesse Congresso compreendeu-se que era impossível enfrentar com sucesso um inimigo forte como é o colonialismo português sem antes realizar a unidade. Este foi o principal mérito daquele Congresso, em que também foram eleitos o Presidente e o Vice-Presidente da FRELIMO, bem como vários membros do Comité Central.

Igualmente, no Primeiro Congresso reconheceu-se que a luta armada é o único meio que nos pode conduzir à liberdade.

A luta foi-se desenvolvendo. Depois de seis anos de luta existia uma nova situação, bastante diferente da primeira, e que exigia novas linhas de direcção.

Foi por isso que neste ano de 1968, no mês de Julho, do dia 20 ao dia 25, se realizou o Segundo Congresso da FRELIMO, desta vez em Moçambique, numa região libertada da província do Niassa.

Neste Segundo Congresso participaram cerca de 170 delegados e observadores. Os delegados vieram de todas as partes de Moçambique, de Lourenço Marques a Cabo Delgado, e representaram todas as camadas do povo moçambicano — operários, camponeses, intelectuais e chefes tradicionais. Entre os observadores estrangeiros estavam dois representantes da Organização da Solidariedade Afro-Asiática, um representante do M.P.L.A. de Angola, um representante do A.N.C. da África do Sul e um representante da Z.A.P.U., do Zimbabwe. Estava também presente um conhecido escritor e jornalista inglês, Basil Davidson.

A importância do Segundo Congresso reside no facto de que ele foi o Primeiro Congresso realizado em Moçambique, sendo também o Primeiro Congresso verdadeiramente representativo do povo moçambicano. De facto, os participantes ao Primeiro Congresso eram na maior parte emigrados moçambicanos que viviam fora de Moçambique havia vários anos. Agora, neste Segundo Congresso, quase todos os delegados vieram directamente das suas zonas, em Moçambique, e todos eles estavam activamente engajados na revolução.

Entre as decisões mais importantes do Congresso figuram as que modificaram algumas estruturas da nossa organização.

Assim, o **Congresso** continua a ser o órgão supremo da FRELIMO; mas o Congresso é agora amplamente representativo, e dele fazem parte delegados de todas as províncias de Moçambique e representantes das organizações de massas — dos trabalhadores, da juventude, das mulheres e dos estudantes, além de representantes das estruturas políticas e militares.

O **Comité Central** tem agora uma natureza diferente. Era composto pelos secretários dos departamentos e seus assistentes, e tinha funções, ao mesmo tempo, legislativas, executivas e judiciais.

O Congresso decidiu que o C.C. deverá ser agora constituído pelos membros eleitos pelas províncias, por representantes de organizações de massas, pelos secretários provinciais, e por membros eleitos pelo Congresso: dessa maneira o C.C. foi ampliado de 20 para 40 membros, e a sua função passou a ser exclusivamente legislativa.

A função executiva pertence a um novo órgão — o Comité Executivo, constituído pelo Presidente, pelo Vice-Presidente, e pelos secretários dos departamentos.

Foi criado um Comité Político-Militar, formado pelo Presidente e Vice-Presidente, pelos secretários dos departamentos da Organização (D.O.), Defesa (D.D.), Político (D.P.) e de Segurança (D.S.), e pelos secretários provinciais. Este Comité estudará e resolverá os problemas políticos e militares urgentes, no intervalo entre as sessões do C.C.

O Presidente e o Vice-Presidente da FRELIMO são eleitos pelo **Congresso,** sob proposta do C.C.

Ao nível da província foi estabelecido um Conselho Provincial e um Comité Provincial.

O Segundo Congresso tomou outras decisões muito importantes. Reafirmou que nas circunstâncias presentes, a luta armada é ainda o único meio de libertar Moçambique, e que, considerando as condições em que se trava, a luta será necessariamente dura e longa. O Congresso decidiu intensificar a mobilização e politização do povo; recrutar elementos de outras províncias onde a luta armada ainda não começou; aumentar o número de milícias; ampliar o Destacamento Feminino; aplicar a política de clemência aos soldados inimigos capturados.

Relativamente à administração das zonas libertadas, foi decidido consolidar o estabelecimento do poder político e administrativo nessas regiões; aumentar a produção; repovoar as regiões libertadas, persuadindo as populações que se refugiaram no exterior a regressarem para as suas terras; elevar o nível cultural dos moçambicanos, pela criação de mais escolas e treinamento de mais professores; melhorar os serviços de assistência social; expandir e aperfeiçoar os serviços de assistência médica.

No que respeita à política externa, o Congresso condenou a agressão imperialista americana contra o Vietnam, e reafirmou a solidariedade e apoio da FRELIMO à Frente Nacional de Libertação (F.N.L.) do Vietnam do Sul, e ao Governo da República Democrática do Vietnam; condenou a acção imperialista da O.T.A.N. (Organização do Tratado do Atlântico Norte); condenou a política imperialista de Israel contra os povos árabes; saudou a luta revolucionária dos povos de Angola, Guiné e Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e reafirmou a natureza unitária da luta de todos os povos sob a dominação colonial portuguesa. O Congresso saudou e expressou o seu apoio à luta revolucionária dos povos da África do Sul, Zimbabwe e Sudoeste Africano, dirigidos, respectivamente, pelo A.N.C., Z.A.P.U. e S.W.A.P.O. Saudou a luta dos negros dos Estados Unidos da América contra a discriminação racial e a exploração económica. Saudou a luta do povo português contra o fascismo salazarista. O Congresso exprimiu a sua solidariedade para com os povos e governos dos países socialistas e decidiu intensificar ainda mais as relações entre a FRELIMO e os países socialistas.

O Congresso decorreu numa atmosfera de grande amizade, franqueza e democracia, com um alto espírito revolucionário. Os delegados apresentaram os problemas das suas regiões — problemas respeitantes à organização política, à luta armada, à reconstrução nacional. Esses problemas foram profundamente discutidos; e com base nessas discussões, foram traçadas directrizes para a sua solução.

Claro que houve opiniões diferentes. Na verdade, uma das principais funções do Congresso foi chamar todas as opiniões de todos os delegados sobre os vários assuntos e discutir e analisar a posição de cada um. Alguns delegados, por exemplo, opuseram-se à existência do Destacamento Feminino. Isto é normal, nós temos ainda camaradas com ideias reaccionárias: para eles a função da mulher é ainda puramente doméstica — cuidar da casa e produzir filhos, devendo as mulheres ser afastadas de toda a

actividade política. Esta posição contra-revolucionária foi combatida por todos os outros delegados, principalmente pelas representantes do Destacamento Feminino. Elas reagiram imediatamente, explicando o grande trabalho que estão a realizar dentro da revolução. E finalmente o Congresso decidiu que o Destacamento Feminino não só deve continuar a existir, mas mesmo deve ser encorajado e ampliado: na sua resolução sobre a luta armada, o Congresso «dirige uma saudação especial ao Comité Central por ter criado o Destacamento Feminino, condena os que se opõem à existência deste, e louva as camaradas do Destacamento Feminino pelos trabalhos feitos nas zonas onde se encontram afectadas».

Outros delegados opuseram-se à política de clemência para com os soldados portugueses capturados. Na opinião deles os soldados portugueses deviam ser mortos, mesmo que se rendessem. Esta atitude é mais compreensível: estando nós a sofrer a constante opressão portuguesa, a ver as nossas aldeias destruídas, as nossas culturas queimadas ou roubadas, as nossas irmãs violadas pelos soldados portugueses — é difícil reprimirmos o desejo de vingança; é difícil votarmos em favor de uma lei que proíbe a morte de soldados inimigos capturados, que são parte da máquina colonial de opressão e repressão. Mas há muitas razões que nos levam a não matar e a tratar bem os soldados inimigos feitos prisioneiros: razões de humanidade, políticas e estratégicas. E depois de analisar todas estas razões, o Congresso decidiu continuar a aplicação da política de clemência em relação aos soldados inimigos.

Estes dois exemplos de opiniões diferentes revelam um dos aspectos do Congresso: todos os delegados tiveram a oportunidade de apresentar os seus pontos de vista sobre todos os problemas. No processo de trabalho reinou a mais completa democracia.

Na fase final do Congresso procedeu-se a eleições. Foram eleitos os membros do Comité Central. Os camaradas Eduardo Mondlane e Uria Simango foram reeleitos,

respectivamente, para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da FRELIMO.

O Congresso enviou uma mensagem a Sua Excelência Julius K. Nyerere, Presidente da República Unida da Tanzânia, agradecendo-lhe a ele, ao seu Governo e ao povo da Tanzânia, o apoio que desde sempre tem dado ao povo moçambicano.

O Congresso terminou. Os delegados regressaram para as suas ocupações — para o campo de batalha, para os branches, para o trabalho clandestino, para os escritórios. Cada delegado partiu com mais confiança no sucesso da nossa Revolução. Porque o Congresso confirmou que todos os moçambicanos, do Norte ao Sul do nosso país, estão unidos na sua determinação de serem livres e de lutarem juntos para alcançarem essa liberdade.

(*V. R.*, n.º 9, Dezembro de 1968)

25 DE SETEMBRO

No dia 25 de Setembro de 1964 o nosso povo pegou em armas e atacou as forças colonialistas portuguesas. Nesse dia o povo moçambicano disse BASTA! aos exploradores portugueses, e começou a lutar pela sua libertação. Está aqui a principal importância desse dia. O primeiro tiro que foi disparado teve um significado especial, teve a importância de um símbolo. Representou um desafio à supremacia branca. Mostrou confiança no poder do povo. Revelou fé na revolução.

Nesse dia éramos menos de 250 combatentes, a maior parte armada só com pistolas ou espingardas, a desafiar todo o exército português, equipado com as armas mais modernas: aviões, tanques. Esse ataque contra forças tão poderosas mostrou que havia grande confiança da parte do povo, revelou que o nosso povo está profundamente convencido de que a nossa causa é justa e que, portanto, a vitória será nossa.

O primeiro tiro foi simbólico, também, pelos motivos que o inspiraram. Tinha havido, no passado, lutas entre o nosso povo e as forças portuguesas. Mas essas lutas tinham por objectivo só expulsar os portugueses de uma certa região. O povo de uma tribo lutava só para a independência da sua tribo. Eram simples revoltas.

Mas agora o objectivo da luta é a libertação de todo o país, de todo o povo moçambicano. O combatente que disparou o primeiro tiro pode ter sido um Ajáua, um Maconde, um Changana, um Macua, ou de qualquer outra tribo. Mas ele não estava a lutar só para a libertação da sua região ou da sua tribo. Provavelmente estava a lutar numa região longe daquela onde nasceu, entre moçambicanos de outras tribos. Esse combatente, como todos os outros, estava e está a lutar pela libertação de todo o Moçambique.

Mais de 4 anos passaram já. Os resultados que alcançámos provam que a nossa confiança revolucionária era justificada. O nosso pequeno exército de 250 combatentes cresceu para mais de 10 000. A qualidade das nossas armas melhorou, de pistolas para metralhadoras, anti-aéreas, morteiros e canhões.

A diferença de forças entre nós e o inimigo está, portanto, a diminuir, a diminuir rapidamente na medida em que cada dia que passa mais militantes alistam-se no nosso exército e mais armas são-nos oferecidas ou são capturadas.

Já temos grandes regiões libertadas, onde começámos a construir uma vida nova. Já alcançámos grandes sucessos. A nossa convicção de que o poder do povo triunfará está a comprovar-se.

INDEPENDÊNCIA OU MORTE,

VENCEREMOS!

(*V. R.*, n.º 9, Dezembro de 1968)

MENSAGEM DO ANO NOVO — 1968/9

Heróico Povo Moçambicano,
Camaradas:

Neste momento em que vamos entrar no ano de 1969 desejamos em nome do Comité Central e do Comité Executivo da FRELIMO, saudar todos os militantes e todo o povo moçambicano que do Rovuma ao Maputo se encontram empenhados na tarefa revolucionária de lutar contra as forças opressoras e fascistas portuguesas.

Desejamos também expressar a nossa admiração pela coragem e abnegação com que têm enfrentado as dificuldades que têm acompanhado a nossa vida desde que começou a guerra de libertação nacional, em 25 de Setembro de 1964.

O heroísmo que todos vós tendes demonstrado durante os últimos quatro anos é bem conhecido em todo o Mundo. É por isso que a FRELIMO ganhou o respeito e a simpatia dos povos amantes da paz e da liberdade no Mundo inteiro.

O ano que finda foi para nós, moçambicanos, um ano cheio de grandes sucessos, apesar das muitas dificuldades por que passámos.

Com efeito, foi durante o ano de 1968 que, pela primeira vez, o nosso exército empreendeu acções de grande envergadura contra as forças do inimigo, atacando as suas guarnições, destruindo quartéis, recuperando armas e munições, matando e ferindo muitos soldados inimigos e capturando alguns.

O inimigo já perdeu a iniciativa da acção terrestre na maioria das frentes de operação.

Este ano, a acção dos nossos guerrilheiros foi tal, que as forças inimigas tiveram que recorrer à cobarde acção aérea como único meio de agir contra nós.

Durante o ano de 1968 as nossas forças cortaram a maior parte das vias de comunicação terrestres usadas pelo

inimigo em Cabo Delgado e Niassa: as estradas, as linhas férreas, etc.

Para fazer face à intensificação da acção aérea do inimigo, o nosso exército não se limitou ao uso das armas anti-aéreas, que, no entanto, nos tem valido muito durante estes quatro anos de luta; as nossas forças fizeram mais, lançando ataques directamente contra os próprios campos de aviação, e destruindo muitos aviões que se encontravam aterrados. É o caso da acção levada a efeito em Agosto passado, em que foram destruídos doze aviões inimigos no aeródromo de Mueda.

Foi também neste ano de 1968, em Março, que a FRELIMO recomeçou a acção militar na importantíssima província de Tete, onde as forças imperialistas e racistas estão tentando estabelecer o seu último reduto económico e militar para a defesa dos seus interesses no resto da África Austral. Nesta nova frente as nossas forças continuam a avançar, apesar da intensa concentração das forças do inimigo, reforçadas pelo auxílio directo dos racistas brancos sul-africanos. Há poucos dias a imprensa mundial informou que o inimigo, confundido pela acção dos nossos guerrilheiros, bombardeou populações civis da Zâmbia, provocando assim um contra-ataque do qual resultou a morte de alguns soldados portugueses no território deste país vizinho. Não há dúvida de que, com intensificação do trabalho político que a FRELIMO está realizando e com o aumento do material de guerra que cada dia capturamos ao próprio inimigo, a luta armada em Tete será coroada de sucessos ainda maiores neste novo ano de 1969. A ordem do dia da FRELIMO em Tete, é: **Cahora Bassa delenda est — Cahora Bassa deve ser destruída!**

O ano de 1968 foi também testemunha dos progressos que realizámos no campo da produção agrícola, aumentando as machambas e organizando as cooperativas, assim como dos sucessos que obtivemos nos campos da Educação e da Saúde.

Foi também neste ano de 1968 que vários «leaders»

máximos da FRELIMO percorreram as diversas regiões em luta armada, no exercício das suas funções. Em Fevereiro de 1968 eu visitei a província de Cabo Delgado, acompanhado por um jornalista sueco que depois publicou vários artigos em alguns jornais europeus e africanos sobre a nossa luta e a vida nas regiões libertadas. Em Abril, o camarada Uria Simango, Vice-Presidente da FRELIMO, visitou a província de Cabo Delgado, acompanhado por vários membros do Comité Central. Em Abril-Maio os camaradas Mariano Matsinha, Marcelino dos Santos e Samora Machel, respectivamente chefes dos departamentos da Organização, Político e da Defesa, e eu próprio, visitámos a província do Niassa. Nestas visitas e noutras empreendidas nas outras províncias em luta, foram discutidos os problemas que preocupam as massas populares enquanto levam a cabo a tarefa sagrada de impulsionar a luta de libertação nacional. As lições aprendidas nestas nossas missões são fontes riquíssimas de experiência que durarão toda a nossa vida. A lição mais importante que eu colhi foi a reafirmação do facto de que o nosso povo está realmente farto do colonialismo português. E porque está cansado de sofrer, ele lutará até à vitória. O povo odeia o colonialista português.

Enfim, foi neste ano de 1968 que a FRELIMO realizou o seu II CONGRESSO, o primeiro realizado no território nacional. Os resultados do CONGRESSO são bem conhecidos. Sublinhemos, porém, alguns dos resultados mais importantes do II CONGRESSO da FRELIMO.

Primeiro, a reorganização do corpo dirigente da FRELIMO. Antes do II CONGRESSO o órgão dirigente era só um: o Comité Central, o qual tinha três funções — legislativa, administrativa e jurídica. O II CONGRESSO estabeleceu três órgãos distintos para executar essas funções: o Comité Central, que se expandiu de 20 para 40 membros, composto de membros eleitos pelo CONGRESSO e pelos conselhos provinciais, e cuja responsabilidade exclusiva é de fazer leis para o movimento; o Comité

Político-Militar, que se encarrega de estudar e resolver os problemas urgentes da luta e submeter relatórios semi-anuais ao Comité Central; o Comité Executivo composto do Presidente, Vice-Presidente e dos secretários dos departamentos e que têm como responsabilidade principal dirigir a luta, executando a política estabelecida pelo Comité Central dentro dos moldes traçados pelo II CONGRESSO da FRELIMO.

Os frutos da reorganização das estruturas supremas estão já sendo colhidos. A expansão do Comité Central para o dobro do seu número original fez com que nele ingressassem militantes com diversas experiências, incluindo alguns que trabalham política e militarmente na linha de fogo. A presença destes novos membros enriqueceu os trabalhos semestrais do Comité Central e reduziu a distância que se começava a sentir entre os membros do antigo Comité Central e os militantes de base. Por outro lado o facto de o Comité Executivo ter só funções administrativas tira dos seus membros a áurea de autoridade inacessível, elemento contraditório para um movimento revolucionário e popular como a FRELIMO.

O efeito desta nova situação, sentiu-se bastante durante a primeira reunião do novo Comité Central, em Agosto de 1968, durante o qual soprava forte o ar fresco proveniente dos novos membros. Os problemas apresentados foram discutidos com uma franqueza digna dum movimento em luta, e as conclusões foram inequívocas.

Seria desonesto da nossa parte se terminássemos esta mensagem sem nos referirmos a alguns dos problemas que assolaram a nossa organização durante o ano de 1968.

Teria sido anormal se a FRELIMO tivesse obtido tantos sucessos contra o inimigo sem ter sofrido nenhuns reveses. Infelizmente não há rosas sem espinhos. Neste ano que passa o inimigo não se limitou a confrontar-se connosco no campo militar onde ele sempre sofre punições constantes. A cobardia tradicional do governo português forçou-o a recorrer a todo o tipo de truques para

tentar compensar as derrotas que sofria em todas as frentes. Já nos referimos ao uso indiscriminado da aviação contra as populações inocentes e indefesas, de que o governo português é pródigo, ignorando completamente as regras da decência militar. Nesses ataques é naturalmente o povo que sofre e em especial as mulheres, os velhos, as crianças e os inválidos. Os aviadores portugueses recream-se bombardeando com bombas Napalm tudo o que tiver vida ou valor económico: populações, gado, galinhas, etc. O intento do inimigo é de exterminar a nossa população e destruir os bens do povo.

Além disso durante o ano que passa, o inimigo tentou também tecer contradições entre o povo e os «leaders» da FRELIMO, entre os próprios «leaders», entre os quadros e as unidades, entre os professores e os estudantes e os «leaders» do movimento, com o propósito de criar confusão e enfraquecer a luta. Para produzir o máximo efeito possível o inimigo usou tudo ao seu alcance: o tribalismo, o regionalismo, o racismo e mesmo a própria religião cristã. Em certos pontos do nosso trabalho, onde estivemos desprevenidos, o inimigo alcançou algumas vitórias temporárias. É o caso do ataque por elementos mercenários que tomou lugar no Escritório Central da FRELIMO, em Dar-es-Salaam, em 9 de Maio, em que o nosso irmão Mateus Sansão Muthemba perdeu a sua vida; e o caso também dos distúrbios criados por alguns alunos indisciplinados que forçaram a nossa escola secundária a suspender as aulas por alguns meses. Em tudo isto notava-se sempre a linha central da acção do inimigo: fazer tudo para separar o peixe da água. Em outras palavras, o inimigo procurou aquecer a água para que o peixe não possa viver.

Finalmente, é necessário dizermos alguma coisa sobre o desaparecimento do António de Oliveira Salazar, antigo Presidente do Conselho de Ministros do governo fascista português, que desde há três meses se encontra doente e às portas da morte. Em consequência desta situação o

governo português decidiu entregar as rédeas do poder ao professor Marcello Caetano, antigo Ministro das Colónias, Presidente da Câmara Corporativa e Reitor da Universidade de Lisboa. Nós consideramos a saída do Doutor Oliveira Salazar da chefia do governo português e a sua substituição pelo professor Marcello Caetano como tendo muito pouco significado na vida política dos povos de Moçambique, Angola e Guiné. A morte iminente de Salazar é um facto biológico, o seu significado político é mínimo, e por isso, realmente interessa ao povo português. O professor Caetano que o substituíu é um dos maiores arquitectos do sistema político-fascista que desde há quase quarenta anos controla o povo português. Enquanto Ministro das Colónias, o professor Caetano criou muitas das leis que ainda hoje tipificam o colonialismo português. Desde a sua investidura, em Setembro de 1968, como Primeiro-Ministro de Portugal, o professor Caetano não disse nada de novo que nos faça reconsiderar a concepção que temos dele como um dos autores do fascismo português, pronto a continuar a política salazarista de opressão, exploração e massacre dos povos da África.

Camaradas:

No novo ano de 1969 nós devemos:

1 — Consolidar a nossa clareza absoluta sobre o objectivo principal da nossa luta armada revolucionária: conquistar a independência nacional o mais rapidamente possível;
2 — Estreitar cada vez mais as ligações entre as massas populares e os «leaders», em todos os níveis de acção;
3 — Pôr em prática todos os programas traçados pelo Comité Central da FRELIMO, na base da linha política estabelecida pelo II CONGRESSO;

4 — Manter uma vigilância constante contra a infiltração dos agentes do inimigo no seio da nossa organização;
5 — Conservar e desenvolver a iniciativa da acção em todas as frentes, e impedir sempre que o inimigo passe da defensiva à iniciativa.

A todos vós, camaradas militantes revolucionários, em nome do Comité Central desejo, no novo ano de 1969, muita coragem e grandes sucessos nas tarefas desta nossa luta armada revolucionária de libertação nacional de Moçambique.

A luta continua... e continuará sempre até à vitória.

INDEPENDÊNCIA OU MORTE,

VENCEREMOS!

EDUARDO C. MONDLANE
Presidente da FRELIMO

V. — A REVOLUÇÃO CONTINUA

A partir de 1970, a insurreição geral armada desencadeada em Setembro de 1964 transformara-se já, de forma decisiva, em guerra popular revolucionária.

A guerra define-se pois em termos de luta de classes. As vitórias alcançadas contra o inimigo interno no seio da FRELIMO, contra o colonialismo, o imperialismo e na reconstrução nacional, são poderosos dinamizadores da luta.

A abertura de novas frentes, o engajamento crescente de todo o povo, o avanço irreversivel da luta armada conduzem assim, em quatro anos, à derrota do colonialismo português com o cessar fogo que este é obrigado a firmar em Lusaka, em 7 de Setembro de 1974.

A primeira fase da luta de libertação nacional encerrava-se com a vitória do povo moçambicano sobre o colonialismo e o imperialismo. Novas fases, igualmente dificeis, vão ser o período de transição, e a proclamação da República Popular de Moçambique.

Os documentos que seguidamente publicamos testemunham o rápido e seguro avanço do povo de Moçambique na conquista da independência. Todos eles foram publicados em A VOZ DA REVOLUÇÃO que, com novo formato e nova impressão, começa a ser editada em Junho de 1971.

Para lá do seu valor documental, e dos aspectos factuais que apresentam, através destes textos nós podemos ver uma

revolução que continua, que avança para novas conquistas e vitórias.

Que avança em direcção à concretização dos objectivos que mais de dez anos de luta armada precisaram e definiram com clareza: a construção de um Moçambique em que o poder pertence e é exercido pelo povo trabalhador, em luta permanente contra todas as formas de exploração, contra o capitalismo e o imperialismo, e traçando o caminho do progresso, da justiça social e do desenvolvimento económico.

1971: ANO DE GRANDES VITÓRIAS

Dissemos, no princípio do ano de 1971, que embora o dia da independência esteja ainda longe, cada dia que passa ele está mais perto. O resultado do nosso trabalho no ano de 1971, que acaba de findar, comprova absolutamente aquela afirmação. 1971 foi um ano de grandes vitórias que nos aproximaram mais da nossa meta — a independência nacional.

Senão, vejamos o que realizámos no plano nacional, e qual o desenvolvimento da situação no plano internacional.

No plano nacional, 1971 foi o ano em que, tendo os nossos combatentes atravessado o rio Zambeze que os colonialistas consideravam uma «barreira intransponível», a luta armada cobriu toda a província de Tete. Durante este ano naquela província matámos mais de 1200 soldados portugueses, abatemos 2 aviões e 2 helicópteros, afundámos 14 barcos no rio Zambeze, destruímos 225 carros, sabotámos 11 pontes, atacámos e destruímos, total ou parcialmente, 26 postos, destruímos 6 comboios. Estes números, por si só, são suficientes para nos indicarem o nível de desenvolvimento da luta em Tete. E, paralelamente, fomos consolidando as zonas libertadas, construindo mais escolas

e centros médicos, aumentando a produção, criando, em suma, melhores condições de vida para o nosso povo. Desesperados pelos nossos sucessos, os colonialistas pediram reforço às tropas rodesianas. Estas vieram mas foram recebidas pelas nossas minas e emboscadas, sofrendo logo vários mortos e feridos ainda mesmo na fronteira. Vendo que nada podiam contra os guerrilheiros, os portugueses e rodesianos viraram-se contra as populações indefesas, massacrando o povo na esperança de que este, com medo, iria deixar de apoiar a FRELIMO. Mas pelo contrário, esses massacres aumentaram o ódio do povo que passou a apoiar-nos ainda mais.

Nas províncias de Cabo Delgado e Niassa o avanço e consolidação das zonas libertadas prossegue também. Mecanhelas, no extremo sul da província do Niassa, é hoje zona de guerra aberta. O rio Montepuez foi há muito atravessado pelos nossos camaradas em Cabo Delgado. Em Cabo Delgado, durante o ano de 1971, matámos mais de 1300 soldados inimigos, destruímos 178 carros, destruímos 3 pontes e 16 postos e acampamentos, abatemos 2 aviões, 2 helicópteros e forçámos o inimigo a abandonar mais 7 postos. No Niassa, no mesmo período, matámos cerca de 250 soldados, destruímos 49 carros, destruímos 11 pontes, atacámos e destruímos 7 postos e acampamentos, abatemos 1 helicóptero e destruímos 5 comboios.

Nas zonas ainda controladas pelo inimgo nas cidades e no campo, a FRELIMO desenvolve o trabalho clandestino cada vez com mais força.

Outro sinal importante da consolidação das nossas regiões foi a visita de grande número de jornalistas e cineastas estrangeiros. Um total de 22 visitantes das mais diversas nacionalidades — americanos, soviéticos, chineses, suecos, tanzanianos, finlandeses, estiveram em Moçambique libertado no ano de 1971, nas três províncias de Tete, Cabo Delgado e Niassa. É evidente que tais visitas não seriam possíveis se o nosso controlo das regiões libertadas não fosse completo.

No plano internacional a situação evoluiu também favoravelmente para nós. A maior parte dos países africanos toma posições favoráveis à nossa causa e aumenta o seu apoio à nossa luta. Os países socialistas da Europa e da Ásia manifestam também uma compreensão cada vez maior das nossas necessidades materiais e aumentam o seu auxílio, ao mesmo tempo que reafirmam e praticam o apoio político. Nas Nações Unidas só um punhado de países ultra-reaccionários como os Estados Unidos da América, a Inglaterra, a França e outros semelhantes apoiam ainda o colonialismo português: constantemente são aprovadas resoluções, naquela organização internacional que, por maioria esmagadora, condenam a política colonial de Portugal. Nos países capitalistas as forças progressistas reforçam-se em oposição à política pró-colonial dos seus governos, e fornecem-nos apoio material e moral considerável. A própria igreja católica, aliada tradicional do colonialismo português, está cada vez mais ao nosso lado: um dos acontecimentos muito positivos de 1971 foi a saída dos padres brancos de Moçambique, os quais, dessa maneira, mostraram a sua condenação da política portuguesa de opressão e exploração do nosso povo. Vemos assim que, como dissemos no princípio, o ano de 1971 foi um ano de importantes vitórias na nossa luta. Mas não podemos dormir sobre estas vitórias: é preciso ir mais longe no ano de 1972.

MENSAGEM DO PRESIDENTE SAMORA MACHEL AO POVO MOÇAMBICANO E COMBATENTES DA FRELIMO

Camaradas:

Vimos anunciar-vos um acontecimento de extrema importância no processo de desenvolvimento do nosso combate. A nossa luta armada de libertação nacional acaba de estender-se para mais uma província.

Cumprindo a palavra de ordem da mensagem de 25 de Setembro do ano passado, as Forças Populares de Libertação de Moçambique iniciaram operações militares na província de Manica e Sofala. A luta prossegue de acordo com o plano traçado: no dia 25 de Julho atacámos diversos objectivos estratégicos nesta província.

A luta armada acaba pois de se instalar em mais uma frente, uma nova província começa a libertar-se da opressão colonial. Pouco a pouco vão nascendo os frutos do esforço gigantesco e unido de todo o povo moçambicano, do Rovuma ao Maputo. Os sacrifícios, as marchas, as vidas oferecidas generosamente, começam a transformar-se em liberdade para novas gentes.

O desencadeamento da luta em Manica e Sofala certamente que resulta da determinação, da coragem, do patriotismo e da consciência da população, dos combatentes, dos quadros e responsáveis da província. Mas o desencadeamento da luta também resulta do esforço, do combate de todos os moçambicanos, em particular nas províncias já em luta armada. Quanto mais fogueiras existem na floresta, menos possibilidades tem o inimigo de apagar os novos fogos que nascem.

Neste contexto devemos saudar a consciência exemplar dos nossos camaradas na província de Tete, que souberam assumir a nossa linha e assim transformaram-se em base de apoio para a expansão da luta para novas zonas. Fazendo-o, também consolidaram a situação em Tete.

Mais feridas sangram no corpo da fera colonialista, mais débil se torna a sua força real, ainda que maior seja o seu rancor e raiva de desespero. A população de Manica e Sofala soube assumir a nossa disciplina, os nossos princípios estratégicos e tácticos. Ainda que submetida ao trabalho forçado, à palmatória, ao imposto, embora levada para os campos da morte das companhias de açúcar, mesmo sofrendo a asfixia da poeira nas fábricas de

cimento, apesar do chicote na construção das estradas, a população de Manica e Sofala com paciência esperou a palavra de ordem do partido, com disciplina aguardou que o esforço comum criasse as condições propícias ao desencadeamento da luta. Ao agir assim, a população de Manica e Sofala mostrou que soube transformar os seus sofrimentos em determinação revolucionária, demonstrou que possui a maturidade política necessária para levar à vitória a nossa guerra de libertação.

A abertura da nova frente é uma grande derrota para o colonialismo português e o imperialismo. Manica e Sofala é um centro estratégico de desdobramento das tropas colonialistas; a recente transferência da sede do Alto Comando Militar inimigo de Nampula para a Beira, demonstra bem a importância militar da província. Pelas riquezas agrícolas, minerais, pela sua actividade industrial, pela importância da sua rede de comunicações, Manica e Sofala goza dum lugar preponderante no dispositivo de exploração económica colonial e imperialista do nosso país. Dezenas de companhias americanas, inglesas, francesas, alemãs, japonesas e portuguesas auferem lucros fabulosos, explorando as riquezas e os trabalhadores nesta província.

É evidente assim que a abertura da luta em Manica e Sofala afecta profundamente a estrutura da exploração colonialista e imperialista. Os sonhos e promessas rápidas de vitória que tradicionalmente o Alto Comando colonialista vem prometendo às suas tropas desmoralizadas, sofreu um golpe fatal. Novas mentiras terão que ser inventadas por Kaulza, para esconderem em vão a derrota final cada vez mais iminente.

É certo também que o inimigo, ferido num dos seus pontos mais sensíveis e dolorosos, vai reagir mais brutalmente, mais ferozmente, mais criminosamente. Devemos estar conscientes de que as vagas de prisões e torturas, bombardeamentos e massacres, serão mais numerosos, mais intensos, mais sistemáticos.

O que mais é, devido à situação estratégica da Província em relação ao resto da África Austral, devemos saber que em Manica e Sofala o imperialismo, os racistas sul-africanos e rodesianos, farão tudo para esmagar a nossa luta.

Fracassarão. Os crimes que cometem, a agressão contra o nosso povo, é gasolina lançada na fogueira da guerra popular. Estamos seguros também que ao esforço da aliança imperialista e racista corresponderá um desenvolvimento consequente da solidariedade internacional, do campo das forças progressistas que nos apoiam.

A nossa vitória de hoje é também de todos os povos, dos que combatem ao nosso lado, especialmente em Angola e na Guiné-Bissau, dos que nos apoiam firmemente na África e no mundo, é uma vitória do campo socialista nosso aliado, é uma vitória ainda do próprio povo português em luta contra o fascismo e a guerra colonial.

Ao desencadearmos a luta em Manica e Sofala, onde se encontra implantada uma fracção importante da comunidade portuguesa do nosso país, queremos reafirmar que a nossa luta não é contra ela, que a nossa vitória só pode beneficiar os que vivem do trabalho honesto, os que sofrem da exploração colonial e fascista. O povo moçambicano, fraternalmente, convida os soldados portugueses, a população portuguesa, a unirem-se ao esforço comum de libertação.

Neste décimo ano da FRELIMO, no momento em que, terminadas as celebrações do 25 de Junho, nos preparávamos para celebrar o 25 de Setembro, a acção unida do povo e dos combatentes da FRELIMO, abriu uma nova frente.

É um momento de grande alegria e orgulho para todo o povo moçambicano. Mas é também um momento em que comovidamente evocamos a memória dos camaradas que no campo de batalha, na acção clandestina, nas prisões colonialistas heroicamente se sacrificaram pela libertação da nossa terra e do nosso povo, e tornaram possível, pelo seu sangue e sacrifício, mais esta grande vitória.

Saibamos ser dignos desse sangue puro e generoso, intensifiquemos o combate, consolidemos a luta em Manica e Sofala e nas outras províncias, estendamos a luta para novas frentes.

A LUTA CONTINUA!

INDEPENDÊNCIA OU MORTE,

VENCEREMOS!

(*V. R.*, n.º 11, Julho-Agosto de 1972)

25 DE SETEMBRO DE 1972

8.º aniversário do começo da luta armada em Moçambique

Camaradas:

É correcto comparar a revolução com uma fogueira. Ela começa hesitante, timidamente. Tem de vencer dificuldades para firmar-se, alastrar, crescer. Mas uma vez implantada no seu elemento as chamas correm, espalham-se, avançam, e nada é capaz de as fazer parar. Assim acontece com a nossa revolução em Moçambique.

Começámos fracos, sem experiência, divididos. Tínhamos uma linha correcta, mas era-nos difícil pô-la em execução. Havia contradições no nosso seio — muitos dos nossos militantes estavam ainda dominados pelos seus interesses pessoais, egoístas e tentavam sobrepô-los aos interesses do povo. Não estávamos unidos — a ambição, a corrupção, o tribalismo, o racismo prevaleciam em alguns dos nossos camaradas. Mas a luta cresceu — e o seu crescimento ele próprio eliminou estes males. Hoje existe na FRELIMO uma unidade sólida e firme — mais sólida porque é estabelecida não em torno de uma pessoa, mas de uma ideia — a da independência completa de Moçambique. Mais firme ainda porque todos os aspectos e implicações desta ideia, quer dizer, a nossa ideologia — são compreendidos e assumidos por todos os militantes da nossa organização.

É isto que explica as grandes vitórias que temos alcançado nos últimos anos. Vitórias políticas em primeiro lugar — concretizadas pela adesão de todo o povo moçambicano à luta de libertação. O nosso povo nas zonas em luta está preparado e aceita hoje os maiores sacrifícios, sem trair nunca o seu ideal nacionalista, determinado a levar a luta até à vitória final. A estes trabalhadores anónimos da revolução pertence de facto o maior mérito dos nossos sucessos. Mas também nas zonas onde a luta armada não começou ainda, a tomada de consciência do povo, em apoio da FRELIMO, sem distinção de raça ou cor ou nível social — é cada vez maior. A este respeito, queremos felicitar em particular a posição recente dos estudantes moçambicanos das universidades, escolas técnicas e liceus, que em esmagadora maioria se pronunciam contra o colonialismo, pela independência nacional. Esta posição honra-os, torna-os dignos da estima do seu povo.

Saudamos os camaradas que no trabalho clandestino, principalmente nas cidades, a cada passo arriscam a vida, desafiando a máquina tenebrosa da P.I.D.E, criando condições para que a luta armada também aí se estabeleça.

Recomendamos coragem aos milhares de moçambicanos que pelo seu amor ao povo e à liberdade sofrem hoje nas prisões e nos campos de concentração dos colonialistas. A eles lembramos que cada dia que passa a nossa luta avança — e o dia da vitória final será um dia de libertação e glória para nós todos.

Exortamos todo o povo moçambicano, de todas as raças, credos religiosos, operários, camponeses, intelectuais, comerciantes, soldados no exército colonial, estudantes — a prepararem-se para o começo da luta armada na sua zona. O trabalho principal que lhes incumbe nesta fase é fundamentalmente de mobilização e organização — expli-

cando aos que eventualmente não estão ainda esclarecidos, sobre os objectivos da FRELIMO, a necessidade e a razão da luta de libertação. Outros passos a tomar dependem das circunstâncias específicas de cada lugar. Mas o que nos deve orientar neste trabalho é a seguinte consideração: a luta cobre já Cabo Delgado, Niassa e Tete; ela começou em Manica e Sofala; e embora até aqui, em todas as províncias, a luta armada tenha sido restrita ao campo, às zonas rurais, à medida que entramos em zonas mais povoadas, inevitavelmente ela vai atingir também as cidades. Por isso, nas cidades também devemos reforçar o trabalho de organização.

Camaradas:

Estes sucessos políticos que acabámos de referir, coordenados com o melhoramento do nosso nível técnico-militar, a introdução de armas mais modernas e poderosas, e o aumento da solidariedade internacional permitiram grandes vitórias no campo militar. Assim, há exactamente uma semana as forças da FRELIMO na província de Cabo Delgado lançaram uma série de ataques simultâneos contra 7 postos portugueses, entre os quais de Mueda, que é o Quartel-General português de Cabo Delgado. Mueda ficou meio destruída, com casas demolidas, os depósitos de armas e combustíveis explodidos, o campo de aviação inutilizado. Nessa acção 18 aviões e helicópteros foram destruídos no solo pelos nossos obuses. Um avião «Havard» que vinha socorrer a guarnição do posto foi abatido e caiu nas nossas posições. Cerca de um mês antes, outro avião fora abatido em Ntandazi, também perto de Mueda. Em Junho um helicóptero foi alvejado e caiu nos arredores do posto de Macomia. Em outras acções nesta província desde Setembro de 1971, os combatentes da FRELIMO abateram mais um avião e dois helicópteros em Nangololo e Muidumbe; mataram mais de 1100 soldados portugueses; destruíram 96 veículos; atacaram 14 postos; e destruíram 3 pontes. As baixas inimigas aqui são tão altas que Cabo Delgado é chamado entre os soldados portugueses de «zona de morte» ou «2.° Vietnam».

No Niassa, conseguimos paralisar as principais vias de comunicação, isolar ainda mais o inimigo e intensificar os nossos ataques. No último ano abatemos um avião e um helicóptero, atacámos 13 postos, destruímos 54 viaturas, 3 locomotivas e 15 vagões, sabotámos 8 pontes e matámos cerca de 350 soldados inimigos.

Em Tete, onde a luta armada esteve interrompida e recomeçou só há 4 anos, os nossos sucessos são notáveis. No período do ano passado que estamos a considerar, abatemos 4 aviões e 2 helicópteros, destruímos 10 locomotivas e 23 vagões, afundámos 14 barcos de patrulha no rio Zambeze, atacámos 37 postos, destruímos 168 viaturas, sabotámos 7 pontes e matámos mais de 1000 soldados portugueses.

Um aspecto a salientar é que a luta em Tete desenvolveu-se a tal ponto que esta província pôde servir de base de apoio para o começo da luta em Manica e Sofala.

Em Manica e Sofala, as primeiras acções tiveram lugar no dia 25 de Julho passado. Atacámos já vários postos do inimigo na zona norte desta província, libertámos populações, destruímos viaturas, capturámos material de guerra.

Estes são sinais certos e incontestáveis das nossas vitórias. Para além dos números, nós podemos ver a marcha inexorável da nossa luta, garantida pelo seu carácter justo e popular. E podemos compreender também o desespero dos portugueses, que os leva a intensificar a represssão, os massacres e as brutalidades contra o nosso povo.

Dissemos que uma das condições que permitiu a nossa luta progredir em ritmo tão rápido foi o aumento da solidariedade internacional. De facto essa solidariedade é hoje intensa, e nas suas manifestações concretas tem realizado dois objectivos: isolar Portugal, e apoiar a FRELIMO.

O sucesso desse movimento é confirmado pelo facto de que a ajuda à FRELIMO que até aqui vinha só dos países socialistas e de algumas organizações privadas dos países ocidentais estendeu-se agora aos próprios governos dos países tradicionalmente aliados de Portugal. Assim há alguns meses, os ministros dos negócios estrangeiros da Noruega e da Dinamarca visitaram o escritório da FRELIMO em Dar-es-Salaam e afirmaram o apoio dos seus governos à nossa causa. O Primeiro-Ministro da Suécia já prometera reforçar substancialmente a ajuda financeira aos movimentos de libertação. Organizações para-governamentais de outros países como a Holanda dão-nos também auxílio directo. Os países africanos reunidos na última Conferência de Chefes de Estado, que teve lugar em Rabat, decidiram aumentar de 50 por cento o fundo do Comité de Libertação. Os países da África Oriental e Central assinaram um Compromisso de Solidariedade para com os movimentos de libertação na sua última reunião de alto nível na Tanzânia. As Nações Unidas nas suas resoluções continuam a condenar Portugal pela sua política colonial.

Esta solidariedade internacional foi manifestada também durante este ano pela visita de 26 personalidades estrangeiras às zonas libertadas do nosso país — dos quais 2 tanzanianos, 3 suecos, 5 chineses, 4 americanos, 3 ingleses, 1 canadiano, 1 alemão da Alemanha Ocidental, 6 italianos e 1 búlgaro. Eles puderam ver por si próprios o desenvolvimento do nosso trabalho em Moçambique livre e a determinação do nosso povo. Alguns vieram fazer filmes, outros escreveram artigos. E levaram para os seus países a imagem da nossa luta.

Claro que a esta solidariedade internacional contrapõe-se o apoio a Portugal do imperialismo internacional e dos países racistas da África Austral. Foi durante este ano que a América deu uma ajuda financeira enorme a Marcello Caetano. A França continua a enviar helicópteros e armas que estão a ser usadas nas guerras coloniais; a Alemanha Ocidental estreita as relações militares e políticas com o nosso inimigo; a Inglaterra prometeu a Portugal o mesmo auxílio que lhe deu a América; o Japão tornou-se um dos principais investidores em Portugal e nas colónias. A África do Sul e a Rodésia enviaram tropas, armas, aviões e outro equipamento para reforçar o exército português. Temos de estar conscientes desta realidade, para não cairmos no erro de subestimarmos a força e a capacidade de financiamento e equipamento do inimigo. Mas esta aliança imperialista contra a qual temos de lutar deve ser um estímulo para nós, deve reforçar a nossa determinação porque nos revela que a nossa luta é parte da luta universal do homem contra todos os males criados não só pelo colonialismo, mas pelo sistema mais amplo que preconiza a opressão e a exploração como princípios válidos e legítimos, isto é, o imperialismo.

Animados, portanto, pelos nossos sucessos, conscientes das razões destas vitórias e do inimigo contra quem lutamos — lancemo-nos na luta com mais determinação ainda. As palavras de ordem do ano passado e que devem ser bem assimiladas cada vez melhor por nós todos, continuam válidas para o próximo ano: intensificar o trabalho político no seio dos quadros, estender a luta, consolidar as regiões libertadas.

A LUTA CONTINUA.

SAMORA MOISÉS MACHEL
Presidente da FRELIMO

(*V. R.*, n.º 12, Setembro de 1972)

1973: ANO DE GRANDES VITÓRIAS

Este ano o povo moçambicano celebra o dia 25 de Setembro, o 9.º aniversário do começo da luta armada de libertação, com absoluta confiança no futuro e certeza da vitória final. Porque os últimos 12 meses assistiram a um progresso impressionante da nossa luta de libertação.

Várias vezes já, em edições anteriores deste boletim, nós referimo-nos ao aumento da solidariedade internacional para com a nossa causa. Dissemos quão importante é este apoio exterior, na medida em que nos fornece meios para desenvolvermos a luta, e determina o isolamento de Portugal colonial na cena mundial. Mas igualmente salientamos, sempre, este ponto fundamental: que o progresso no plano internacional depende dos sucessos no plano interno, depende do avanço da nossa luta em Moçambique, depende da força da nossa organização na nossa terra.

É importante por isso analisarmos as nossas realizações militares e políticas durante os últimos meses. Elas são tão notáveis, tão ressonantes, que a própria imprensa colonialista e imperialista é forçada a reconhecer e publicar as nossas vitórias.

Assumindo plenamente a palavra de ordem do Presidente da FRELIMO formulada em 25 de Junho de 1972 por ocasião do décimo aniversário da fundação da FRELIMO e retomada em Dezembro pelo Comité Central, de ofensiva em todas as frentes, o nosso povo e combatentes lançaram-se na consolidação das regiões libertadas e na abertura de novas frentes.

Em Cabo Delgado, a nossa acção durante o ano passado visou principalmente expulsar os portugueses dos poucos postos que ainda mantêm nesta província. Em Setembro de 1972 teve lugar uma reunião dos quadros da província de Cabo Delgado para redefinir os alvos e traçar novos planos de operações. Estes planos estratégicos frisaram a necessidade da destruição completa das linhas de comunicação e a demolição sistemática dos postos. Em execução deste plano, desde Agosto de 1972 a Agosto de 1973, as forças da FRELIMO em Cabo Delgado atacaram 66 postos; mataram 640 soldados inimigos; destruíram 70 carros; abateram 22 aviões; destruíram 10 pontes. De importância particular pelos resultados obtidos, foram os nossos ataques a Mueda, Nazombe, Mocímboa da Praia e outros.

Em Tete, grande parte da província está libertada e o inimigo confinado nos seus postos, onde é constantemente atacado. Nos últimos 12 meses atacámos 50 postos; matámos mais de 1400 soldados inimigos, incluindo muitos rodesianos; destruímos 127 carros; abatemos 26 aviões; destruímos 6 comboios e 3 pontes; e afundámos 11 barcos no rio Zambeze. Entre os centros atacados está a própria cidade de Tete, que em Novembro de 1972 foi alvo de um bombardeamento intenso da nossa artilharia: neste ataque o aeroporto militar e outras instalações militares foram destruídos ou danificados. Um outro ataque de grande envergadura teve lugar em 18 de Julho de 1973 contra o posto militar de Chitima, que é a base que defende a barragem de Cahora Bassa. Do nosso ataque resultou a destruição total ou parcial da messe dos oficiais, da central da rádio, das posições de artilharia, da estação eléctrica e do aeroporto.

Mas talvez a melhor prova do nosso controlo sobre a província de Tete seja o facto de termos sido capazes de usar Tete como uma ponte para começar a luta em Manica e Sofala. Iniciada em 25 de Julho de 1972, a luta estendeu-se já até ao Sul da Gorongoza. Desde o início da luta em Manica e Sofala os nossos camaradas atacaram já 17 postos, mataram cerca de 450 soldados, abateram 5 aviões e destruíram 110 carros.

No campo da reconstrução nacional, o nosso trabalho intensifica-se também — traduzindo-se materialmente na abertura de mais escolas e centros médicos, campos de produção, postos de comércio, etc.

Estas são, portanto, sem dúvida, vitórias espectaculares. Mas na nossa análise não nos devemos limitar à simples lista dos nossos sucessos: devemos ir mais longe, aprender destes sucessos, estudar o que é que os tornou possíveis, para, com base nesse conhecimento, podermos traçar a nossa estratégia para o futuro.

Já no nosso boletim anterior nós salientámos onde está o segredo das nossas vitórias. Não está nas armas mo-

dernas (embora, é evidente, não devamos descurar a tecnologia militar, mas devamos sempre procurar aperfeiçoar a nossa técnica, a nossa táctica, e conseguir armas mais potentes). Não está também num sistema organizacional mais amplo, numa rede administrativa mais complexa. A chave das nossas vitórias reside na nossa linha política e ideológica, orientada no sentido de servir os interesses do povo. Estamos a vencer porque somos o povo em armas, porque estamos a realizar uma verdadeira revolução popular no nosso país.

Um simples exemplo da adesão do povo à luta de libertação: pouco antes de a luta armada começar em Manica e Sofala, um grupo de trabalhadores desta província enviou um mensageiro para contactar os dirigentes da FRELIMO em Tete. Eles criticavam a FRELIMO por estar a lutar só em Tete e não estender a luta a Manica e Sofala. E diziam: «Se a FRELIMO quer libertar só Tete, então nós todos iremos para Tete para nos salvarmos». Não pode haver melhor demonstração da base popular da nossa luta; e, repetimos, aqui reside justamente a explicação dos grandes sucessos que temos tido.

Vamos entrar no décimo ano de luta armada. As perspectivas são excelentes — a nossa experiência, aliada à nossa determinação inabalável, ao alto nível de consciência política do nosso povo, à solidariedade internacional, garantem o avanço para novas frentes, a consolidação e expansão das regiões libertadas, a arrancada impetuosa para a vitória final.

A LUTA CONTINUA.

(*V. R.*, n.º 19, Agosto-Setembro de 1973)

A FRELIMO E O GOLPE DE ESTADO EM PORTUGAL

Em fins de Abril de 1974 o governo português representado por Américo Tomás, Presidente da República, e Marcello Caetano, Primeiro-Ministro, foi derrubado por um golpe de Estado levado a cabo pelo «Movimento das Forças Armadas Portuguesas».

Sendo nós um movimento em luta pela libertação de Moçambique e estando o nosso país submetido à dominação colonial portuguesa, essa mudança de regime em Portugal pode interessar-nos, se e na medida em que o novo governo reconheça ao nosso povo o direito à independência completa. Porque é claro que se este governo persistir em manter o nosso povo dominado, se insistir em querer impor-nos um sistema que o nosso povo desde sempre rejeitou, se se lançar em manobras para tentar bloquear a nossa independência, nada mudará em Moçambique. E é esta precisamente a situação actual: tendo o novo regime recusado tomar uma posição anticolonial, a nossa luta continua — e continuará, cada vez com mais força, até à nossa independência (...). Neste editorial interessa-nos estudar quais os antecedentes, as causas do golpe de Estado, e a sua relação com a nossa luta.

Duma maneira geral, podemos dizer que na base da acção do Movimento das Forças Armadas Portuguesas está um descontentamento provocado pela grave crise política, económica e social que Portugal atravessa. Essa crise, por sua vez, entronca na guerra colonial que há mais de 13 anos vem desgastando Portugal em recursos humanos, económicos, financeiros. Mas houve uma causa imediata, aquela que provocou uma súbita agudização da crise, que colocou Portugal no caminho da ruína galopante e demonstrou a inevitabilidade da derrota: essa causa imediata são as grandes vitórias que os movimentos de libertação, e em particular a FRELIMO, têm alcançado nos últimos meses, na luta contra as forças colonialistas portuguesas.

De facto, um dos elementos que puseram em funcionamento o mecanismo do golpe de Estado foi o relatório feito pelo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Portuguesas, General Costa Gomes, sobre a situação em Moçambique. Ele visitou Moçambique em Janeiro deste

ano: e estudando a situação política e militar nesta colónia, convenceu-se de que o exército português está a ser inexoravelmente derrotado. Regressado a Portugal, fez um relatório a Caetano no qual declarou exactamente isso. Caetano e o seu grupo rejeitaram essas conclusões. As contradições do sistema vieram então à superfície de maneira aberta.

O Chefe do Estado-Maior Português não podia formar uma opinião diferente da que formou sobre a situação em Moçambique. Ele viu que a FRELIMO consolidou já o seu controlo sobre Tete e Cabo Delgado, reforçou Niassa, e está a atacar a região centro-sul de Moçambique, afectando decisivamente a estrutura económica, política e militar colonial. A este respeito, um jornal sul-africano, o «Star Weekly», comentando esta situação, escreve na sua edição de 23 de Fevereiro que «Mesmo os maiores inimigos da FRELIMO são forçados a admitir que os guerrilheiros da FRELIMO em Moçambique estão a avançar num ritmo formidável». Vários oficiais superiores em Moçambique enviaram a Marcello Caetano, poucas semanas antes da sua queda, uma carta pedindo um aumento de efectivos e de material, dizendo que «senão declinamos toda a responsabilidade na evolução da situação». (Foi em resposta a este ultimato que Caetano enviou a toda a pressa mais 10 000 soldados portugueses para Moçambique). O Governador da Beira, Coronel Sousa Teles, foi demitido em Fevereiro depois de ter declarado que «a Beira está infestada pela guerrilha». Na última reunião da Assembleia Nacional em Lisboa, um dos "deputados" referiu «a gravidade dos últimos pesados ataques registados em Moçambique, que constituem uma realidade que não pode ignorar-se nem subestimar-se», pedindo um «alargamento das forças policiais e de segurança nesta Província».

Outro "deputado" de Moçambique, Gonçalo Mesquitela, falou em tons mais realistas ainda, dizendo: «Vivemos tempos difíceis em Moçambique. Todos têm elementos para o avaliar. As perdas em bens e em vidas são maiores

do que nunca foram. A ferocidade do inimigo é mais assanhada do que em períodos anteriores. Sofrem-na os militares... sofrem-na todos os que ali vivem... na dúvida sobre se o que se está a fazer basta para sustar a vaga que destrói...».

De Portugal emigraram para o estrangeiro, fugindo à guerra e à fome, mais de 1 500 000 trabalhadores, o que representa cerca de 1/3 da força de trabalho de Portugal. Mais de 100 000 jovens desertores estão espalhados pela Europa. Mais de 74 000 soldados portugueses foram mortos ou ficaram permanentemente aleijados em consequência da guerra — segundo estatísticas do próprio regime.

O quadro que emerge destes factos e declarações é bastante claro e permite compreender a ligação entre a crise que conduziu ao golpe de Estado em Portugal, e o desenvolvimento da nossa luta de libertação.

É necessário que os novos dirigentes de Portugal compreendam isto, e estejam conscientes de que, tal como no passado, a crise portuguesa continuará, e ir-se-á agravando inevitavelmente enquanto Portugal persistir na sua política colonial e não aceitar pôr termo à guerra pelo reconhecimento do nosso direito à independência completa.

Como salientou o Comité Executivo da FRELIMO na sua Declaração de 27 de Abril, «se o objectivo do golpe de Estado é o de encontrar novas fórmulas para perpetuar a opressão sobre o nosso povo, que os governantes portugueses saibam que se defrontarão com a nossa firme determinação... o povo moçambicano, que ao longo de 10 anos de luta armada heróica consentiu pesados sacrifícios e derramou o sangue dos melhores dos seus filhos para defender o princípio inalienável da sua soberania como nação livre e independente, não recuará diante de qualquer sacrifício para que triunfem os seus direitos e aspirações fundamentais».

(*V. R.*, n.º 21, Janeiro-Abril de 1974)

PORQUÊ O 25 DE SETEMBRO

Foi uma reunião histórica, aquela reunião do Comité Central da FRELIMO que em Julho de 1964 decidiu o começo da luta armada de libertação nacional do povo moçambicano, contra o colonialismo. Foi histórica pelo significado, implicações e gravidade da decisão.

Houve necessidade de estudar em primeiro lugar todas as condições objectivas e subjectivas. Vários problemas se punham:

1. Seria a luta armada o único caminho capaz de nos conduzir à independência? Não poderíamos nós seguir um caminho semelhante ao de outros países africanos, como a Tanzânia e muitos outros, que tinham alcançado a independência por meios pacíficos?
2. Como organizar a luta armada, criar um exército bem estruturado, numeroso, equipado com armas modernas, capaz de se opor ao exército colonial português, tão forte e bem equipado? Como assegurar depois regularmente munições para as armas, comida e roupa para os soldados?
3. Como convencer o nosso povo que os portugueses podiam ser derrotados? Para muitos de nós o branco era uma espécie de Deus, invencível, invulnerável: como destruir esta mentalidade, criada no povo pelos colonialistas?
4. Como realizar a unidade do povo moçambicano? Nós não estávamos unidos, tínhamos sido divididos pelos colonialistas segundo linhas tribais, regionais, religiosas, e continuávamos divididos.
5. A luta armada traria muitos sofrimentos para o povo: fome, mortes, torturas. Valeria a pena passarmos tantos sacrifícios para alcançarmos a independência?

Todos estes problemas foram profundamente analisados, estudados.

A primeira dúvida, sobre a possibilidade da vida pacífica, foi imediatamente eliminada: o próprio governo português continuava a repetir que Moçambique era Portugal, que não reconhecia o nosso direito à independência, e aumentava a repressão contra o nosso povo. Assim era claro que o caminho das negociações estava fechado.

A segunda questão, de como organizar a luta armada, também recebeu uma resposta satisfatória. Pois, organizar a luta numa base popular e nacional. Desta maneira o número dos nossos combatentes cresceria continuamente, à medida que avançássemos para novas zonas e novas populações se juntassem à luta. E chegará a altura em que o nosso exército será maior que o exército colonial, dado que Portugal não pode trazer muito mais tropas de Portugal. Quanto às armas, munições e outro equipamento, esse problema seria também resolvido, pela solidariedade internacional. Muitos países africanos tinham alcançado a sua independência e tinham prometido ajudar-nos na nossa luta. Igualmente, os países socialistas estavam fortes e estavam naturalmente ao nosso lado. E mesmo nos próprios países imperialistas havia forças progressistas que nos ajudariam.

O mito de que os brancos são invencíveis seria facilmente destruído: bastava o povo ver os primeiros soldados portugueses a caírem sob as nossas balas, para se convencer de que eles são homens como quaisquer outros, e de que podíamos lutar contra eles e vencê-los.

A unidade do povo seria construída no próprio processo da luta. Já existia uma atitude favorável no sentido da unidade baseada nos sofrimentos comuns de todo o povo sob o colonialismo. Agora, lutando lado a lado, orientados por princípios correctos e revolucionários, moçambicanos de todas as partes de Moçambique haviam de compreender a importância e realizar na prática a unidade.

A consideração de que a guerra traz sofrimentos para o povo foi também devidamente pesada. Mas estávamos certos de que seríamos capazes de suportar todos os sacrifícios, guiados pela nossa vontade de liberdade e independência. O nosso povo diz: vale mais morrer lutando pela liberdade do que viver escravizado.

E assim, a FRELIMO decidiu começar a luta armada de libertação nacional. Os resultados que já alcançámos depois de 7 anos de luta provam que tínhamos razão ao escolher a via armada: aumentámos as nossas forças para cerca de 20 000 combatentes. Conseguimos o material de que necessitamos para a guerra, pela solidariedade internacional ou capturando ao inimigo. Já ninguém teme o soldado português, o MZUNGO, as nossas grandes vitórias já nos mostraram como ele é tão fraco. A unidade do povo é já uma realidade em Moçambique.

Assim está comprovado que foi acertada a decisão de lançarmos a luta armada. E estamos agora também absolutamente certos de que a vitória final será nossa.

INDEPENDÊNCIA OU MORTE,

VENCEREMOS!

O PROCESSO DA LIBERTAÇÃO É JÁ IRREVERSÍVEL

O processo da nossa libertação entrou já numa fase irreversível. O colonialismo português está a ser liquidado na nossa terra — destruído pela acção conjunta de todo o povo moçambicano, unido do Rovuma ao Maputo sob a direcção da FRELIMO.

Esta queda definitiva e vertiginosa do colonialismo começou quando o ultra-fascista Kaulza de Arriaga tentou ocupar as nossas zonas libertadas em 1970.

Para esse efeito ele lançou a chamada «operação Nó-Górdio». Querendo mostrar aos seus chefes, aos seus aliados imperialistas e ao mundo em geral que a sua iniciativa não podia falhar, o Kaulza revelou o número de forças que tinha envolvido na operação: 18 598 soldados e outro pessoal para-militar; 63 500 toneladas de material de guerra; todos os aviões e helicópteros disponíveis em Moçambique, os quais realizaram acções de combate durante 11 000 horas, e lançaram 1 700 000 panfletos em 3000 horas de voo. Os barcos de guerra actuaram durante 12 000 horas, num período de pouco mais de 1 ano.

Mas, apesar de todo esse potencial bélico, o inimigo fracassou como não podia deixar de ser. O nosso povo e combatentes infligiram às tropas colonial-fascistas portuguesas uma das mais vergonhosas derrotas jamais sofridas por eles. E a partir daí, as nossas vitórias foram-se sucedendo num ritmo crescente. Podemos dizer que essa grande ofensiva inimiga temperou decisivamente os nossos combatentes e povo, fez-nos tomar consciência da nossa força imensa, contra a qual todos os tanques e aviões e soldados inimigos inevitavelmente se quebravam.

Em 1972, o Comité Central da FRELIMO lançou a palavra de ordem de ofensiva generalizada em todas as frentes, em todos os sectores. Em cumprimento dessa directiva os nossos camaradas intensificaram o trabalho da produção, da educação, dos serviços de saúde, do comércio — ao mesmo tempo que desenvolviam o trabalho político e estendiam a luta armada para novas regiões.

Em Julho de 1972 abríramos a frente de Manica e Sofala. Em breve a luta atingiu o centro desta província paralisando a linha férrea — vital para o inimigo — que liga a Rodésia ao porto da Beira. O ano de 1974 começou precisamente com a publicação nos principais jornais do mundo das grandes operações levadas a cabo pela FRELIMO nas províncias de Manica e Sofala e Tete. E desde essa altura até ao momento presente Moçambique e a FRELIMO não deixaram de estar na ordem do dia das principais notícias internacionais.

Em 1 de Julho deste ano recomeçámos a luta armada na província da Zambézia. Passado cerca de 1 mês, cobrimos já mais de 1/3 desta província, libertámos 200 000 habitantes e criámos condições para o nosso poder se estabelecer, a breve trecho, em toda a Zambézia.

Um aspecto importante a salientar, e que explica todos os nossos sucessos, é o facto de contarmos com a adesão e apoio de todos os sectores da população moçambicana — operários, camponeses, intelectuais, funcionários, pretos, brancos, mestiços, indianos, chineses — todo o povo apoia a FRELIMO e identifica-se com os seus ideais. Esta situação é o resultado da linha política correcta, popular e revolucionária da FRELIMO, que preconiza a defesa intransigente dos interesses do povo e não admite qualquer manifestação de discriminação racial ou étnica ou regional.

Hoje os próprios soldados portugueses compreendem a natureza justa da nossa luta e dos nossos objectivos, e recusam-se a combater. São constantes os casos em que os nossos camaradas vão com a missão de atacar uma base inimiga, mas encontram os soldados portugueses dando vivas à FRELIMO. Noutros casos, principalmente no caso de soldados moçambicanos no exército colonial, eles rendem-se pura e simplesmente e passam para as fileiras da FRELIMO. Em certas regiões as autoridades portuguesas locais pedem aos dirigentes da FRELIMO para tomarem o controlo da zona. Como dissemos, tudo isto é o fruto das sementes que plantámos há 12 anos atrás; sementes que se analisam nos vários aspectos da nossa linha política correcta aliada ao nosso trabalho junto do povo, dos soldados portugueses, e dos próprios colonos.

Neste momento em que os soldados portugueses em Moçambique afirmam de maneira clara e corajosa a sua recusa de combaterem contra o nosso povo e a sua concordância com os nossos princípios e objectivos, o governo português representante da corrente democrática em Portugal deve tomar consciência de que a continuação da guerra, as mortes e sofrimentos de que ela é causa, são

da sua responsabilidade única e exclusiva. Ele deve saber libertar-se da herança degradante que recebeu — o colonialismo e todo o seu cortejo de injustiças e miséria.

O governo português deve agir em concordância com a vontade do nosso povo e do seu próprio povo e dos seus soldados. Isto é: deve no mais breve tempo proceder à transferência dos poderes que ainda detém para a FRELIMO.

Até que isso aconteça a luta continua, porque o objectivo traçado pela FRELIMO no seu primeiro Congresso — a independência total e completa de Moçambique — não foi ainda realizado. Só pode ser completa e total a independência de Moçambique quando a FRELIMO tiver assumido a direcção do nosso país.

INDEPENDÊNCIA OU MORTE,

VENCEREMOS!

(*V. R.*, n.º 22, Maio-Julho de 1974)

ÍNDICE

INTRODUÇÃO... 5

I. — A PREPARAÇÃO DA LUTA ARMADA 11

1 — Porque luta e como luta a FRELIMO 15

2 — A definição do inimigo... 31

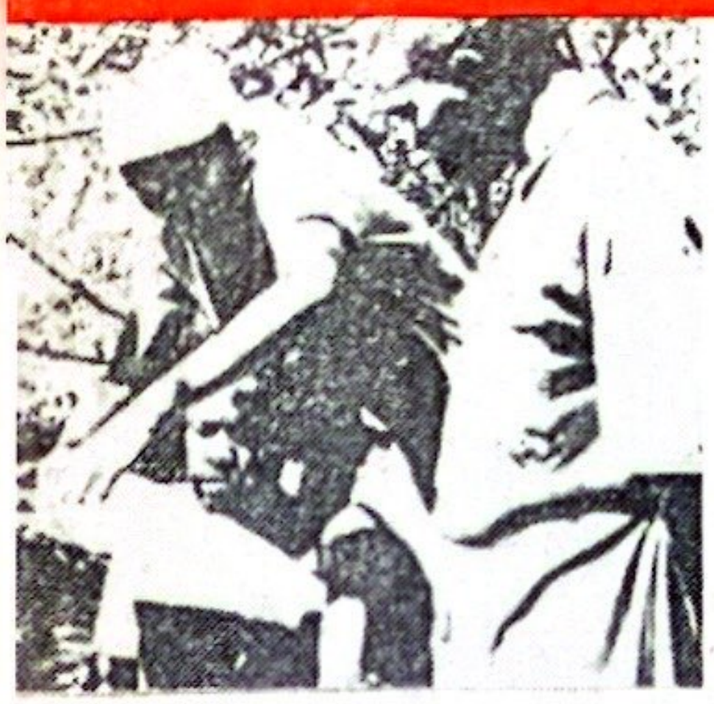
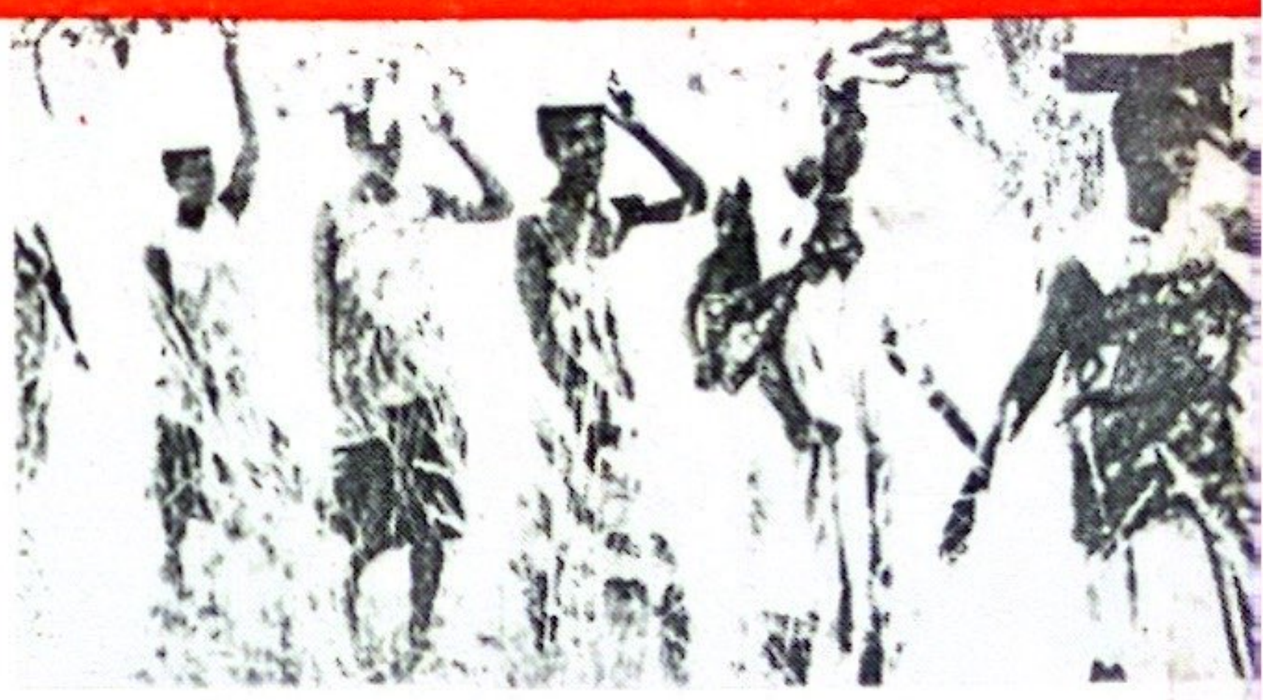
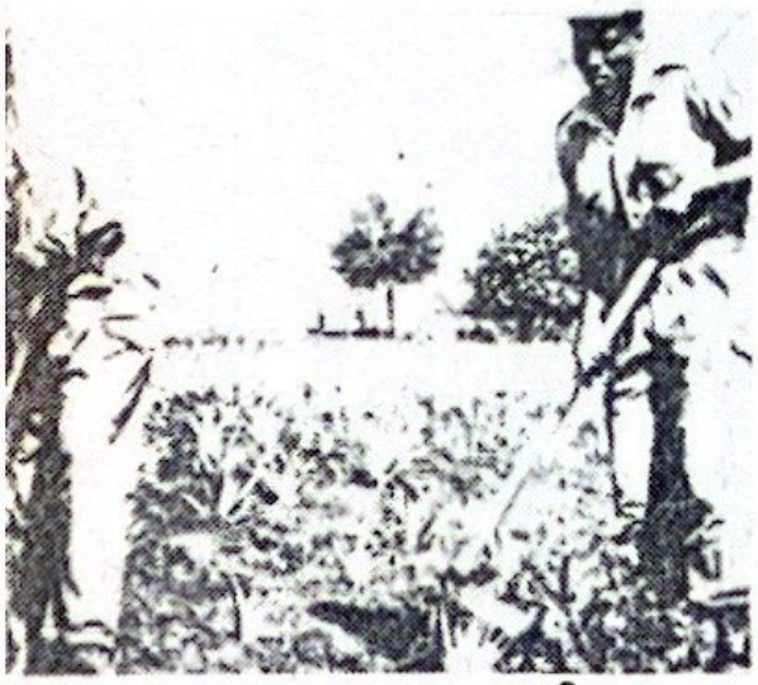
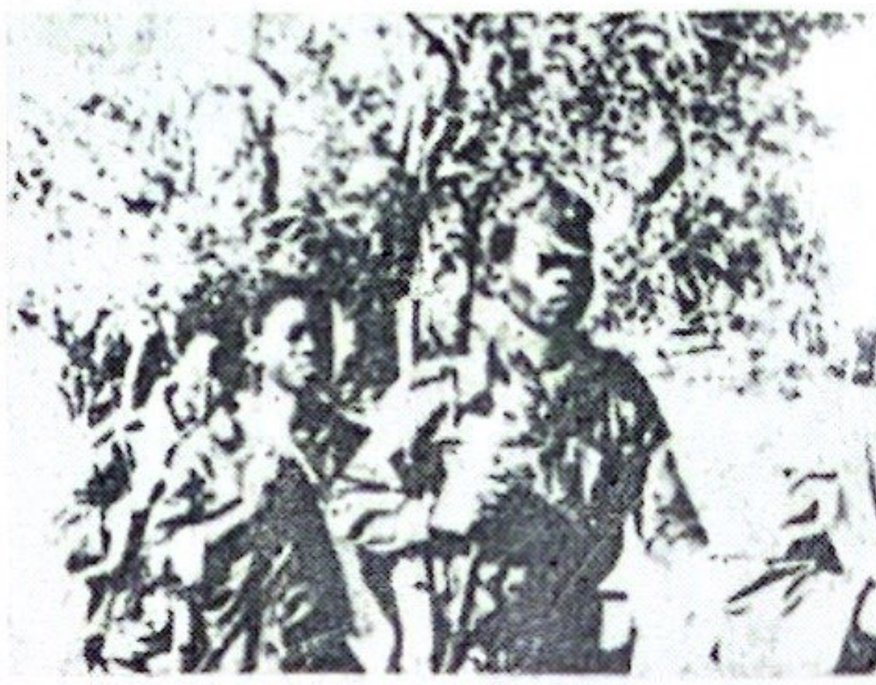
3 — A luta anti-imperialista 51

4 — Luta inevitável — Luta prolongada 63

II. — O DESENCADEAMENTO DA LUTA ARMADA ... 75

III. — INDEPENDÊNCIA OU MORTE 83

IV. — A REVOLUÇÃO REJEITA A CARGA IMPURA ... 151

V. — A REVOLUÇÃO CONTINUA... 181

EDIÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRABALHO IDEOLÓGICO DA FRELIMO